



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SUZANNA DA SILVA FERREIRA

**ENTRE MARÉS E MANGUES: PAISAGENS TERRITORIALIZADAS POR
PESCADORES DA RESEX MARINHA DE SÃO JOÃO DA PONTA/PA.**

BELEM

2017

SUZANNA DA SILVA FERREIRA

**ENTRE MARÉS E MANGUES: PAISAGENS TERRITORIALIZADAS POR
PESCADORES DA RESEX MARINHA DE SÃO JOÃO DA PONTA/PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do Título de Mestre.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território
Linha de Pesquisa: Dinâmica da Paisagem na Amazônia: agentes, processos e conflitos.

Orientadora: Prof^a. Dra. Márcia Aparecida da Silva Pimentel

BELÉM

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Ferreira, Suzanna da Silva

Entre marés e mangues: paisagens territorializadas por pescadores da resex marinha de São João da Ponta/PA / Suzanna da Silva Ferreira. - 2017.

Orientadora: Márcia Aparecida da Silva Pimentel
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Belém, 2017.

1. Mangues florestais - São João da Ponta (PA). 2. Reservas florestais - São João da Ponta (PA). 3. Reservas Naturais - São João da Ponta (PA). 4. Pesca Artesanal - São João da Ponta (PA). 5. Paisagens - São João da Ponta (PA). I. Título.

CDD 22. ed. 333.72098115

SUZANNA DA SILVA FERREIRA

**ENTRE MARÉS E MANGUES: PAISAGENS TERRITORIALIZADAS POR
PESCADORES DA RESEX MARINHA DE SÃO JOÃO DA PONTA/PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do Título de Mestre.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território
Linha de Pesquisa: Dinâmica da Paisagem na Amazônia: agentes, processos e conflitos.

Orientador: Prof^a. Dra. Márcia Aparecida da Silva Pimentel

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Márcia Aparecida da Silva Pimentel (Orientadora – PPGeo/UFPa)

Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes – (Examinador Interno – PPGeo /UFPa)

Prof. Dr. Zacarias Ombe – (Examinador Externo – Universidade Pedagógica de Moçambique)

A quem representa o amor mais verdadeiro, a vers3o materializada do amor divino, minha amada m3e F3tima Ferreira.

AGRADECIMENTOS

Minha humana gratidão ao Deus Pai Celestial, que me fortaleceu nos momentos de aflição, inspirou-me e colocou pessoas iluminadas durante esta trajetória.

Aos meus familiares que acompanharam meus passos à realização deste trabalho, em especial a ternura sempre atenta e maternal da Fafá, as orações e ligações de meu pai Ferdinando, aos carinhos dos maninhos Sílvio e Júnior e ao doce olhar da sobrinha Anna Luíza. Além da grande representação de primos e primas, tios e tias que sempre se fazem presentes.

Ao meu companheiro de longas datas, Wagner Oliveira, por todo amor e compreensão.

A minha orientadora, Prof.^a Dra. Márcia Aparecida da Silva Pimentel, por toda paciência, aprendizado, comprometimento e exemplo do ser mulher, que perpassa a esfera acadêmica.

Às pessoas do Grupo de Estudo Paisagem e Planejamento Ambiental (GEPPAM) por momentos de socializações e partilhas fundamentais para construção deste trabalho, especialmente Hemerson da Silva, com colaborações essenciais na construção dos mapas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), docentes e secretariado.

A CAPES, pela concessão de bolsa de estudos, que tornou viável por dois anos a dedicação à pesquisa.

Ao Programa PROCAD/Casadinho pela estrutura possibilitada no período de aprendizado na USP, momento fundamental para aquisição e troca de conhecimento, sobretudo um especial agradecimento à Dra. Rita Cruz, Dr. Wagner Ribeiro e Dra. Goretti Tavares.

À Associação dos Usuários da RESEX, MOCAJUIM, que inúmeras vezes nos acolheram na Casa do Extrativista. Aos pescadores e pescadoras da RESEX Marinha de São João da Ponta que dispuseram tempo e conhecimento nesta construção conjunta, compartilhando saberes e paisagens, sobretudo a Raimunda Moura, Manoel (Seu Curió), João Lima e Domingos.

Ao ICMBio por autorizar e fornecer informações para a pesquisa, que na pessoa de Waldemar Vergara filho viabilizou a compreensão dos caminhos da gestão.

À Susana, Sara e Gineth por compartilharem moradia em São Paulo e praticarem uma inspiradora coletividade.

Às amigas de outrora sempre presentes e motivadoras representadas carinhosamente por Lissandra Cordeiro e France Ribeiro.

À turma do mestrado 2015 e as amigas ali constituídas para a vida, simbolizadas por Indiara Oliveira, Joana Rodrigues, Isa Alencar, Diego Barros, Geovani Farias e Rosinaldo Pereira.

Sinceras gratidões aos que somaram na edificação de mais um projeto de/para a vida.

Só é pescador aquele que traz nas mãos o ofício do pescar, no seu coração o sentido do compartilhar e na sua cabeça a razão do conservar.

Waldemar Vergara Filho

RESUMO

A partir de 1990 as primeiras Unidades de Conservação, que contemplavam e favoreciam a presença de populações tradicionais, foram constatadas no Brasil, processo este decorrente da mobilização e luta dos seringueiros da Amazônia. São as Reservas Extrativistas, especificadas como categoria de uso sustentável, que iniciam a inserção e valorização do conhecimento tradicional de modo regulamentado e reconhecido no sistema de preservação no Brasil, em que pese para tanto, a realização de atividades econômicas como fonte de subsistência (coleta de produtos de flora nativa ou pesca artesanal) segundo modo tradicional, e, condicionados à regulamentação específica (Diegues, 2008). A concepção de RESEX se espraiou até a implantação de territórios conservados em zona costeira, abrangendo comunidades pesqueiras em toda extensão do litoral brasileiro. Com o potencial pesqueiro constatado no estado do Pará, (o qual compõe somada a costa maranhense e amapaense, a maior costa de manguezal contínuo do mundo) a criação de RESEX Marinhas nesta paisagem costeira aumentou sucessivamente. Entre marés, matas, mangues, rios, caminhos, estradas, moradias, praças, portos e outras paisagens, os pescadores artesanais da RESEX Marinha São João da Ponta, caracterizam, organizam, concebem, estruturam o seu território das atividades cotidianas, materializando territorialidades e moldando paisagens. Este território, definido por processos de relações temporais, não pode ser apreendido dissociado da paisagem, pois, ao considerar que a paisagem “aclara e humaniza o território”, como bem ilumina Passos (2013, p.29), entende-se que já não é suficiente analisar o território, e as respectivas territorialidades que o constituíram, sem entender a subjetividade e distintos elementos físicos e simbólicos a este imbricados. Pretende-se analisar, deste modo, como a paisagem territorializada por pescadores é identificada por eles, e, se esta identificação de sua territorialidade endereça ou pode endereçar caminhos que concebam a paisagem como uma “teia de relações” que os sujeitos sociais constroem com seu território. Para interpretar a identificação das territorialidades dos pescadores é fundamental considerar os conhecimentos tradicionais e suas concepções sobre a paisagem. Portanto, mapear os locais de produção, que são os pontos de pesca chamados de pesqueiros (onde estão concentradas as espécies de peixe na maré), por meio de mapeamento participativo, foi um dos caminhos metodológicos utilizados para interpretar a paisagem territorializada pelos pescadores artesanais. Esta pesquisa foi realizada em abordagem qualitativa, desenvolvida na metodologia da pesquisa-ação indicada por Thiollent (1996) e alinhadas aos procedimentos metodológicos de trabalho de campo com entrevistas semi-dirigidas, mapeamento participativo com imagem de sensoriamento remoto, elaboração de produtos cartográficos com tratamento de informação em SIG e geo-fotografia. O desenvolvimento dessa pesquisa é significativo para que estes territórios, identificados pelos próprios pescadores através das marcas da paisagem e dos caminhos os quais estes sujeitos perfazem e pertencem, permaneçam contemplados no processo de gestão, a partir da elaboração de materiais e instrumentos que subsidiem continuamente o monitoramento e proteção, para manejo e seleção de áreas de conflitos ou de possível sobrepesca e conseqüente empobrecimento e/ou esgotamento dos recursos explorados.

Palavras-Chave: Paisagem Território; Unidades de Conservação; RESEX Marinha; São João da Ponta; Pescadores Artesanais; Gestão Compartilhada.

ABSTRACT

From 1990 the first Conservation Units, which contemplated and favored the presence of traditional populations, were recognized in Brazil, a process that arises from the mobilization and struggle of the rubber tappers of the Amazon. Extractive Reserves, specified as a category of sustainable use, initiate the insertion and valorization of traditional knowledge in a regulated and recognized way in the preservation system in Brazil. In spite of that, the accomplishment of economic activities as source of livelihood (collection of products of native flora or artisanal fishing) in the traditional way, and, conditioned to the specific regulation (Diegues, 2008). The concept of RESEX was extended until the implantation of territories conserved in coastal zone, covering fishing communities in all extension of the Brazilian coast. With the fishing potential found in the state of Pará (which consists added to Maranhão and Amapá coast, the longest coastline of continuous mangrove in the world), the creation of RESEX Marinhas in this coastal landscape has increased successively. Between tides, forests, mangroves, rivers, roads, dwellings, squares, ports and other landscapes, artisanal fishermen of RESEX Marinha São João da Ponta, characterize, organize, conceive, structure their territory of daily activities, materializing territorialities and Shaping landscapes. This territory, defined by processes of temporal relations, can not be understood as dissociated from the landscape, since, considering that the landscape "clarifies and humanizes the territory", as is well illustrated by Passos (2013, p.29), it is understood that already It is not enough to analyze the territory, and the respective territorialities that constituted it, without understanding the subjectivity and distinct physical and symbolic elements imbricated to it. It is intended to analyze, in this way, how the landscape territorialized by fishermen is identified by them, and if this identification of their territoriality addresses or can address ways that conceive the landscape as a "web of relationships" that social subjects construct with their territory. In order to interpret the identification of the territorialities of the fishermen it is fundamental to consider the traditional knowledge and their conceptions about the landscape. Therefore, mapping the production sites, which are fishing spots called fishing grounds (where fish species are concentrated in the tide), through participatory mapping, was one of the methodological paths used to interpret the landscape territorialized by artisanal fishermen. This research was carried out in a qualitative approach, developed in the methodology of action research indicated by Thiollent (1996) and aligned with the methodological procedures of field work with semi-directed interviews, participatory mapping with remote sensing image, elaboration of cartographic products with treatment Of information in GIS and geo-photography. The development of this research is significant so that these territories, identified by the fishermen themselves through the marks of the landscape and the paths to which these subjects belong and belong, remain contemplated in the management process, from the elaboration of materials and instruments that continuously Monitoring and protection, for the management and selection of areas of conflict or possible overfishing and consequent impoverishment and / or depletion of exploited resources.

Keywords: Landscape Territory; Conservation units; RESEX Marinha; São João da Ponta; Artisanal Fishermen; Shared Management

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Costa de Manguezais de Macro Maré da Amazônia	27
Figura 02: Área de estudo – São João da Ponta e respectiva RESEX Marinha.....	33
Figura 03: Sede da MOCAJUIM – Casa do Extrativista de SJP	36
Figuras 04 e 05: Reunião do Conselho Deliberativo	37
Figura 06: Mapa das Comunidades do Entorno da RESEX	39
Figura 07: Modelo Esquemático da Interface Paisagem-Território à utilização em análises do meio ambiente	55
Figura 08: Modelo para definição da paisagem	60
Figura 09: Organização do Gerenciamento Costeiro no Brasil	73
Figura 10: Zona Costeira Amazônica	75
Figura 11: Mapa dos manguezais da zona costeira paraense	76
Figura 12: Potencias atores sociais que constituem o Conselho Deliberativo de uma RESEX	88
Figura 13: A infância no mangue	96
Figura 14: Técnica do laço	97
Figura 15: Marca de localização do laço	98
Figura 16: Apetrechos de pesca.....	99
Figuras 17 e 18: Pescador e respectivo mapeamento dos pesqueiros e o poço de criação ...	102
Figuras 19, 20 e 21: Pescadores e pescadora marcando os pontos de pesca.....	104
Figuras 22 e 23: Carta-imagem impressa em banner e plástico com resultado da sobreposição após o mapeamento	105
Figura 24: Mapa de localização dos pesqueiros mais utilizados.....	106
Figuras 25 e 26: Pesqueiros do Desterro e Porto Grande.....	110
Figura 27: Mapa de pesqueiros e respectivas paisagens	111
Figuras 28, 29, 30 e 31: Geo-foto-grafias de paisagens das comunidades pesqueiras.....	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Síntese de dados socioeconômicos de três municípios do nordeste paraense	31
Quadro 02: Dados gerais sobre São João da Ponta	32
Quadro 03: Distribuição das comunidades em pólos	38
Quadro 04: Princípios de ordenamento do território	56
Quadro 05: Conceitos fundamentais para territorializar o meio ambiente	63
Quadro 06: Síntese da vertente socioambiental	82
Quadro 07: Entendimentos sobre as responsabilidades dos conselhos na visão dos dirigentes e lideranças das unidades.....	90

LISTA DE SIGLAS

APP – Área de Proteção Permanente

CMMA – Cinturão de Manguezal de Macromaré

CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FADESP – Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa

GEPPAM – Grupo de Estudos Paisagem e Planejamento Ambiental

GPS – Global Positioning System

GTP – Geosistema -Território - Paisagem

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MA – Estado do Maranhão

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MOCAJUIM – Associação dos usuários da Resex Marinha de São João da Ponta

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

MPOG – Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão

PA – Estado do Pará

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RESEX – Reserva Extrativista

RMSJP – RESEX Marinha São João da Ponta

SEDAP – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SJP – São João da Ponta

SPT – Sistema Paisagístico Territorializado

UC – Unidades de Conservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – AS PAISAGENS DAS BEIRADAS DO MOCAJUBA E MOJUIM.....	25
1.1 O município de São João da Ponta e a RESEX Marinha: os limites institucionais	29
1.1.1 Município de São João da Ponta no Contexto da Paisagem Costeira	29
1.1.2 RESEX Marinha de São João da Ponta.....	32
1.2 Etapas metodológicas para interpretação da paisagem territorializada	40
1.2.1 Identificação e compreensão de paisagens territorializadas de mangue a maré	42
1.2.2 Mapeamento Participativo.....	44
1.2.3 Elaboração de produtos cartográficos por meio de S.I.G. (Sistema de Informações Geográficas).....	46
1.2.4 Geo-foto-grafia	47
CAPÍTULO II - TRANSVERSALIDADE DA PAISAGEM: PAISAGEM-TERRITÓRIO COMO “O SINAL SOBRE O TERRENO E O OLHAR DAS CONVULSÕES AMBIENTAIS”.....	49
2.1. Diálogos entre paisagem e território: <i>novos</i> paradigmas para geografia (?)	51
2.2. A paisagem território: categorias indissociáveis para análises do meio ambiente.....	57
2.3. Paisagem sujeito e objeto no contexto de populações tradicionais	64
2.3.1 Populações Tradicionais e a relação com as unidades de conservação.....	65
CAPÍTULO III – GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA DE PAISAGENS COSTEIRAS	71
3.1 Gestão da zona costeira brasileira	72
3.2 Socioambientalismo e gestão compartilhada	79

3.3 Conselho deliberativo.....	85
CAPÍTULO IV – “NA PALMA DA MÃO A MARÉ DO PESQUEIRO”: PAISAGENS PESQUEIRAS DA RESEX MARINHA DE SÃO JOÃO DA PONTA	93
4.1 Paisagem territorializada pela pesca na RESEX Marinha de São João da Ponta.....	94
4.2 Múltiplas territorialidades nas paisagens pesqueiras: mapeamento dos pontos de pesca	101
4.3 Paisagens funcionais: o olhar interno que “aclara e humaniza o território”.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS	121
ANEXOS	128

INTRODUÇÃO

*São João da Ponta é uma cidade, fica em frente a maré
tem siri, tem caranguejo, tem o peixe aimoré
Mas isso é bom,
tem o peixe, o turú, tem a ostra
e o mexilhão e também o camarão
(Pedro Bandeira – Memórias de São João da Ponta/PA)*

O paradigma de desenvolvimento capitalista orienta as práticas globais e as políticas, que administram o papel das nações na divisão territorial do trabalho. Alguns eventos mundiais redefinem o padrão de acumulação e provocam transformações de escala global. Como exemplo de um evento nessa escala, Becker (2010, p. 272) menciona o fim da Guerra Fria e a queda do muro de Berlim, resultando conflitos de definições territoriais por recuperação política e cultural.

Para a autora, este evento manifestou transformações intensas e instáveis em curso no planeta, de esgotamento do padrão da acumulação em grande escala e alteração da centralidade do poder, em esfera global, resultando em conflitos ambientais e sociais.

Estas transformações (não restritas ao evento citado, mas decorrentes de distintos fenômenos no planeta) definiram/definem tendências, sobretudo a preocupação mundial com a crise ambiental, desencadeada por um padrão consumista de base ilimitada e desenfreada de exploração de matéria-prima no século XX. Acerca da ressignificação do uso dos recursos naturais e a emergência de novas territorialidades, a explanação de Bertha Becker esclarece sobre a revalorização estratégica e econômica da dimensão ambiental:

A valorização da dimensão política do espaço também se relaciona à redefinição da natureza e das relações sociedade-natureza. Na medida em que a crise ambiental estabelece limites reais à exploração predatória de recursos naturais, o novo mundo industrial atribui outro significado à natureza. Por um lado, tenta se independizar da base de recursos naturais utilizando menor volume de matérias-primas e de energia. Por outro lado, as novas tecnologias valorizam os elementos da natureza num outro patamar, como fonte de informação (codificação da vida) para a ciência e a tecnologia, e, portanto, como capital de realização atual ou futura. (BECKER, 1994, *apud*, 2010, p. 289)

A pressão ambientalista nacional e internacional, contra o uso predatório da natureza e por um novo padrão de desenvolvimento sustentável, fomentaram as variadas discussões em torno da proteção dos recursos naturais, como as conferências organizadas pelas Nações Unidas¹ que resultaram em criações de estratégias para atender aos compromissos assumidos pelo governo brasileiro em resposta às iniciativas mundiais, como é o caso da criação e

¹“Ambiente Humano” (Estocolmo, 1972), “Meio Ambiente e Desenvolvimento” (Rio de Janeiro, 1992), “Desenvolvimento Social” (Copenhague, 1995) e “Desenvolvimento Sustentável” (Johannesburgo, 2002).

implantação das Unidades de Conservação (UC), utilizadas a fim de proteger o patrimônio natural e cultural do país.

O Estado brasileiro (representado por legislações e implementações de políticas de governo) mantém, ao longo de sua história, uma conflituosa relação na esfera das questões ambientais, com agudizada perda de sua biodiversidade em decorrência de diversos fatores, tais como: os padrões de desenvolvimento que ressignificam os valores da natureza; o crescimento populacional que aumenta a pressão sobre o consumo dos recursos naturais; e, entre outros, a predominância de implantação de empreendimentos perniciosos à conservação da natureza e aos saberes e modo de vida de comunidades tradicionais.

Desde a criação de áreas naturais protegidas nos Estados Unidos, em meados do século XIX, que objetivavam proporcionar aos habitantes da cidade um lugar onde se pudesse apreciar a natureza², constituiu-se uma política preservacionista adotada principalmente nos países de terceiro mundo (Diegues, 2008). A este autor, essa ideia de transferência de “espaços naturais vazios”, sem a presença de moradores, foi conflitante ao ser implantada em países tropicais, por haver nessas regiões populações tradicionais e indígenas.

Como resposta mais estruturada a uma necessidade de conservação ambiental foram implantadas, com categorias distintas, as Unidades de Conservação. A princípio, com caráter preservacionista, as propostas ditavam a restrição de uso do solo para proteção dos recursos naturais, em que não se permitia a permanência de populações locais em áreas de interesse na manutenção do equilíbrio e estrutura natural, com permissão somente de uso indireto dos atributos naturais. Entretanto, em meio as adversidades e contraposições à práticas preservacionistas, seguiram-se discussões realizadas no âmbito da inserção destas populações locais e a relevância destes grupos ao equilíbrio de áreas ecologicamente importantes, com base no ideário socioambientalista.

Sob estas condições regulamentaram-se, por meio da Lei 9.985/2000, as UC em dois grupos distintos: Unidades de Proteção Integral e de Unidades de Uso Sustentável. Neste último grupo enquadram-se as Reservas Extrativistas, categoria que contempla área utilizada por populações extrativistas tradicionais, e tem por objetivo a proteção dos meios de vida e cultura dessa população (BRASIL, 2000).

Todavia foi a partir do final da década de 1980 que as primeiras UC conciliadas com um paradigma socioambiental, que contemplavam e favoreciam a presença de populações

² A ideia americana de áreas protegidas constituía uma política preservacionista, cujo homem era visto como destruidor da natureza e propunha a criação de “ilhas” de conservação como espaço de apreciação da natureza aos habitantes da sociedade “urbano-industrial” dos EUA, como afirma Diegues (2008).

tradicionais, se organizaram no cenário ambiental brasileiro, processo decorrente da mobilização e luta dos seringueiros da Amazônia.

A Reserva Extrativista é uma categoria de UC de uso sustentável que iniciou a inserção e valorização do conhecimento tradicional de modo regulamentado e reconhecido no sistema de conservação no Brasil, em que pese para tanto, a realização de atividades econômicas como fonte de subsistência (coleta de produtos de flora nativa ou pesca artesanal) segundo modo tradicional, e, condicionados à regulamentação específica (Diegues, 2008).

A concepção de RESEX se espalhou até a implantação de territórios conservados em zona costeira, abrangendo comunidades pesqueiras em toda extensão do litoral brasileiro. Contudo o ideário conservacionista praticado pelo Estado, mesmo que resguarde a valorização do modo de vida tradicional e assevere a relevância destas práticas socioeconômico-culturais na proteção ambiental, ainda continua executando propostas de implantação pensadas e concretizadas de ‘cima para baixo’, sobretudo em questões relacionadas aos limites territoriais e práticas permitidas.

Em suas observações sobre pescadores do mar, Diegues afirmou³ a relevância em considerar a representação que o pescador faz em torno do mar ou das atividades pesqueiras, e ainda que o território pesqueiro não tem sentido sem a representação, a expressividade do modo de vida.

Por meio da afirmativa acima, e de outros sinais do conhecimento tradicional, o autor ratifica a ideia em que as RESEX devem funcionar dentro da noção de território dos pescadores e que para isso é fundamental entender a noção de território destes sujeitos, a linguagem pesqueira, a fim de proteger o que é essencial para o limite da pesca.

A valorização do conhecimento tradicional conflui ainda com a abordagem de Furtado (1993) sobre a criação de reservas pesqueiras, a qual considera fundamental que para implantação de reserva extrativista sejam observadas/respeitadas as concepções das populações tradicionais, que envolvem recursos de fauna e flora, assim como seus códigos de ética “cuja violação implica desajustes tanto para o homem quanto para o meio ambiente” (1993, p.243).

Na perspectiva de analisar territórios ordenados por políticas de conservação, em que RESEX são criadas por sua importância na paisagem costeira, é que se realizou esta pesquisa,

³ Anotações realizadas na disciplina “O Mar como Espaço de Estudos Interdisciplinares: o Papel da Socioantropologia Marítima” - NUPAUB/USP - em 08 e 14 de outubro de 2015.

de modo a refletir, especificamente, a paisagem-território da RESEX Marinha São João da Ponta (RMSJP), localizada na mesorregião do nordeste paraense.

A RMSJP está situada no maior “cinturão contínuo de manguezais do planeta” (SOUZA FILHO, 2005). A extensão do ecossistema de manguezal, que Souza Filho define como Costa de Manguezais de Macromaré da Amazônia (CMMA), “estende-se da Baía de Marajó (PA) até a Ponta de Tubarão, Baía de São José (MA), perfazendo cerca de 650 km de litoral em linha reta.” (SOUZA FILHO, 2005, p. 428).

Por conta da localização, do potencial pesqueiro e dos demais recursos provenientes desse ecossistema de manguezal, a costa paraense contou com sucessivas implantações de RESEX Marinha em seu território, totalizando 12 até a realização desta pesquisa, conforme o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Dentre estas 12 RESEX, localizada na mesorregião do nordeste paraense e microrregião do salgado, situa-se a RESEX Marinha São João da Ponta (RMSJP), recorte espacial desta pesquisa.

Entre marés⁴, matas, mangues, rios, caminhos, estradas, moradias, praças, portos e outras paisagens, os pescadores artesanais da RMSJP, caracterizam, organizam, concebem, estruturam o seu território das atividades cotidianas, materializando territorialidades e moldando paisagens.

Entende-se com base nas literaturas estudadas e nas observações em campo que este território, definido por processos de relações temporais, não pode ser apreendido dissociado da paisagem, pois, ao considerar que a paisagem “aclara e humaniza o território”, como bem ilumina Passos (2013, p.29), conclui-se que já não é suficiente analisar o território, e as respectivas territorialidades que o constituíram, sem entender a subjetividade e distintos elementos físicos e simbólicos a este imbricados.

Os pescadores e pescadoras, das comunidades do entorno da RESEX, que são usuários cadastrados pela Associação de Usuários (MOCAJUIM), efetuam suas atividades pesqueiras artesanais de modo a atender as especificações regulamentadas para continuidade do exercício da prática pesqueira. Estas observações conduzem a buscar entender que o grande valor não está restrito ao apontar o território em si, mas, sobretudo apontar o que constitui/constituiu o território, assim como as relações neste estabelecidas.

⁴ “Oscilação periódica do nível do mar resultante da combinação da ação gravitacional da Lua e do Sol sobre a Terra, normalmente apresentando dois ciclos por dia, ou seja, duas preamares e duas baixa-mares alternadas durante 24 horas.” (IBGE, 2011)

As subjetividades que atribuem significado ao território, em dinâmica constante da relação sociedade-natureza, se prestarão a ser analisadas geograficamente através da perspectiva do par categórico paisagem-território identificado por pescadores, assentada essencialmente na visão de Bertrand sobre saberes híbridos e a forma como o homem vive a terra, a representa, a transforma, a explica, ou ainda como o autor precisamente analisa, “... paisagens e territórios que nos rodeiam e, numa certa medida, nos condicionam.” (2009, p.17).

Considerou-se como a paisagem territorializada por atividades pesqueiras é identificada pelos sujeitos que a compõem, e, se esta identificação de sua territorialidade endereça ou pode endereçar caminhos que concebam a paisagem como uma “teia de relações” que os sujeitos sociais constroem com seu território, posto que a paisagem é compreendida por Passos (2013, p. 91) como uma projeção estética das relações entre sociedade e meio ambiente, uma ‘imagem global’ que é “reconstruída a partir de territórios coletivo e individual”.

Em 13 de dezembro de 2002, por meio de Decreto S/N, foi criada a RESEX Marinha de São João da Ponta, localizada no município de mesmo nome. Nesta UC a gestão se faz com base na proposta de gestão compartilhada, e, o conselho deliberativo é um instrumento de articulação entre a gestão institucional e o diálogo com a comunidade.

O objetivo da implantação da RESEX Marinha de São João da Ponta é de proteger os meios de vida e cultura das populações tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área ⁵. Cabe mencionar a ideia de Diegues (2008) e a interdisciplinaridade que a conservação da natureza presume

Partindo-se da constatação que a “conservação da natureza” não é somente um tema “naturalista” de proteção da “natureza selvagem e intocada”, mas também apresenta dimensões culturais e políticas, há necessidade de se incorporar as ciências sociais e os saberes tradicionais na definição das políticas conservacionistas. Daí a necessidade de um enfoque interdisciplinar para o trato do tema, que incorpore também o conhecimento local, uma vez que, ainda hoje, ele é amplamente dominado pelas ciências naturais. (DIEGUES, 2008, p. 169)

Passos (2013, p.27) preconiza que “a geografia é uma interpretação social do território”. Portanto, para que se pretenda uma compreensão geográfica do meio ambiente, de

⁵ Este parágrafo é composto por informações da Caracterização dos aspectos socioambientais e econômicos da reserva extrativista de São João da Ponta e proposta de estudos complementares – ICMBio, 2010.

vez que se concretize a interdisciplinaridade, é necessário ‘territorializar’ o meio ambiente, que é ao mesmo tempo um enraizar na longa história das sociedades e no território dos homens, e, associar “a paisagem como o sinal sobre o terreno e o olhar das convulsões ambientais (...)”.

Analisar os contornos de ação do Estado, indicando como e para quem se controla determinado território, se traduz das discussões mais caras ao conhecimento geográfico, tendo em vista que se trata de uma importante prática de domínio, controle e apropriação, justificadas como necessárias a proteção, recuperação ou manutenção do meio ambiente.

Diante dessas e outras questões ambientais, o Grupo de Estudos Paisagem e Planejamento Ambiental (GEPPAM), coordenado pelas professoras Dra. Márcia Pimentel e Dra. Carmena Ferreira, realiza atividades na RESEX desde 2010, com execução de projetos que compartilham saberes acerca da paisagem entre docentes, discentes (graduação e pós-graduação) e os “mestres da maré”, como são identificados os pescadores e tiradores de caranguejo de São João da Ponta.

Esta trajetória estabeleceu parceria fundamental ao encaminhamento da gestão participativa, pois instituiu relação recíproca de aprendizado com elaboração de estudos, encaminhamentos de pesquisas e participação em eventos organizados pela associação dos usuários e a gestão institucional (ICMBio), além de garantir espaço à universidade na composição do Conselho Deliberativo da UC em foco.

Neste sentido, diante dos estudos recorrentes na RESEX e em atenção às atividades anteriormente realizadas, foram identificadas lacunas em estudos sobre gestão de paisagem territorializada, em que se analise como o sujeito envolvido nesta territorialidade interpreta a paisagem através do seu olhar e como esta interpretação pode ser materializada de modo a fornecer subsídios, ferramentas e documentos que contribuam a gestão da UC, a partir da combinação dos conhecimentos científicos e tradicionais.

Uma etapa imprescindível para efetivação de uma pesquisa desta natureza é solicitar autorização dos responsáveis pela gestão da Unidade, sobretudo se este processo de gestão decorre na esfera de gestão compartilhada. Logo, saber se a comunidade envolvida teria interesse na pesquisa foi um processo realizado em reunião com o conselho deliberativo da RESEX.

As propostas foram apresentadas em reunião do conselho deliberativo e cada membro do conselho deu parecer positivo sobre a relevância da pesquisa à gestão e planejamento de futuras ações na RESEX. A autorização para realizar a pesquisa, por parte dos conselheiros, consta na ata desta reunião em anexo neste trabalho (anexo A). Segue em

anexo, do mesmo modo, a autorização institucional do ICMBIO, por meio do protocolo SISBIO (anexo B).

Os pescadores e pescadoras que representam os usuários da RESEX e compõem o conselho gestor, se dispuseram a contribuir acompanhando em campo e compartilhando suas experiências e conhecimentos sobre o universo da pesca, ratificando deste modo, a razão principal de uma pesquisa-ação, que será a metodologia utilizada para execução da proposta, onde da interação entre pesquisador e sujeito emerge a construção de novos conhecimentos voltados para prática (THIOLLENT, 1996).

Frente às questões refletidas e expostas, este trabalho tem por objetivo analisar e interpretar como os pescadores, usuários da RMSJP, compreendem e identificam a paisagem territorializada por atividades pesqueiras, considerando quais elementos ordenam os territórios de pesca desses sujeitos e compõem a paisagem por eles produzida. O par categórico paisagem-território proposto por Bertrand (2009) é a base teórica geográfica para interpretar o “olhar sobre o terreno”, de forma a identificar a territorialidade das atividades pesqueiras em construção e interação contínua com as formas e representações paisagísticas.

Para desenvolver essa pesquisa, percorremos trajetórias de pesquisa qualitativa na perspectiva de alcançar resposta aos questionamentos que seguem:

- Como os pescadores e pescadoras, usuários da RESEX Marinha São João da Ponta, compreendem e identificam a paisagem territorializada por suas atividades pesqueiras?
- Onde estão e quais elementos ordenam os territórios de pesca desses sujeitos e compõem a paisagem por eles produzida?

Entende-se que para interpretar a identificação das territorialidades dos/as pescadores/as é fundamental considerar os conhecimentos tradicionais e suas concepções sobre a paisagem, como citado anteriormente por Furtado (1993). Portanto, mapear os locais de produção, que são os pontos de pesca chamados de pesqueiros (onde estão concentradas as espécies de peixe na maré), por meio de mapeamento participativo, foi um dos caminhos metodológicos utilizados para interpretar a paisagem territorializada pelos pescadores artesanais.

Como passo inicial, para amparar teoricamente distintos conceitos, realizou-se pesquisa bibliográfica, esquematizando um arcabouço-teórico com revisão de literaturas as quais direcionassem e fundamentassem a abordagem acerca de: Paisagem Território (Bertrand, 2009), (Passos, 2013), (Saquet, 2015); Unidades de Conservação – RESEX e

Legislações (Diegues, 2008), (Santilli, 2005), (Silva Pimentel e Ribeiro, 2016); Pesca e Pescadores Artesanais (Diegues, 2004), (Furtado, 1981; Furtado et al., 1993, 2002), (Maneschy, 1993; Oliveira e Maneschy, 2014), (Silva, 2014), (Moraes, 2005; 2007; 2011), Pesquisa-ação e Mapeamento Participativo (Thiollent, 1996; Thiollent e Silva, 2007), (Corrêa e Sá 2010), (Acselrad, 2008), (Silva e Verbicaro, 2016) além de revisões realizadas em livros, artigos, dissertações e teses.

Para entender e relacionar as literaturas ao recorte espacial da pesquisa, foi desempenhada pesquisa documental, com análise em fontes primárias de documentos institucionais (ICMBio, MMA, EMATER, SEDAP) e de dados sistematizados de grupos de estudos (GEPPAM) e outras instituições de pesquisa (FADESP), como mapas, caracterizações sócio-físicas e ecossistêmicas, registros de história oral e documentos históricos de criação e gestão da RESEX.

Com o escopo de um contato inicial entre os sujeitos e a realidade que os envolve, executou-se (após a solicitação para realização do estudo na reunião do conselho deliberativo) um primeiro trabalho de campo para compreender, a princípio, como os usuários da RESEX percebem e fazem uso da paisagem território em que estão inseridos e com ela interagem.

O primeiro trabalho de campo, ainda tateando com os objetivos, foi adequado à construção inicial da pesquisa que culminou com o relatório de qualificação. Este primeiro momento em campo constitui-se estruturado com base nos seguintes procedimentos metodológicos: Entrevista Semidirigida, que consistiu em guia previamente preparado, mas que não exige ordem rígida das questões, por meio do qual o desenvolvimento se adapta ao entrevistado e mantém grau de flexibilidade, conforme orienta Passos (2013), e, Registros Fotográficos do pesquisador e dos sujeitos que compõem a pesquisa, objetivando que os mesmos demonstrassem suas percepções e representações das paisagens de seu entorno.

A partir deste primeiro andamento de construção da pesquisa, elaboramos os outros procedimentos, prosseguindo na metodologia de abordagem qualitativa construída com a pesquisa-ação. As etapas seguintes da pesquisa efetivaram-se alinhadas aos procedimentos metodológicos de: Trabalho de campo com entrevistas semi-dirigidas, mapeamento participativo com imagem de sensoriamento remoto, elaboração de produtos cartográficos com tratamento de informação em SIG e geo-foto-grafia.

A elaboração do primeiro capítulo cumpriu-se da descrição da área de estudo, onde está situada a RESEX, bem como o detalhamento dos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, com a execução de seis trabalhos de campo por meio de pesquisa participativa e efetuação de atividades com os pescadores usuários da RESEX. Neste processo, entre outras

atividades, visitaram-se comunidades do entorno da UC onde foram realizadas entrevistas semidirigida; registros fotográficos e vídeos com relatos acerca da paisagem pesqueira e sua expressão territorial; percorreu-se pelos Rios Mojuim e Mocajuba (nos trechos que limitam hidrograficamente a reserva) e desta forma, na companhia de 3 pescadores e 1 pescadora, foram pontuados os pontos de pesca com GPS.

Com o propósito de compreender como os pescadores e pescadoras identificam a paisagem-território em que estão repousadas suas atividades e representações extrativistas, solicitou-se também a construção de mapas participativos utilizando a técnica de mapeamento com imagem de sensoriamento remoto, com registros da percepção ambiental do espaço vivido guardado na memória dos pescadores.

O segundo capítulo deste trabalho está organizado com a discussão teórica sobre a transversalidade da paisagem, para apreender a paisagem-território como “o sinal sobre o terreno e o olhar das convulsões ambientais” que Messias dos Passos nos norteia a refletir. A teoria maior está assentada na acepção de Bertrand (2009) e o sistema de paisagem territorializada. A aproximação com estas apreensões foram fundamentais para entender o papel que a geografia pode e deve ocupar nos debates de confluência ao meio ambiente.

O terceiro capítulo perfaz o trajeto de gestão da zona costeira, tendo em vista a contextualização histórica e política dos arranjos territorializados na paisagem costeira brasileira e sua interface com o socioambientalismo, que incidiu na materialização, em forma jurídica, de um processo de gestão ambiental compartilhada entre governos e comunidades envolvidas na instituição das unidades de conservação. O reconhecimento dos saberes tradicionais à conservação ambiental, que transcende a luta de mobilizações sociais e se regulamenta por meio de legislações e políticas públicas, suplanta as questões da complexidade do “diálogo dos saberes” e instrumentaliza a participação e atuação de populações tradicionais na gestão compartilhada de espaços ecossistêmicos valorosos, porém vulneráveis a ação antrópica predatória.

Concluindo as reflexões, o quarto capítulo aborda a paisagem territorializada pela pesca na RMSJP, em compasso as análises identificada pelos pescadores e suas respectivas compreensões paisagísticas de múltiplos olhares e territorialidades. Neste capítulo apresentamos os mapas que foram construídos com os pescadores indicando pesqueiros e algumas características destes, assim como apresentamos análises sobre os registros geofotográficos, em atenção aos pressupostos da pesquisa qualitativa que nas leituras de Augusto (et al, 2014) nos foi indicada sobre sua abordagem a interpretação do mundo, em que

pesquisadores estudam as coisas em seus “cenários naturais”, atribuindo-se importância fundamental aos depoimentos dos sujeitos envolvidos.

O desenvolvimento dessa pesquisa é significativa para que estes territórios, identificados pelos próprios pescadores através das marcas da paisagem e dos caminhos os quais estes sujeitos perfazem e pertencem, permaneçam contemplados no processo de gestão, a partir da elaboração de materiais e instrumentos que subsidiem continuamente o monitoramento e proteção, para manejo e seleção de áreas de conflitos ou de possível sobrepesca e conseqüente empobrecimento e/ou esgotamento dos recursos explorados.

CAPÍTULO I – AS PAISAGENS DAS BEIRADAS DO MOCAJUBA E MOJUIM

Os ecossistemas de manguezais são Áreas de Preservação Permanente⁶ (APP), que por seu turno tem a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade (BRASIL, 2012). Os manguezais são áreas reconhecidas e protegidas por sua importância ao ambiente marinho e à reprodução de atividades extrativistas que fornecem alimento e garante economia a população humana, legitimadas na atualidade pelo Novo Código Florestal brasileiro, Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012. Entende-se por manguezal, nos termos da Lei:

XIII - manguezal: ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos, sujeitos à ação das marés, formado por vasas lodosas recentes ou arenosas, às quais se associa, predominantemente, a vegetação natural conhecida como mangue, com influência flúvio-marinha, típica de solos limosos de regiões estuarinas e com dispersão descontínua ao longo da costa brasileira, entre os Estados do Amapá e de Santa Catarina. (Lei nº 12.651/12, Art. 2º)

A variedade biológica dessas áreas formam grandes berçários naturais, tanto a espécies típicas quanto para aves, peixes, moluscos e crustáceos, que encontram as condições ideais para reprodução, criadouro e abrigo, de valor ecológico ou econômico.

Por características fisiográficas os manguezais apresentam um tipo de vegetação de composição botânica pouco variada, com dominância de espécies popularmente identificadas como Mangue Vermelho (*Rhizophora mangle*), Mangue Branco ou Tinteiro (*Laguncularia racemosa*) e a Siriúba (*Avicennia germinans*). Essa vegetação está presente em áreas inundáveis por água salobre, de características precisas e se desenvolvem em todos os lugares com influência da água salgada, ocupando extensas áreas ao longo do litoral da região de várzeas flúvio-marinhas da Amazônia brasileira (Lima *et al*, 2001). Ainda sobre as características, destaca-se aos manguezais

Uma predominância de substratos lamosos e arenosos, que promovem a abundante fauna demersal da região, mas também, nas partes mais profundas, encontram-se fundos mais duros, com predominância de cascalhos ou cascalhos e areia. Na foz do rio Amazonas, a região sofre a influência sazonal da chamada “pluma amazônica”, uma massa de água resultante da vazão do rio que se desloca sobre o mar, em direção NE por centenas de quilômetros. (Relatório 1 PNUD – enfoque ecossistêmico - ICMBio, 2013, p. 08)

⁶ Aos termos do novo Código Florestal, Lei 12.651/12, em seu Art. 3º inciso II, entende-se por Área de Preservação Permanente – APP “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.”

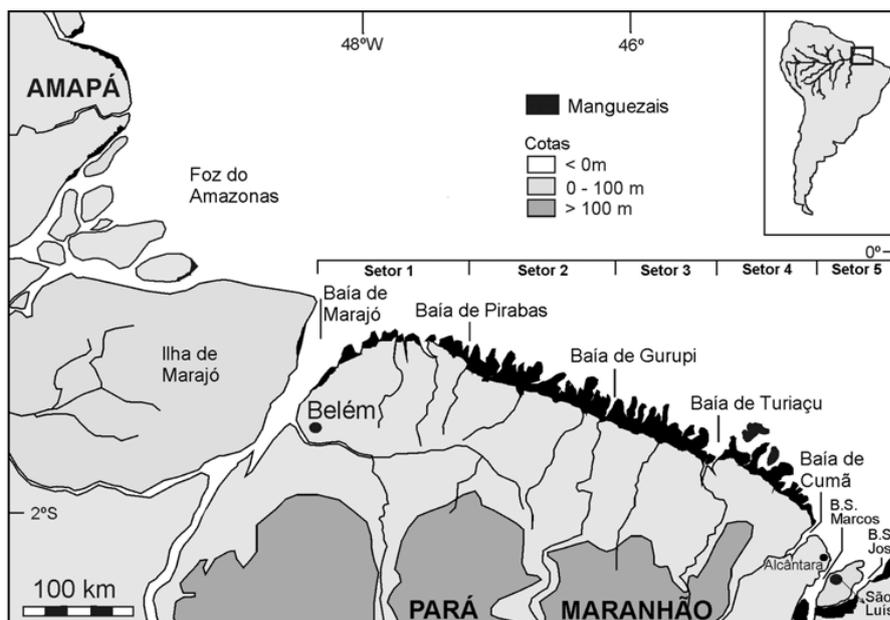
A formação ecossistêmica da fachada atlântica da Amazônia brasileira, analisada por Aziz Ab'Saber, caracteriza a influência sistêmica que o rio Amazonas exerce na faixa costeira norte brasileira. A descarga de sedimentos provenientes do colossal corpo hídrico no estuário amazônico forma um ecossistema costeiro distinto e único no Brasil.

O fator número um responsável pela constituição do suporte ecológico da faixa litorânea do Amapá, de Marajó (Pará) e do nordeste paraense e maranhense está relacionado com o extraordinário volume de sedimentos finos que o rio Amazonas descarrega nas águas do golfo Marajoara: o *mar Dulce* dos antigos cronistas. Na realidade, porém, uma parte importante desses sedimentos argilosos é devolvida para a beira dos estuários e margens terminais de alguns rios de maior porte. O leque de lamas que se forma em frente de Marajó graças à junção do material fino descartado pelas bocas norte do Amazonas e a boca do rio Pará (Tocantins, estreitos de Breves, rio Guamá) ficou disponível para a ação das marés, em uma costa marcada por uma tropicalidade berrante. (Ab'Saber, 2002, p. 16)

A Amazônia e toda sua heterogeneidade ecossistêmica é delineada, em uma porção de seu litoral, com o que Souza Filho (2005) definiu como a Costa de Manguezal de Macromaré da Amazônia (CMMA), recorrente desde a Baía de Marajó (PA) até a Ponta de Tubarão, Baía de São José (MA). Não obstante, outra modalidade de manguezal decorre na fachada atlântica amazônica, no estado do Amapá, que se difere fisiograficamente, pois é retilinizado, enquanto no Pará e noroeste do Maranhão é “trombetiforme”. (Ab'Saber, 2002)

Em estudo realizado para o monitoramento de manguezal, Souza Filho esclarece que a CMMA perfaz aproximadamente 650 km de litoral em linha reta. É uma área “caracterizada por um relevo baixo (0 a 80 m), ampla planície costeira (com até 70 km de largura) e extensa, endentada e recortada por vários estuários.” (SOUZA FILHO, 2005, p.428). A figura abaixo apresentará a ocorrência da CMMA no litoral norte do Brasil, assim como distribuição do manguezal na costa amazônica.

Figura 01 – Costa de Manguezais de Macromaré da Amazônia (CMMA)



Fonte: Souza Filho (2005).

Henrique de Barros⁷ posiciona sua atenção para destacar a importância dos ecossistemas da costa norte do continente, onde se localizam os manguezais, descrevendo-os como principais traços de união da paisagem litorânea que cresce e se desenvolve numa interface entre continente e oceano. E segue refletindo acerca dum contínuo movimento de transição de água doce e salgada, de fazer e refazer, “onde o destruir aqui representa a reconstrução mais além, onde o equilíbrio dinâmico entre as forças do mar e da terra significa a permanência de uma vegetação específica, de alta resiliência (...)”. (PROST e MENDES, 2013, p. 03).

A fim de não disjuntar a relevância ecológica desse ecossistema à manutenção da reprodução sustentável de uso dos recursos derivados do manguezal, sobretudo por populações locais, é que se sublinha o papel do Estado como agente organizador da ocupação e uso deste espaço, com vistas a criar instrumentos de ações para ordenação com planejamento ambiental.

Dentro destas análises verificam-se intencionalidades de enfoque ecossistêmico atribuído a políticas de conservação para áreas de manguezal. Dentre políticas estabelecidas destaca-se a implantação de RESEX Marinha na costa paraense, sobretudo na mesorregião nordeste do estado, com caráter socioecológico, assinaladas por modelos de co-gestão que

⁷ Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em apresentação do livro “Ecossistemas Costeiros: impactos e gestão ambiental”, (PROST e MENDES, 2013).

agregam as políticas governamentais o conhecimento, historicamente sustentável de exploração dos recursos naturais, das populações tradicionais.

Consta na proposta de relatório final do “Plano de Gestão Integrada dos Recursos Pesqueiros com Enfoque Ecosistêmico para as Nove Reservas⁸ Extrativistas Marinhas do Litoral Paraense” (FADESP, 2013) que a conservação dos recursos naturais desta região é considerada uma questão estratégica desde o ponto de vista ambiental, como social e econômico do país, visto ser uma região que habitam inúmeras populações que dependem da pesca e do extrativismo vegetal para sua sobrevivência e reprodução social.

Deste modo um conjunto de UC foi implantado na zona costeira do Pará, a partir de 2001, com a primeira RESEX Marinha do estado, localizada em Soure no Marajó, seguida em 2002 por RESEX em Curuçá, Maracanã, Santarém Novo e São João da Ponta. Outras quatro restantes, em 2005, nos municípios Tracuateua, Bragança, Augusto Corrêa e Viseu e as últimas três em 2014, nos municípios de Marapanim, São Caetano de Odivelas e Magalhães Barata.

Estas UC foram implantadas na perspectiva de atenuar impactos ambientais por uso predatório dos recursos provenientes do conjunto ecológico dos manguezais, coadunado a grande importância ecológica e social de sua magnitude, tendo em vista ainda estabelecer gestão integrada e participativa entre as instituições governamentais e as populações extrativistas.

O documento supracitado (FADESP, 2013) sistematiza histórico e característica das primeira nove RESEX Marinha na costa paraense com escopo de elaborar um projeto de gestão integrada ao mosaico de UC na zona costeira do Pará.

Nesta proposta de plano de gestão integrada, admite-se que todas as Reservas Marinhas do litoral paraense foram criadas por solicitação de entidades de representação social, entre elas as associações de moradores ou extrativistas, colônias de pescadores e o apoio de instituições governamentais municipais, ou da sociedade civil, mesmo que com grande indução por parte das autoridades.

Sob este contexto apresentaremos a área de estudo desta pesquisa, com caracterizações que influenciam na implantação de políticas de conservação e agregam significados ao ordenamento ambiental de municípios paraenses à gestão da zona costeira

⁸ Números de RESEX Marinha do estado do Pará relacionado ao período de elaboração do documento (2013), sendo que a partir de 2014 foram criadas mais 3 unidades, totalizando 12 RESEX Marinha na zona costeira paraense.

brasileira. Em continuidade conduziremos o capítulo apresentando as etapas obedecidas para a realização metodológica da pesquisa.

1.1 O Município de São João da Ponta e a RESEX Marinha de São João da Ponta: os limites institucionais.

1.1.1 Município de São João da Ponta no contexto da paisagem costeira

Criado através da Lei Estadual nº 5.920 de 27 de dezembro de 1995, o município de São João da Ponta está localizado na mesorregião do Nordeste Paraense e microrregião do Salgado, com área territorial de 195, 918 km². Seu território anteriormente consistia como povoado de São Caetano de Odívelas denominado de “Ponta de Abas”, posteriormente emancipado por meio da Lei citada.

A localização central do município está na latitude 00°50’59’’sul e longitude 47°55’12’’oeste, com altitude de 34 metros em relação ao nível do mar. Seus limites se fazem na parte norte e oeste com São Caetano de Odívelas, ao sul com os municípios de Terra Alta e São Caetano de Odívelas, e a leste com os municípios de Terra Alta e Curuçá. O acesso se dá pela rodovia PA-136 (Rodovia Castanhal - Curuçá) e PA-375⁹.

A base da economia atual concentra-se em atividades extrativistas de cata de caranguejo, camarão e moluscos, pesca e na agricultura a partir de lavouras temporárias e permanentes (RODRIGUES, 2013). Na agricultura destacam-se a produção de abacaxi, arroz, feijão, mandioca, melancia e milho nas lavouras temporárias, e coco-da-baía, maracujá e pimenta-do-reino nas lavouras permanentes, conforme dados do censo de IBGE (2010). Todavia, no passado, a economia do município teve por base a extração de malva, casca de mangue, maniva, arroz, entre outras culturas de subsistência, como narra Rodrigues (2013) acerca da “Memória de São João da Ponta”.

O relato de moradores antigos do município, à obra citada, descreve que a primeira atividade extrativista no manguezal de São João consistia no extrativismo vegetal, sobretudo com a extração de malva e das árvores do “mangal” (denominação local para o manguezal) para retirada da casca do mangue.

(...)Ajudava meu pai pelo mangal a bater casca de mangue. Derrubava esses mangueiros que tem no mangal assim e batia e tirava a casca. Um bocado de casca!(...) **Maria Bárbara C. Soares – Comunidade Deolândia**

⁹ Informações obtidas do documento de “Caracterização dos aspectos socioambientais e econômicos da reserva extrativista de São João da Ponta e proposta de estudos complementares” (ICMBio, 2010).

Nós não trabalhava no caranguejo. Nós trabalhava, quando eu tinha 8 anos, trabalhava assim na malva, tirando malva com minha mãe. Era capoeirão, dava muita malva e a gente vendia.

Eu tirei muito metro de casca de mangue. A gente tinha uma machadinha (...). O mangueiro, por exemplo, era aqui. Eu trabalhava de segunda a quinta. Quando a maré tava morta. Aí eu deixava a maré crescer. No período em que a maré tava morta nós saíamos pra várzea pra tirar tala de jacitara.

Lázaro Palheta – Comunidade Deolândia

(Rodrigues, 2013, págs. 68/69)

As relações de uso e exploração dos recursos da região historicamente são distintas, mas ambas manifestam a interdependência intrínseca entre homem e natureza, em que o conhecimento sobre a paisagem de seu cotidiano é essencial para práticas econômicas, culturais e para própria subsistência.

São João da Ponta não é um município que se destaca, no estado do Pará, por seu potencial turístico (até mesmo por ser uma área mais afastada do mar), nem por sua densidade demográfica ou por agitada atividade econômica. É um “município jovem”, de contornos e hábitos rurais, em que as atividades agrícola e pesqueira orientam a base econômica local e aos poucos adquirem um mercado para além do consumo municipal, distribuindo produção até em Belém, capital paraense.

Os rios Mocajuba e Mojuim, que delineiam o limite com municípios adjacentes (Curuçá e São Caetano de Odivelas), consistiam na única forma de se chegar a outras localidades fora de SJP. Rodrigues (2013) nos apresentou quatro vias de acesso e saída usada pelos moradores, utilizando os limites ao norte e ao sul de ambos os rios para chegar a comunidades dos municípios vizinhos e a partir de lá ter acesso à estrada que chegassem aos centros urbanos. Consistia numa viagem longa e trabalhosa, lembrada por moradores antigos, transformada com a abertura da estrada em 1958, PA 375, que liga comunidades e a sede de SJP ao município de Terra Alta.

A despeito de a estrada configurar um papel importante na autonomia e desenvolvimento do município, sua função ainda estabelece reflexão distinta entre a população, sobretudo quanto às interferências ambientais em nascentes e cursos d’água que prejudicam demasiadamente a comunidades de seu entorno, como nos foi informado por um agricultor e pescador antigo do município:

O rio? só o que ficou diferente do rio foi depois que evoluiu o negócio de estrada. **Por que a estrada é um rio terrestre**, mas só que a estrada traz muita erosão para dentro do rio, então o nosso rio ele é próximo das estradas, e o nosso rio não é assim um rio como da costa lá, de oceano, é um rio de cabeceira, de criação, e depois que surgiu a estrada, ainda mais que na época que a gente passou aí uns 15 anos, que era só piçarra na estrada. Agora que asfaltou melhorou um pouco, mas só que, como se diz, o estrago já estava

feito. Então tem igarapé que fica até difícil de a gente conseguir arrumar de novo, tem igarapé não que dá para arrumar, mas tem igarapé que não tem como arrumar mais, que praticamente acabou, e ainda teve pessoas que não tinham consciência e desmataram a nascente, as cabeceira... aí pronto. **Seu Zacarias – Comunidade do Açú (grifo nosso)**

Essa postura pavimenta as observações expressas na caracterização da região do salgado paraense onde consta que a economia segue os fluxos das marés de importantes rios, tais como o Mocajuba, Mojuim, Curuçá, Cajutuba, Marapanim e Maracanã. Rios estes que são margeados por exuberantes manguezais, e a pesca, desde primórdios, vem representando uma importante fonte de renda e alimento para estes Municípios (ICMBio, 2013). Deste modo entende-se que é a relação com o rio e seu conjunto ecossistêmico, imbuída das distintas funções de seu uso, que direciona, conduz, organiza, as práticas e modo de vida das populações de seu entorno.

São João da Ponta apresenta modestos números quanto a sua estrutura e reflexos na formação social, porém não são aferições alarmantes se compararmos a outros municípios vizinhos com características socioculturais semelhantes e de fundação centenária, como Curuçá e São Caetano de Odivelas, com dados apresentados no quadro a seguir. São João foi emancipado em período relativamente recente, com a primeira administração municipal iniciada há 20 anos, exatamente no dia 1º de janeiro de 1997, com a posse do primeiro prefeito eleito após a emancipação, Sr. Aurélio Calheiros de Melo, juntamente com os vereadores e vice, eleitos em 03 de outubro de 1996.

Quadro 01: Síntese de dados socioeconômicos de três municípios do nordeste paraense.

Municípios	IDMH 2010	% de pessoas em domicílios com abast. de água/esgoto sanitário inadequados (2010)	% da pop. em domicílios com banheiro e água encanada (2010)	% de empregados sem carteira - 18 anos ou mais (2010)	Rendimento médio por ocupação- 18 anos ou mais 2010	% de pessoas de 18 anos ou + sem fund. completo e em ocupação informal	% de vulneráveis à pobreza (2010)
S. João da Ponta	0,585	21,72	50,48	19,13	325,12	57,74	75,66
S. Caetano de Odivelas	0,582	27,51	52,72	23,93	458,43	59,53	69,96
Curuçá	0,583	36,09	61,26	20,66	412,06	57,74	73,92

Fonte: Consulta de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Acesso em novembro de 2016. Disponível para consulta em: www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/. Adaptado pela autora.

O quadro abaixo sintetizará outras características gerais do município, a partir do censo de 2010 do IBGE.

Quadro 02: Dados gerais sobre São João da Ponta

População estimada 2016	5.884
População 2010	5.265
Área da unidade territorial (km ²)	195,918
Densidade demográfica (hab/km ²)	26,87
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – 2010 (IDHM 2010)	0,583
População residente (2010)	5.265 pessoas
População residente de homens (2010)	2.738
População residente de mulheres (2010)	2.527
População residente alfabetizada	4.100 pessoas
Pessoal ocupado total	345 pessoas
Estabelecimento de Saúde SUS	04

Fonte: Adaptado do Censo 2010, IBGE.

A implantação de uma UC no município de São João da Ponta decorre de sua localização na zona costeira paraense, que é composta por 40 municípios, sendo que 19 deles apresentam ecossistemas de manguezal. Esta é uma área de grande relevância ecológica, como já mencionada, para preservação destes ecossistemas.

Por conta de sua localização privilegiada para proteção e conservação das áreas de manguezal, tradicionalmente conhecida como Zona do Salgado, e por solicitação dos moradores, foi iniciado o processo de criação da Reserva Extrativista de mesmo nome do município de São João da Ponta.

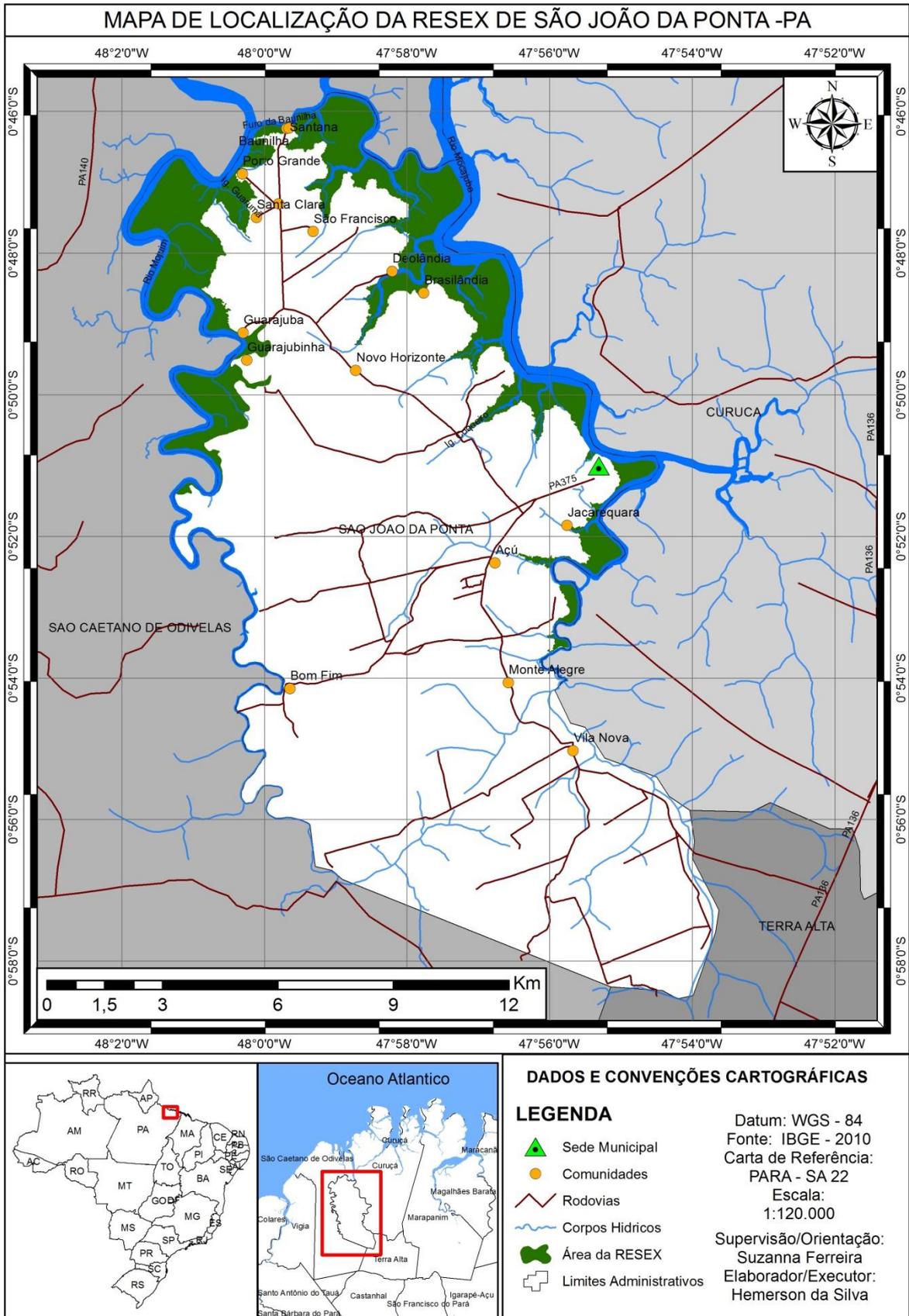
1.1.2 RESEX Marinha de São João da Ponta

Por meio do Decreto S/N de 13 de dezembro de 2002, a Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta foi implantada, abrangendo aproximadamente 3.203,24 ha (três mil, duzentos e três hectares e vinte e quatro centiares) e um perímetro aproximado de 131.268,88 (e um perímetro aproximado de cento e trinta e um mil, duzentos e sessenta e oito metros e oitenta e oito centímetros), conforme explica Rodrigues (2013). A necessidade de criação desta reserva, assim como de outras unidades na região do salgado paraense, é

resultado da mobilização de comunidades pesqueiras organizadas em articulação com as entidades de classe, sociedade civil organizada e poder público.

As comunidades usuárias moram no entorno da área delimitada como unidade de conservação, que é constituída por 720, 8458 ha de espelho d'águas e 2.482,3942 ha de manguezais. Tem por limite divisor com outras RESEX o Rio Mocajuba, que banha a Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá situada em seu limite ao sul, no município de Curuçá, e o Rio Mojuim a nordeste, recurso natural divisor com a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, em São Caetano de Odivelas. A área da UC não abrange áreas marinhas abertas, mas apresenta áreas alagadas pela influência da maré que formam um rico conjunto hidrográfico composto por rios, igarapés e furos que banham a RESEX.

Figura 02: Área de estudo - São João da Ponta e respectiva RESEX Marinha



A flora da RESEX é composta por vegetação típica do ecossistema de manguezal, representada pelos gêneros *Rhizophora* (Mangueiro ou mangue vermelho), *Avicenia* (Siriúba) e *Laguncularia* (Tinteiro), manguezal este que margeia o rio Mocajuba desde a nascente até a foz, o que o faz ser caracterizado como manguezal ribeirinho. As regiões de mangue da costa paraense ainda são pouco antropizadas e apresentam atributos representativos para sua conservação, tanto em aspectos ecológicos como nas questões referentes ao modo de vida de suas populações, as quais imputam maior significado às políticas de conservação, ao passo que urge analisar, compreender e dar visibilidade e representatividade a padrões de vida que perfilam condições de sustentabilidade ambiental.

O Produto Final da proposta de gestão integrada - FADESP, 2013 - faz menção as mais de 100.000 pessoas que utilizam o território das RESEX marinhas do Pará. Esta área é composta por população de moradores constituída basicamente por pescadores artesanais que realizam a pesca e o extrativismo de caranguejos, mariscos e camarões para sua sobrevivência e reprodução econômica. Acerca da Reserva de SJP, a estrutura das famílias de seu entorno está caracterizada pela dependência da pesca e em particular da cata do caranguejo, e muitas vezes complementada com agricultura de subsistência. A RESEX engloba 13 comunidades envolvidas em atividades vinculadas a pesca, com mais de 600 famílias, e “existe um sistema de patronagem para a pesca, na qual os patrões são os proprietários de embarcações motorizadas e dos apetrechos de pesca mais caros, como grandes redes de emalhe.” (FADESP, 2012, p.127)

A caracterização social expressa no relatório que as famílias, formadas geralmente por 4 ou 5 membros, residem em aglomerados denominados comunidades, da qual entende-se, como “o conjunto de indivíduos que residem em uma área mais ou menos restrita e utiliza recursos de maneira mais ou menos comunal.” (FADESP, 2013, p. 82)

A demarcação física e sinalização, regulação fundiária e fortalecimento das associações de bases extrativistas comunitárias, são progressivamente efetivadas na co-gestão de unidades extrativistas na costa paraense, atualmente constituída por 12 RESEX Marinhas, como já aludido.

A RESEX de São João da Ponta é representada por um Conselho Deliberativo que se reúne conforme as demandas, na sede da Associação de Usuários da RESEX, denominada por MOCAJUIM, nome escolhido devido à junção dos nomes dos rios que circundam e fazem o limite da RESEX, Rios Mocajuba e Mojuim. A casa do extrativista, MOCAJUIM, é localizada na sede do município e é o ponto de encontro para realização de atividades que envolvem a RESEX.

Figura 03: Sede da MOCAJUIM – Casa do Extrativista Marinho de São João da Ponta



Fonte: Ferreira, 2016

A figura acima apresenta a fachada da sede da associação MOCAJUIM, identificada também como a Casa do Extrativista, que é ponto de encontro de reuniões do conselho e espaço destinado a realização de distintas atividades planejadas para a RESEX em parceria com diferentes instituições, a exemplo o projeto Maré Solidária, realizado em conjunto com a UNAMA, ICMBio e Projeto Manguezais do Brasil. A associação dos usuários da RMSJP tem sua fundação datada em 13 de abril de 2003, com o 1º presidente representado pelo Sr. Nelson Almeida Santa Brígida, sendo que o conselho deliberativo teve sua formalização pela Portaria nº 11 de 05 de fevereiro de 2007.

Identificar o prédio da sede MOCAJUIM como a própria RESEX tornou-se comum entre os moradores de São João da Ponta, que acabam por denotar ao prédio da Associação como um indicativo da “RESEX” (GONÇALVES, 2012). Essa interpretação compromete, em certo ponto, o propósito de conservação do manguezal, por não envolvimento de usuários indiretos aos propósitos da UC. A população não extrativista ainda permanece no desconhecimento ou afastamento do que é ou se espera que seja uma RESEX. Os passos mais distantes da sensibilização para uso da natureza de modo equilibrado, sustentável, responsável e sincrônico incidem em desencontros entre as regras de uso permitidas e o cotidiano inadequado de uso, agora contornado por regras de utilização.

De acordo com a regulamentação das Unidades de Conservação, a gestão das reservas extrativistas será consolidada aos moldes de gestão compartilhada, mediada por um conselho deliberativo. O conselho deve ser presidido pelo chefe da reserva (servidor do ICMBio), que representa o Estado na gerência da RESEX, o vice-presidente será o presidente

da associação dos usuários, haverá ainda representantes da sociedade civil organizada, comunidade do entorno com respectivos conselheiros, pesquisadores de diversas instituições, representantes de associações e afins, para que se implante na unidade o modelo de co-gestão.

As figuras abaixo apresentam a reunião do Conselho Deliberativo na qual se apresentou a proposta desta pesquisa, momento nos quais igualmente foram apresentados resultados de trabalhos da EMATER e nova composição dos conselheiros das comunidades.

Figuras 04 e 05: Reunião do Conselho Deliberativo, sendo que: 4- Apresentação dos novos conselheiros representantes das comunidades; 5- Apresentação de resultados da chamada pública desenvolvida pela EMATER.



Fonte: Suzanna Ferreira, 2015

A Associação dos usuários responde pelo Plano de Utilização, que é um documento que embasa as normas de uso dos recursos. Tais normas são compreendidas como um dever de todo extrativista dentro dos limites da unidade e num raio de 10 quilômetros de seu entorno, e é por intermédio da Associação que a classe extrativista acessa aos projetos e programas originários da RESEX.

O objetivo de criação e delimitação da área é de proteger os meios de vidas e cultura das populações tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área. As atividades desenvolvidas por estas populações são subjacentes à proximidade ou não dos manguezais, rios, furos e igarapés.

Para organizar as atividades na RESEX, as comunidades são divididas em 04 (quatro) polos, como demonstradas no quadro a seguir:

Quadro 03: Distribuição das comunidades em polos

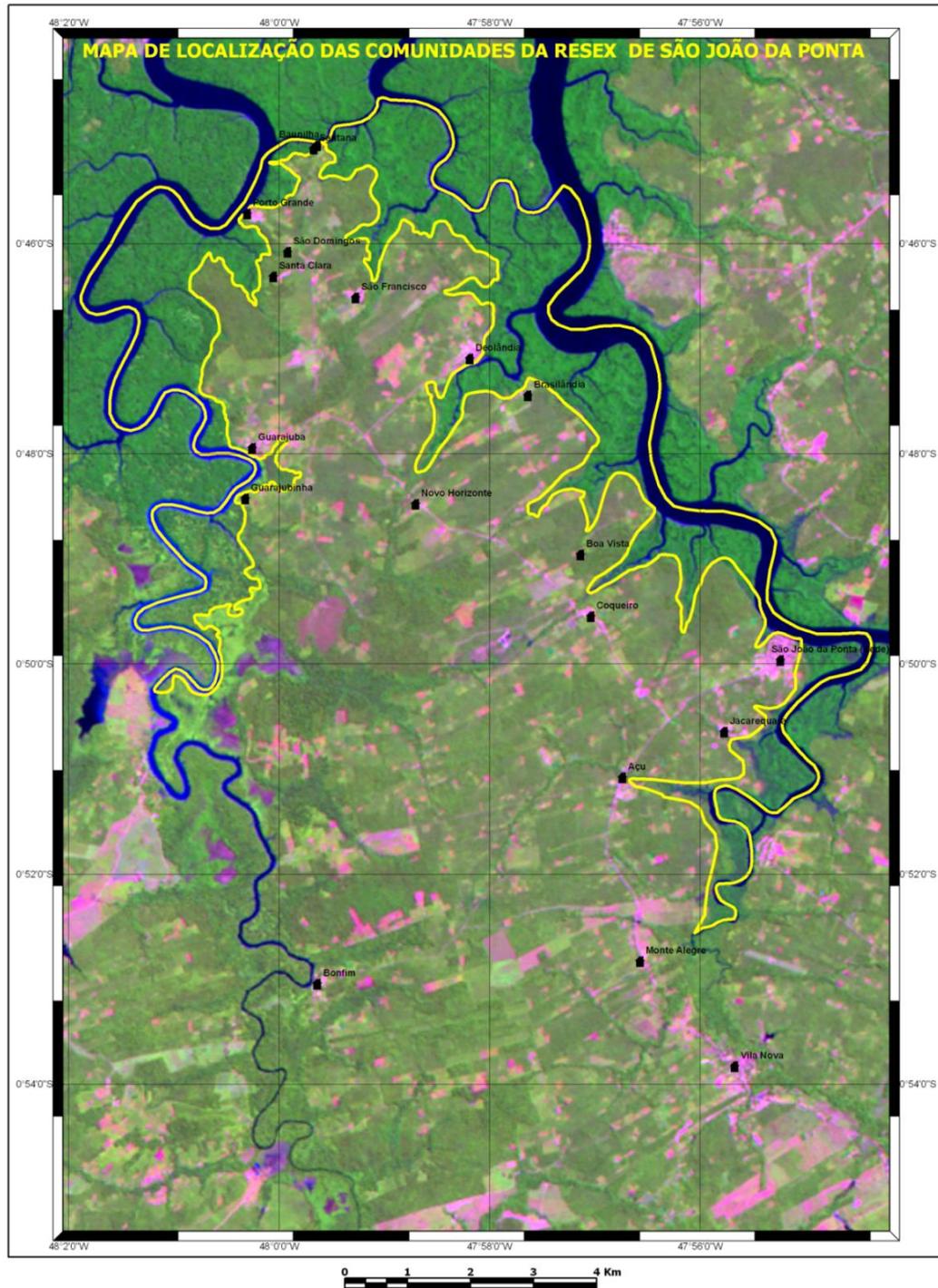
Comunidades Pólos / Localização	Comunidades Membros
1-Cidade (Ribeirinho). Rio Mocajuba, margem esquerda.	Sede (Bairros: Centro, Pantanal e Brasília), Vila Nova, Monte Alegre, Açú, Jacarequara e Coqueiro.
2-Porto Grande (Ribeirinho). Rio Mojuim, margem direita.	Porto Grande, Santana, Baunilha, Santa Clara e São Francisco.
3-Guarajuba (Ribeirinho). Rio Mojuim, margem direita.	Guarajuba, Gurajubinha, São Domingos.
4-Deolândia (Ribeirinho). Rio Mocajuba, margem esquerda.	Deolândia, Brasilândia, Novo Horizonte.
5- Bom-fim (Ribeirinho). Rio Mojuim, margem direita.	Bom-fim.

Fonte: ICMBio, 2010.

Os comitês existentes nas 18 comunidades são agrupados neste pólos e contam com cinco representantes cada um. Deste modo efetiva-se a participação dos associados, mesmo que em alternâncias de frequências tanto em tomadas de decisões quanto em ações voluntárias que vislumbrem benefícios coletivos.

Conforme a proximidade ou distanciamentos do ecossistema de manguezal ou dos recursos hídricos, as atividades se distinguem, ou seja, não são todas as 18 comunidades do entorno da RESEX que desenvolvem o extrativismo. Como exemplo, citamos as comunidades Bom Fim e Vila Nova, que estão distantes do manguezal e por conta disso desenvolve-se com atividades econômicas voltadas para prática da agricultura, principalmente com roçados para produção de farinha, plantações de frutas para retirada de polpa, com destaque ao açaí. Esta última ocorre em especial na comunidade do Bom Fim, favorecida pela presença de várzeas. (GONÇALVES, 2012)

Figura 06: Mapa com as comunidades do entorno da RESEX



Fonte: ICMBio, 2010.

Os usuários que compartilham das ações e regulamentações da RESEX possuem distintas opiniões, contudo as pessoas entrevistadas, em maioria, admitem que após a implantação da unidade de conservação os recursos pesqueiros “melhoraram”. Outros ainda destacam a importância da RESEX, sobretudo nas ações de parceria entre prefeitura e

INCRA, com programas de auxílio à construção de moradias dos usuários associados. O acesso a políticas públicas e programas de governo por vezes é o argumento mais efetivo para incentivar a participação na gestão, assim como realizar o cumprimento das regras de uso instituídas pelo plano de utilização às práticas extrativistas, como nos explicou um pescador que vem participando das ações organizadas pela gestão compartilhada.

As terras da RESEX são de propriedade da União, onde é concedido o direito de uso às populações extrativistas, conforme indicação do Decreto nº 98.897/90, o qual prevê que as reservas extrativistas são bens de domínio público. A concessão para uso extrativista decorre mediante Contrato de Concessão de Direito Real. A situação fundiária da RESEX de SJP foi regularizada através da Portaria Interministerial MPOG/MMA nº 436, de dezembro de 2009. Deste modo a gestão das terras da união situadas em Unidades de Conservação Federais é transferida ao órgão ambiental responsável pela gestão destas unidades, no caso o Instituto Chico Mendes.

As informações do diagnóstico que caracteriza a pesca no salgado paraense relatam que em 2010, após a transferência do direito de uso, o ICMBio firmou outorgas coletivas e gratuitas dos territórios de uso tradicional de comunidades extrativistas de 18 RESEX, entre elas, São João da Ponta. Este fato, aos moldes do documento citado (FADESP, 2012), regulariza a situação fundiária das ocupações de comunidades tradicionais que fazem uso desses territórios, ao passo que reconhecem a contribuição histórica destas comunidades na conservação do meio ambiente e no uso sustentável dos recursos naturais.

1.2 Etapas metodológicas para interpretação da paisagem territorializada

Em compasso aos sentidos que as populações extrativistas da RESEX caracterizada anteriormente atribuem ao seu território, com produções e construções contínuas de paisagens materiais e imateriais, objetivou-se contextualizar a pesquisa. Encontrou-se grande apoio para refletir a questão ambiental, que rege novos arranjos na zona costeira, à luz da paisagem territorializada por atividades extrativistas vinculadas ao ecossistema de manguezal.

Para materializar esse pensamento, de modo sincrônico, a procura de dar visibilidade à interpretação e identificação da paisagem territorializada por meio dos olhares internos, dos próprios sujeitos que cotidianamente a edificam, a pesquisa foi desenvolvida aos moldes da abordagem qualitativa com a metodologia da pesquisa-ação que é “realizada dentro de um

espaço de interlocução onde os atores implicados participam na identificação e na resolução dos problemas” (Thiollent e Silva, 2007, p. 94).

Michel Thiollent (1996, p. 13) define a pesquisa-ação por seu tipo social de base empírica “concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou tom a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”. De fato, as propostas de pesquisa a serem desenvolvidas em uma UC, sobretudo da categoria de uso sustentável, prescindem do interesse do grupo social envolvido, ou seja, não basta apresentar uma proposta qualquer e tentar desenvolvê-la com imposição de importância científica sem que os sujeitos locais aprovelem, considerem relevante e acompanhem o desenvolvimento da pesquisa.

Neste sentido, um passo que antecedeu a elaboração, apresentação e realização deste trabalho, consistiu na verificação de carências e/ou necessidades reais de investigação que contemplassem os propósitos da implantação e gestão compartilhada da RESEX. A par de lacunas em pesquisas sobre a RMSJP e suas respectivas relevâncias às populações envolvidas e à gestão da UC, foi elaborado o projeto de pesquisa apresentado em reunião do conselho deliberativo para aprovação ou não de seu desenvolvimento. Após aprovação de todos os conselheiros (tanto das comunidades quanto das instituições presentes), em reunião realizada no dia 30 de abril de 2015, organizaram-se as relações e os contatos adequados para interação entre pesquisador e pessoas envolvidas na situação investigada.

Desta feita buscou-se alcançar a ideia geral da pesquisa-ação de não limitar as investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos inerentes a pesquisas convencionais. Como menciona Thiollent (1996, p. 16) os pesquisadores que desejam realizar investigações nas quais as pessoas implicadas tenham algo a “dizer” e a “fazer”, encontram na pesquisa-ação um contexto favorável, pois: “[...] Não se trata de simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados. Com a pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados.”.

Existe demanda da própria comunidade quanto aos retornos e respostas de pesquisas realizadas na RESEX, logo os passos traçados no desenvolvimento dos trabalhos além das questões acadêmicas que não nos podem faltar, foram imbricados de compromisso e interação em busca de soluções a serem encaminhadas. Encontrou-se grande apoio nos principais aspectos da pesquisa-ação, asseverada por Thiollent, o qual aponta a pesquisa-ação como estratégia metodológica da pesquisa social. Dentre os aspectos deste tipo de pesquisa citados pelo autor, destaca-se:

“d) o objeto da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;

e) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados. (THIOLLENT, 1996, p.16)

Ambicionando seguir os aspectos supracitados para alcançar os objetivos propostos à pesquisa, investigou-se a paisagem costeira onde foi instituída a RESEX, territorializada por atividades e arranjos de gestão nesta paisagem que é polissêmica, interpretando-a seguindo o tripé paisagístico aferido por Passos (2013): da materialidade, subjetividade e representação.

Em visita a algumas comunidades identificamos que os procedimentos inicialmente projetados necessitariam ser revistos, pois distintas atividades foram desenvolvidas desde o processo de implantação da RESEX. Como exemplo, citam-se as oficinas em grupos formados nas comunidades para elaboração de diagnósticos participativos, que compuseram o documento de caracterização da RESEX, com entrevistas longas por vezes decorridas em torno de 4 a 5 horas que levavam um tempo importante desses extrativistas. Segundo informações de Seu João Lima, pescador que reside na sede municipal, as entrevistas eram cansativas e as pessoas já se viam sem vontade de participar de outras pesquisas, pois entendiam que este tempo deveria estar dedicado ao trabalho na ida a maré, ao mangue, ao roçado ou mesmo a trabalhos domésticos.

Diante dessas condições optou-se por realizar os procedimentos com os conselheiros que representam suas comunidades no conselho deliberativo da RESEX, considerando sua disponibilidade em nos receber e participar dos trabalhos, a fim de evitar visitas inoportunas, e ainda destacando que a análise quantitativa não constitui uma prioridade nas informações prestadas no decorrer das entrevistas e outros procedimentos.

1.2.1 Identificação e compreensão de Paisagens territorializadas de mangue a maré.

A paisagem territorializada por atividades extrativistas não pode ser entendida sem observação e contato, para o reconhecimento de relações que configuram a paisagem do salgado paraense. A observação, diretamente no local onde os fenômenos ocorrem, consiste na atividade primeira e essencial do trabalho de campo. Foram realizados 6 (seis) momentos no decorrer da pesquisa, no mês de junho em 2015 e nos meses de janeiro, junho, julho, outubro e dezembro de 2016 com participação em reuniões do conselho deliberativo e atividades/projetos (Jovens Protagonistas e Protagonistas Mirins) elaborados e executados por pescadores e seus familiares em parceria com instituições de ensino, além de visitas nas

comunidades com entrevistas semi-dirigidas e conversas mais abertas, que deixavam os sujeitos mais confortáveis para se expressar.

Entre os critérios para realização dos trabalhos de campo, o acompanhamento dos conselheiros, representantes dos extrativistas marinhos no conselho gestor, se fazia indispensável tanto por exigências dos próprios usuários da RESEX como para propugnar o que direciona a pesquisa-ação.

Identificou-se que a atividade pesqueira (pesca de água) é cada vez menos praticada para retorno econômico, sendo a pesca (cata) de crustáceos, sobretudo de caranguejo, a mais valorizada pelo agregado financeiro ascendente, seja por demanda local ou por novas parcerias estabelecidas com mercado fixo em Belém. A cata de caranguejo representa a força de produção econômica dos usuários da RESEX, onde a pesca é para alimentar e a cata de caranguejo para gerar renda, como nos explicou o gestor da UC, Waldemar Vergara.

São 460 usuários cadastrados entre pescadores de água e de mangue, segundo o cadastro de 2015 informado pela gestão, dos quais é importante destacar a participação de 23 mulheres que trabalham como catadoras de caranguejo e representam pouco mais de 5% do total de usuários cadastrados. A participação das mulheres ainda é parca no âmbito da gestão, porém há representatividade de pescadoras no conselho, que inclusive já representaram a RESEX em encontros nacionais e contribuíram efetivamente na construção dessa pesquisa, sobretudo a pescadora Raimunda Moura, mestra perspicaz na tradução dos caminhos do mangue e da maré.

O trabalho de campo proporcionou entender ainda como a formação familiar é enraizada pelo universo pesqueiro. O conhecimento acerca das atividades pesqueiras não é desvinculado do cotidiano familiar, desde criança os membros da família já aprendem a afinar as relações entre a casa, o mangue e a maré.

As crianças que completam o grupo social de “populações tradicionais” e asseguram a continuidade de determinado modo de vida, representam uma parcela importante dessa população. A análise de Edna Castro, nessa investida, associa-se de modo pertinente as experiências que o trabalho de campo agregou ao conhecimento adquirido.

Encontramos nos denominados *ribeirinhos*, na Amazônia, uma referência, na linguagem, a imagens de mata, rios, igarapés e lagos, definindo lugares e tempos de suas vidas na relação com as concepções que construíram sobre a natureza. Destaca-se, como elemento importante no quadro de percepções, sua relação com a água. Os sistemas classificatórios dessas populações fazem prova do patrimônio cultural. O uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, como dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam uma noção de

território, seja como patrimônio comum, seja de uso familiar ou individualizado pelo sistema de posse ou pelo estatuto da propriedade privada. (CASTRO, 2000, p. 167)

As colocações de Edna Castro (2000) acerca de território e saberes tradicionais iluminam como os saberes dos chamados “povos tradicionais” são intrínsecos nas suas relações com a natureza. A autora disserta sobre as ações práticas que o saber empírico formula por um entendimento das relações com a natureza, que de forma recorrente vem sendo reconhecido como fundamentais para preservação da biodiversidade que articula saberes das ciências sociais e ciências naturais.

O conhecimento transmitido de geração a geração traduz parte das ações práticas do saber tradicional e as relações de trabalho recriadas por estas sociedades não podem ser simplesmente reduzida a conotações econômicas, como explica Castro (2000, p 167), pois este “encerra dimensões múltiplas, reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual, e enfim, o simbólico”.

A valorização e ressignificação do conhecimento pesqueiro induziu a execução de projetos realizados em parceria com o conselho gestor da RESEX, o projeto Manguezais do Brasil, UNESCO e distintas Instituições de Ensino Superior. Entre eles destaca-se o projeto “Jovens Protagonistas” que visa agregar aos jovens, filhos de pescadores, formação social, profissional e de lideranças locais, com escopo de dar continuidade as reflexões inerentes a valorização do saber tradicional e conservação dos recursos, sem relegar novos horizontes profissionais possíveis a juventude.

1.2.2 Mapeamento Participativo

Complementando as entrevistas semi-dirigidas cumpridas nos trabalhos de campo, foi realizado o mapeamento participativo com os pescadores, no objetivo de identificar pontos de pesca e atributos com informações que contribuam à gestão e ordenamento das atividades extrativistas. Este procedimento é recorrente à interpretação das condições de vida de comunidades e o envolvimento destas nas tomadas de decisão para organização de suas ações. É uma metodologia fomentada na contemporaneidade, por movimentos ambientalistas (ONG's, universidades e outros agentes sociais) em busca de dar voz a essas comunidades na promoção de desenvolvimento econômico com equidade social. (SILVA E VERBICARO, 2016).

A realização deste procedimento foi executada no segundo ano da pesquisa (2016), quando a interação entre pesquisador e pescadores se dava de modo mais estabelecido. Este foi um ponto importante, pois a informação referente aos pontos de pesca (pesqueiro) é considerada por eles como segredos da pesca, o “mapa da mina” dos pescadores, por conta disso necessita atender a um propósito definido que tenha validade prática. O objetivo de identificar esses pontos baseia-se em:

- Plano científico: compreender a territorialidade dos pescadores e suas relações com a paisagem.
- Plano científico e de apropriação para os usuários: verificar a necessidade ou não de estabelecer, segundo o Plano de Utilização da RESEX, zonas de uso restrito, que correspondem a “áreas onde ficam vedados alguns tipos de práticas de pesca específica, ou a captura de alguns tipos de recursos pesqueiros específicos”, em casos de constatação de sobrepesca ou ponto de possível exaustão de recursos por conflitos diversos. A análise dos resultados será apresentada em outro momento deste trabalho.

Thiollent e Silva (2007), em seus comentários sobre pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais, refletem em torno da representação que mapeamentos podem constituir aos usuários envolvidos em sua organização.

Da interação prolongada entre pesquisadores e atores surgem novas construções de conhecimento voltadas para a prática. A partir de mapeamentos e sistematizações, tais construções tornam-se conhecimento apropriado pelos usuários e, ao mesmo tempo, validadas no plano científico pelos pesquisadores e profissionais. (Thiollent e Silva, 2007, p. 95)

Para desempenhar esta etapa utilizamos o procedimento de mapeamento com imagem de sensoriamento remoto, que para ser realizado necessita de antemão da confecção de uma carta-imagem da área a ser mapeada. Esta carta-imagem deve ser “produzida por meio de cruzamento dos dados cartográficos, tais como rede hidrográfica, limites municipais, rede rodoviária, pontos de GPS (*Global Positioning Systems*) da comunidade (escola, centro comunitário e igreja) e imagens de sensoriamento remoto de boa resolução espacial.” (Silva e Verbicaro, 2016, p.7)

A carta-imagem foi impressa em formato de um banner nas medidas 1 x 0,90 e sobreposta com um plástico para que os pescadores de distintas comunidades registrassem identificações e/ou classificações de objetos e fenômenos do território, pontuando as informações que julgassem necessárias sobre os pesqueiros, como nos indicam os autores supracitados. Após esse procedimento, elaboramos um produto cartográfico que agregasse informações das percepções dos participantes do mapeamento com os pontos registrados em

GPS. As colocações de Correa e Sá (2010) acerca de mapeamento de informações, que permitem a materialização de mapas mentais, constroem conhecimento para geração de bases de dados espaciais, deste modo

Ao perceber o ambiente que está próximo ou não, o indivíduo terá a sua visão que poderá ser distinta a de outro, pois cada um percebe fenômenos ou situações de acordo com sua própria característica e vivência, observando aspectos que são relevantes para si próprio. Dessa forma, os indivíduos criam um modelo mental de como os seus mundos funcionam e estes se alteram à medida que novas informações são adquiridas. (Corrêa e Sá, 2010, p. 40)

As colocações dos autores ampararam teoricamente este procedimento, sendo que a disponibilidade dos pescadores em materializar uma parte importante de seus conhecimentos foi o que fundamentou e deu consistência a esta etapa.

1.2.3 Elaboração de produto cartográfico por meio do S.I.G (Sistema de Informação Geográfica)

De modo a gerar um produto cartográfico que comparasse as informações prestadas no mapeamento participativo com imagem de sensoriamento, aos pontos informados *in loco* pelos pescadores, realizamos um tratamento das informações utilizando sistema de informação geográfica (SIG).

Para confecção dos produtos cartográficos prévios, da base vetorial específica (Pesqueiros e rios de pequena ordem) e produtos cartográficos definitivos, foram adotados as seguintes sistematizações e procedimentos:

- a) Levantamento e aquisição, em site de órgão público¹⁰ especializado, das principais base vetoriais com as devidas delimitações municipais, principais rios, vias de acesso e principais comunidades para confecção por meio do software de geoprocessamento QGis Desktop 2.16.2 do mapa de localização da área de estudo e aplicação da metodologia de “mapeamento participativo”;
- b) Levantamento e coleta dos pontos referente aos principais pesqueiros utilizados pelas comunidades, por meio de equipamento de localização geográfica de marca GARMIN – eTrex 20x, em campo para posterior processamento e tratamento das informações no software TrackMack e ,

¹⁰ IBGE – www.ibge.gov.br

- c) Elaboração, paralela a um banco de dados com informações referentes aos pesqueiros, adquirida através de diálogos com os pescadores e representantes da RESEX marinha de São João da Ponta, para posteriormente serem espacializadas nos respectivos pontos coletados. Com relação as demais base vetoriais estas foram tratadas e elaborados no software de geoprocessamento citado anteriormente.

A coleta dos dados em campo efetivou-se nas duas bacias hidrográficas que perfazem o limite da RESEX, rios Mocajuba e Mojuim. Esta etapa, igualmente a anterior, procedeu acompanhada de pescadores que informavam os lugares que deveríamos parar e marcar os pontos em GPS. Ainda nos eram informados elementos da paisagem que os faziam localizar-se nestes pontos, como exemplo: igarapés, trapiches e as “pontas” (formação por conta dos meandros na parte continental as margens dos rios) além de se referenciar por conhecimento adquirido de elementos que compõe o fundo do rio, os quais classificam como fundo composto por pau, pedra/pedregulho e barro.

Atentos à necessidade de compreender o território a partir dos usos reais que os sujeitos nele desempenham, o trato cartográfico às informações alcançadas, tem por princípio gerar informações científicas apropriadas aos usuários e compostas por eles, para que de posse dessas informações sejam reafirmadas a imprescindibilidade do uso tradicional para definir a base espacial.

1.2.4 Geo-foto-grafia

A Geo-foto-grafia nos é apresentada por Passos (2013) como ferramenta de expressão dos sujeitos sobre o seu mundo e suas reflexões. As fotos expressam o revelar, esclarecer da história territorial por meio dos sujeitos que criam/compõem esta história. “A paisagem é a fisionomia da região. É nela que as relações sociedade-natureza se materializam (...) onde a estrutura socioeconômica atuou sobre a estrutura geocológica para construir a paisagem atual.” (PASSOS, 2013, p. 204)

Passos, referenciando Jean Brunhes, ratifica que “a fotografia é mais mostrativa que demonstrativa”, e complementa ainda que “as fotos se prestam para explicitar como o processo de ocupação do território se materializou na paisagem” (2013, p.202).

A fim de não interferir na percepção e representação da paisagem aos sujeitos ora entrevistados, disponibilizou-se o equipamento fotográfico em suas mãos, e em determinado momento da entrevista em que se pretendia intuir como era compreendida a paisagem a partir de seus olhares, interrogou-se, dentre outras questões, em relação às quais imagens de sua

localidade que levariam registradas em caso de mudança? Quais paisagens consideravam mais significativas e guardariam na memória? Quais registrariam em uma foto para mostrar a um parente distante sobre o local de onde são? Após suas respostas, foi solicitado que os mesmos pudessem fotografar essas imagens.

As respostas e registros ratificaram a concepção de Berque, citado por Silva (2014), a propósito de analisar a paisagem sob outro ponto, a partir de sua dialética, nem se restringindo a morfologia do ambiente, tão pouco a psicologia do olhar, mas na instituição mental da realidade. O objetivo desta etapa seria entender quais paisagens são representativas a estes sujeitos para além daquelas imbricadas aos exercícios de suas atividades pesqueiras, se a concepção de paisagem está ligada diretamente aos elementos estéticos e biofísicos ou se há outras estruturas que configuram esta interpretação da paisagem.

Cada entrevistado representava a sua imagem de forma individual, a partir do seu contato e das suas relações mais íntimas com a paisagem. Clarificando a observação, provavelmente qualquer olhar estrangeiro, se meramente posto de forma apreciativa (ou depreciativa, dependendo das intenções) pouco ou nada evidenciará estruturas aquém do belo ou do diferente do seu vivido. Noutras palavras, geralmente destacam-se estruturas de agradável valor, sejam de elementos naturais ou socialmente construídos, ainda que de modo inconsciente.

Esses registros serão apresentados no capítulo 4, o qual tratará da paisagem territorializada pela atividade pesqueira, com apresentação dos resultados obtidos com os procedimentos realizados por representantes das comunidades da RESEX de São João da Ponta. A princípio antecipa-se que a atividade demonstrou que as formações sociais que moldam a paisagem e territorializam o meio ambiente, são mais que a somatória de elementos apreciativos, representam de fato uma funcionalidade interativa, que conservam, sobretudo os elementos que dinamizam seu cotidiano.

CAPÍTULO II – TRANSVERSALIDADE DA PAISAGEM: A PAISAGEM-TERRITÓRIO COMO “O SINAL SOBRE O TERRENO E O OLHAR DAS CONVULSÕES AMBIENTAIS”

As questões ambientais que orientam este trabalho seguem por um paradigma de reflexão e apreensão geográfica assentada em categorias chave desta ciência: paisagem e território em suas interfaces. Frente aos desafios postos à geografia, de um ‘nó górdio’¹¹ à sua funcionalidade científica, (cada vez mais ratificada e reproduzida como disciplina pedagógica) buscam-se caminhos, mediados por *novos* modelos teórico-metodológicos, que instrumentalizem um pensamento geográfico de reencontro a arcabouços teóricos, apartados por setorizações das ambas correntes de geografia humana e física.

Ao utilizar novas possibilidades de análise, sem a ambição ou ousadia de expressar solução à dicotomia geográfica, se tem por escopo identificar e mapear manifestações, representações e configurações individuais e coletivas que organizam e reorganizam o território de comunidades tradicionais, que residem no entorno de unidades de conservação. Todavia, a compreensão da dinâmica territorial estará interrelacionada a paisagem, que é cada vez mais um processo de transformação, um fenômeno inscrito na história, interpretação social da natureza (BERTRAND, 2009).

A proposta de Bertrand indica o futuro da geografia sustentado por estudos do meio ambiente, com adesão crítica e construtiva de suas problemáticas. O autor preconiza que as pesquisas geográficas, em relação ao meio ambiente são difíceis, porém, inevitáveis e “a geografia deve demonstrar sua capacidade de enriquecer ou de renovar os problemas ambientais” (2009, p.198).

O meio ambiente, na contemporaneidade, incluso em temáticas centrais de discussões e preocupações interdisciplinares, onde não mais se pretende separar os elementos biofísicos e socioeconômicos, interpõe a variados campos científicos, ramificações em seus objetos centrais de estudo. A rigor, o que anteriormente situava-se restrito às ciências da natureza, como exemplo, a ecologia sistêmica, ou às ciências humanas, cita-se a antropologia, em ambiente de “crise ecológica” prescinde de pesquisa interdisciplinar, a fim de atentar-se a complexidade das questões ambientais.

Morin, ao tratar da Inteligência Cega na obra “Introdução ao pensamento complexo”, anuncia que “a ambição do pensamento complexo é dar conta das articulações entre os

¹¹ Lenda que envolve metáfora de problema insolúvel.

campos disciplinares que são desmembrados pelo pensamento disjuntivo” (2006, p. 06), e ainda nos passos deste autor, Bertrand segue a reflexão o qual cita: “a cada vez mais a ciência antropológica precisa articular-se com a ciência da natureza e que esta articulação requer organização da própria estrutura do saber” (2009, p. 117)

De imediato entende-se a emergência em se fazer o diálogo entre os distintos campos do saber. A geografia, que transita nos interstícios das ciências ditas naturais e, ao mesmo tempo caracterizada como ciência humana, é intitulada e identificada como ciência de síntese, pressuposto relativamente danoso ao enquadramento desta enquanto ciência relevante, tanto às questões físicas quanto as questões sociais.

Contudo, diante da temática ambiental, de onde se urge por métodos, vias epistemológicas e discursos unívocos, unimo-nos ao pensamento bertrandiano em analisar o meio ambiente a partir da perspectiva da paisagem territorializada:

A temática é unívoca: estudar sobre as franjas incertas das ciências da sociedade e das ciências da natureza os espaços geográficos, paisagens e territórios que nos rodeiam e, numa certa medida nos condicionam. Apreendendo-nos globalmente como objetos, ou sujeitos mistos, às vezes naturais e sociais. Quase sempre antropizados, quase sempre artificializados. O princípio de hibridação é o fio condutor de nossa pesquisa. (Bertrand, 2009, p.17)

Sob estas condições, versaremos sobre o território dos pescadores da RESEX Marinha de São João da Ponta, considerando os olhares sobre esta paisagem mediadora da relação sociedade e natureza – paisagem como uma interpretação social da natureza – de reconhecimento do “subjetivo, simbólico e identitário dos sujeitos e dos quadros de vida desses sujeitos” (PASSOS, 2013, p. 17). Isto porque a complexidade da paisagem, como bem ratifica Bertrand, prescinde a análise de seu sistema sem fragmentá-la, visto que esta complexidade-diversidade é morfológica (forma), constitucional (estrutura) e funcional.

Em análise sincrônica a “geografia transversal” bertrandiana, nesta conjectura do diálogo indissociável entre território e paisagem, se analisará este complexo território-paisagem como o meio ambiente apreendido de alguma forma por olhar humano, traduzido como “(...) Construção cultural e construção econômica misturadas. E sob a paisagem, há o território, sua organização espacial e seu funcionamento” (2009, p. 332). Revelando também algumas proposições geográficas que propalam por estas análises híbridas, ainda que percorram por outros métodos investigativos.

2.1 Diálogo entre paisagem e território: *novos paradigmas para geografia* (?)

O homem é a natureza adquirindo consciência de si mesma
Elisée Reclus

Realizar um inventário conceitual em torno destas duas categorias não é o principal enfoque desta pesquisa. Pretende-se, de fato, destacar a interrelação e os porquês de agregar este par categórico como perspectivas analíticas para entender, contemplar e identificar as atividades e necessidades reais e, até mesmo, acrescentar argumentos (a medida em que nos couber) que fomentem a gestão compartilhada da unidade de conservação estudada.

As reflexões que preveem uma articulação pluridimensional na geografia, constam do período de 1960 e 1970, em distintos métodos científicos da geografia física e humana, após avanços alcançados por estudiosos como Paul Vidal de La Blache, Alexander von Humboldt, Karl Ritter, entre outros do século XIX e início do XX, relatado por Saquet (2015).

Em sua obra, Saquet (2015) ilumina um trajeto teórico-histórico de movimento de renovação global da geografia, que pretendia insurgir, por meio das mobilizações de professores, estudantes e demais interessados em *novos* arranjos, acepções que enalteceriam outros elementos de análise, como “as formas e as relações sociais, o movimento, os conflitos e as contradições, a formação do território e de diferentes paisagens, todos os elementos mascarados, até então através de abordagens eminentemente descritivas, superficiais e classificatórias” (2015, p.49).

Dentre tantos pensadores que ensaiaram uma ruptura com as abordagens positivistas e neopositivistas, em busca de *novos* aportes teórico-conceitual, que combinem processos sociais com objetos naturais, Saquet menciona abordagens de Quaini, cuja fundamentação na obra de Lenin o fez delinear articulação de “elementos da Geografia e da História, que podem ser traduzidos pela relação paisagem-território” (2015, p. 50).

É importante frisar que as análises de Saquet são centralizadas em autores de orientação marxista, que galgam por avistadas acepções teórico-metodológicas e resultam em outros conceitos de território e de paisagem, destacando-se a apreensão da paisagem como “materialidade das relações sociais”. O autor complementa ainda que estes estudos “contribuem efetivamente na elaboração de uma teoria marxista da relação espaço-tempo com um caráter político de transformação e conquista de justiça social, relação materializada na paisagem e no território” (2015, p. 53)

As colocações acima, ainda que transitando por métodos e teorias de princípios antagônicos ao de Bertrand, perfilam um objetivo comum: de anseios, criações, renovações ou revisões, imbuídas aos consentimentos de pluralidades conceituais imbricadas a geografia, que evoque paradigmas satisfatórios e sustentáveis com base no conhecimento que a própria ciência já produziu e produz. São proposições de diálogos conceituais que não subjazem, mas entrecruzam-se, complementam-se e encaminham por distintos eixos epistemológicos, reflexões a base da complexidade polissêmica da paisagem e seus atributos, que assenta sobre si a (des)organização do território.

Dentre as “perspectivas de abordagens de território e territorialidade humana, que se sucedem no tempo histórico e coexistem em alguns momentos e períodos”, Marcos Saquet elenca quatro perspectivas (2015, p. 30):

- A primeira fundamentalmente econômica, baseada no materialismo histórico e dialético. Territorialidades como relações de produção acompanhadas por forças produtivas – subordinação e exploração – e o território como resultado e determinante da produção e consumo – acumulação de capital;
- Outra materialista e pautada na dimensão geopolítica – territorialidade associada à atuação do Estado e à soberania – noção de domínio, controle, poder;
- Há a perspectiva fenomenológica, atinente à dinâmica política e cultural – territorialidade remete às relações sociais centradas nas percepções, sentimentos, memórias, identidades e representações;
- Por fim, a tendência reforçada a partir de 1990, com fulcro na sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento local, em que a territorialidade exprime as relações políticas de governança envolvida em processos econômicos, culturais e de uso ambientais de apropriações distintas – abordagem que igualmente está pareada com esta pesquisa.

É na perspectiva ambiental que o território e a paisagem convergem e se complementam de modo mais profícuo e, atualmente sistematizado. Nota-se que já não é uma proposta restrita a uma corrente do pensamento geográfico, mas trata-se de proposições distintas com finalidades assemelhadas, em que a paisagem não se limita a noção pictórica, estética, descritiva do visível, mas ela (a paisagem) efetiva elementos que humanizam o

território, e a ele atribuem dimensões subjetivas, que interpretam a territorialidade em consonância com as marcas impressas na paisagem.

“Não é possível negligenciar a características plurais, naturais e sociais, históricas e relacionais de cada território quando temos um compromisso político com a qualidade de vida do povo e com a recuperação e preservação ambiental” (SAQUET, 2015, p. 129). Esta assertiva do autor ratifica seu inventário, de pensadores que comungaram dos mesmos pressupostos, e o fizeram significar a paisagem como mediadora ao desenvolvimento e melhorias de qualidade de vida por meio do planejamento e gestão do território. Sobretudo ao expressar o pensamento de Quaini (2006, p.14 *apud* Saquet, 2015, p. 131) no qual “[...] A paisagem se materializa enquanto penetra, inspira e modifica o *projeto territorial*.” (grifo do original).

A paisagem, atribuída de projeção imaterial/subjetiva, não se escapa, nessas tendências, a um arcabouço ecossistêmico, preponderante a sua identidade e reconhecimento de forma geral à geografia.

Em caso de se considerar temas específicos da geografia física (biogeografia, geomorfologia, climatologia, hidrografia) a prontidão vem em mente aspectos da natureza que endereçam a paisagem “natural”, das estruturas biofísicas. Estas análises fragmentadas oferecem o suporte vertical (solo, água, vegetação, ar) de elementos estruturantes da paisagem, que necessariamente não devem ser estudados de forma isolada, ou parafraseando Passos (2013), não se deve isolar o elemento ecológico da conjuntura socioeconômica.

A articulação do ser humano, da sociedade, da economia e da cultura com o patrimônio natural, ou, se preferirmos, a produção do espaço resultante da apropriação e domínio do território pela sociedade também se traduz indelevelmente na paisagem. Nela ficam inscritos os modos de inserção do povoamento e das infraestruturas que o servem, de exploração dos recursos agroflorestais, pastoris, industriais, os testemunhos de desastres e catástrofes quando os geocomplexos entram em ruptura. (PASSOS, 2013, p. 88)

Dentro desta análise do professor Messias dos Passos, com elucubrações esclarecedoras sobre novas perspectivas de abordar a paisagem, entende-se a interface e transversalidade do conceito/noção da paisagem, tanto ao fato de imbricar-se ao território em análise que considere sua complexidade e diversidade, quanto ao reforço à utilização de tudo que lhe é/foi agregado enquanto elementos de análise. Ou seja, a história da paisagem, como categoria geográfica e todo seu percurso de conhecimento produzido, não fenece, nem é sobreposto, não são conhecimentos alijados de análise dos fenômenos, ao contrário considera-se “que ela deve ser estudada como um ‘polissistema’ formado pela combinação dos sistemas natural, social, econômico, cultural etc.” (PASSOS, 2013, p. 36).

Deste modo, a analogia paisagem-território, sob a ótica de um par categórico geográfico, conflui a interpretações que revelam a diversidade do espaço analisado, em que pese o movimento antropossocial que modela a paisagem natural (ecológica, biofísica) e cultural (das experiências e representações) e materializa territórios formados com toda sua relação de uso dos recursos e do poder, por dinâmicas socioeconômicas e políticas, sempre conformados em construções históricas.

“O território começou a ser paisagem quando ele começou a ser pensado. « Começou a ser pensado » significa que uma distância se estabelece em relação ao objeto que é, de qualquer maneira, transformado para ser mudado”. Esta é uma reflexão de Raffestin (2007, p. 10, destaque do autor) acerca da representação e significados da paisagem, e dos significados que suas linguagens imprimem no território.

Neste texto, o autor destaca os aspectos representacionais da paisagem, sobretudo quando de sua artialização¹², mas não isolados ao estado da arte, são de fato completudes. As linguagens artísticas, naturais e lógico-matemática são as “ajudas” para se compreender a realidade material e as representações da realidade que compõem a noção de paisagem. Ciência e arte assumem função relevante, ao passo que se entende que a extensão da noção de paisagem vai mais além da geografia, mas são os desdobramentos geográficos que dimensionam o plano de fundo, aberto pelo espaço para além do olhar.

A paisagem apresenta, realmente, um duplo caráter de autonomia ao mesmo tempo como forma e como produção. (...) É possível afirmar, então, que tudo isso vale para todas as formas de representações, pois elas são condicionadas pelo olho do pintor ou do fotógrafo, pelo olho do poeta ou do romancista, por aquele do geógrafo ou do ecólogo. Uns e outros tomam para si as mediações e os transpõem em suas obras. (RAFFESTIN, 2007,p. 10)

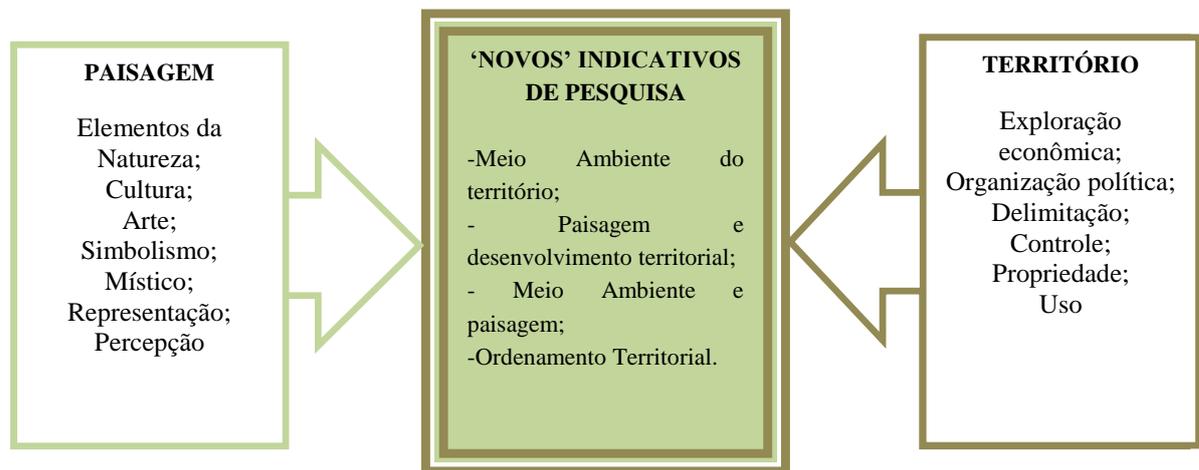
O caráter, muitas vezes banal da concepção paisagística, exprime representações inextricáveis ao trabalho pensado e realizado na formação do território. Dito isto, Raffestin entende que de modo natural, o território tem o seu valor de uso e controle como base essencial, mas por meio da representação a ele também se atribui valor de troca, por plano sociocultural, mas também no plano socioeconômico (2007).

Bertrand (2009, p.295), com sua sintética e profícua assertiva, afirma que “a paisagem nasce toda vez que um olhar cruza um território”, e neste sentido as representações se elaboram a partir de um processo de vai-e-vem, onde sujeito e objeto assumem função recíproca, que em substância resulta um ‘produto de interface’ atrelando sociedade a um território.

¹² Visão da paisagem em seu aspecto artístico.

O modelo esquemático a seguir objetiva sintetizar as averiguações sobre paisagem-território e a perspectiva de utilizar este diálogo na discussão geográfica do debate relacionado ao meio ambiente.

Figura 07: Modelo Esquemático da interface Paisagem-Território à utilização em análises do meio ambiente



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas leituras de Bertrand (2009) e Passos (2013).

Em suma, esta perspectiva de análise da paisagem em interface com o território, ambiciona **organizar o território** ao entender sua **estrutura e funcionamento**, ou seja, os elementos naturais e sociais que o constituem a partir da polissemia da paisagem.

Esta discussão é incipiente no Brasil, todavia, a nível internacional, já se tem sistematização, a partir de 1990, com o geógrafo francês George Bertrand e o método GTP (Geosistema – Território – Paisagem), e o SPT (Sistema Paisagístico Territorializado) em 2007, este último com raras produções.

No Brasil temos por referência Messias Modesto dos Passos o qual traduz a obra de Bertrand e, concretiza suas propostas em distintas pesquisas pelo Brasil. Mais recente, com enfoque no estado do Paraná, Messias analisou acerca de Desenvolvimento Sustentável, verificação de Potencial Ecológico, Dinâmicas Socioambientais, Formação Territorial, Geo-foto-grafias, entre outras¹³. Com efeito, é importante destacar pesquisas realizadas sob o paradigma proposto, para confirmar que não se tratam apenas de frágeis acepções.

As questões que substantivam a transversalidade entre paisagem e território, ainda são escassas no Brasil, e encaminham para um novo paradigma, viabilizam com clareza, a

¹³ Paisagem e Meio Ambiente (Noroeste do Paraná).2013.

produção científica sobre o meio ambiente no que tange as análises geográficas. Isto não significa afirmar que não haja discordâncias e dificuldades, ou ainda, que esta represente uma via de solução à dicotomia física x humana. De fato, entre as dificuldades ou riscos que perpassam esta visão, seriam possíveis simplificações ou reducionismos, traçados sem fundamentos em conceitos e métodos, de concepções vagas e individuais a partir de referências próprias.

As demandas atinentes às políticas públicas para unidades de conservação, que não deixam de antever um ordenamento territorial, precisam favorecer e reconhecer interpretações e abordagens híbridas. De imediato, a propositiva de Bertrand de associação dos contrários (natureza e sociedade, ordinário e extraordinário, subjetivo e objetivo, individual e coletivo) embasam essas pesquisas e comungam da complexidade tratada por Morin. Ainda sobre ordenamento territorial, destacamos os quatro princípios orientados na Carta do Ordenamento do Território (CONSEIL D'EUROPE, 1998, p. 10) o qual nos foi apresentado por Messias dos Passos (2013, p.20).

Quadro 04: Princípios de Ordenamento do Território

DEMOCRÁTICO	Conduzido de modo a assegurar a participação das populações interessadas e dos seus representantes políticos.
INTEGRADO	Assegurar a coordenação das diferentes políticas setoriais e a sua integração numa abordagem global.
FUNCIONAL	Considerar a existência de especificidades regionais , fundamentadas em valores, cultura e interesses comuns que, por vezes, ultrapassam fronteiras administrativas e territoriais, assim como a organização administrativa do diferentes países.
PROSPECTIVO	Analisar e tomar em consideração as tendências e o desenvolvimento em longo prazo dos fenômenos e intervenções econômicos, ecológicas, sociais, culturais e ambientais.

Fonte: Adaptado pela autora, com base em Passos (2013) – grifo nosso.

Para não concluir, mas encaminhar a tessitura desta temática, indagou-se em torno do COMO operacionalizar esses conceitos: territoriais, paisagísticos, complexos, pluridimensionais, objetivos e subjetivos, de representações materiais e imateriais da paisagem-território dos pescadores usuários da RESEX, e entendeu-se que a interpretação fotográfica e o método do mapeamento participativo são caminhos eficientes como ferramenta

de elaboração para apreensão da dialética tipo-indivíduo, que para Bertrand é o próprio fundamento do método de pesquisa.

2.2 Paisagem-Território: categorias indissociáveis para análises do meio ambiente

“A paisagem se materializa enquanto penetra, inspira e modifica o projeto territorial”
Massimo QUAINI

O tema do meio ambiente, com o arquétipo de interdisciplinar, tem em seu legado discussões e soluções parciais, incompletas, que priorizam um lado ou outro da relação sociedade x natureza, enraizado de conceitos e metodologias com dificuldades de conceber a inter-relação dos fenômenos. Definir o que é particular da natureza ou da sociedade, como se configurassem uma relação antagônica, não cabe mais às questões ambientais contemporâneas, pensamentos de Bertrand e Passos conduzem esta afirmação.

O emergente e inadiável apelo à proteção dos recursos naturais, após reincidentes equívocos de se pensar que era necessário apartar o homem para efetivar a proteção, impregnou um paradigma de produção científica setorizada, fragmentada e débil.

Por um lado os estudos ecológicos preconizavam valor real e funcional ao meio ambiente, entendia-se e inventariavam-se as estruturas ecossistêmicas, identificavam-se as formas e funções dos elementos biofísicos, em observação unilateral. Do mesmo modo ocorria/ocorre nas ciências humanas, onde se apreende o homem como parte da natureza ou como a própria natureza “tomando consciência de si”, sem, todavia tangenciar sua atuação no remodelar dos fenômenos naturais.

Nossa acepção acerca do meio ambiente estará baseada na compreensão deste enquanto conjunto de “elementos externos que rodeiam a sociedade e que interagem com ela” (BERTRAND, 2009). Deste modo, o pressuposto para análise se estabelece na ação do homem com os recursos por ele trabalhado/modificado e conseqüentemente produzido, e o tempo é fator preponderante para se considerar qualquer observação.

De tal modo recente, esta abordagem ambiental prediz a geografia um caminho complexo, porém adequado ao conhecimento já produzido nesta ciência. Não que meramente baste articular os conceitos e métodos da geografia, agregar indistintamente todos os fenômenos e desta soma extrair os conteúdos relevantes às demandas acadêmicas-produtivistas-científicas. Contudo é indispensável considerar a dimensão geográfica do meio ambiente em interatividade com outras disciplinas, como nos explica Bertrand (2009, p.21) quando se interroga: “Qual geografia para qual meio ambiente?”, como resposta o mesmo

autor indica por possibilidade “Enraizar o meio ambiente no território dos homens e na história longa das sociedades (...) o meio ambiente é o jogo e a geografia a ferramenta.” (p.19)

“A geografia é uma interpretação social do território”, nessa perspectiva “territorializar o meio ambiente é, ao mesmo tempo, enraizá-lo no território dos homens e na longa história das sociedades”. Ao afirmar estas questões territoriais para a temática do meio ambiente, Passos (2013) orienta à importância da geografia em direcionar o conhecimento ambiental, com arranjos inter-multidisciplinares, que associam ciências sociais e ciências da natureza.

Atentos à criação de uma identidade geográfica, pertinente aos debates e necessidades da atualidade, os autores acima induzem que se apropriar das questões relativas ao meio ambiente é o ‘casamento’ ideal à geografia, é ali que se encontra o seu futuro, posto que ela (a geografia) deve demonstrar sua habilidade e capacidade em enriquecer, renovar, impetrar e se apropriar, ancorada por suas categorias e métodos, às indagações e insurgentes problemáticas ambientais.

A revisão de conceitos geográficos que decorre, de forma mais intensa, a partir da década de 70 do século XX, impulsiona desdobramentos evidenciados na concepção de paisagem e território, e na apreensão destes como categorias potencializadas para se fazer a gestão do meio ambiente, nestes termos “o meio ambiente reclama um método de complexidade associando dialeticamente epistemologia e história das ciências, teoria e prática, método e técnica, saber e formação”. (BERTRAND, 2009, p. 21)

Morin (2005) bem expressou que ao conhecimento científico coube dilapidar, durante muito tempo, a complexidade dos fenômenos, na pretensão de revelar a ordem simples a que obedecem, contudo o autor assina que a complexidade é uma palavra-problema e não uma palavra-solução.

Para exercer um pensamento que enderece à interpretação do real, permeando o diálogo e a negociação, Morin vislumbra a necessidade de se desfazer duas ilusões do pensamento complexo: acreditar que a complexidade conduz à eliminação da simplicidade, e, confundir complexidade e completude:

(...) Num sentido, o pensamento complexo tenta dar conta daquilo que os tipos de pensamento mutilante se desfaz, excluindo o que eu chamo de simplificadores e por isso ele luta, não contra a incompletude, mas contra a mutilação. Por exemplo, se tentamos pensar no fato de que somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade é aquilo que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos esses aspectos, enquanto o pensamento simplificante separa esses diferentes aspectos, ou unifica-os por uma redução mutilante. (MORIN, 2005, p. 176)

Esta complexidade, que certamente envolve as questões ambientais, abarca também a noção de paisagem e institui novos paradigmas. Posto que o meio ambiente é uma tema indefinível e complexo demais, e, como afirma Bertrand, é inviável elucidá-lo sob único conceito e método.

A paisagem, a princípio voltada ao plano da apreciação da pintura, de caráter eminentemente descritivo do visível, sobre o qual a “vista alcançava”, posteriormente vinculou-se a tradição naturalista. Por um tempo, a paisagem permaneceu estante na geografia, sem lugar e sem método, após a ruptura entre geografia física e humana. Reconstruções contemporâneas acerca da noção da paisagem, não mais reduzem sua apreensão aos elementos da natureza ‘natural’, mas, sobretudo da natureza antropizada. (ESTÊVES, 2009).

De acordo com Laura Estêves, a paisagem não tem uma base conceitual clássica para visão contemporânea em que ela é empregada, sua atribuição está atualmente ligada ao meio ambiente, muito por influência da mídia. Este é um desafio ao tratar de paisagem, pois como ratifica Bertrand

A paisagem é termo pouco usado e impreciso e, por isto mesmo cômodo, que cada um utiliza a seu bel prazer. (...) não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos, que reagindo dialeticamente, uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. (BERTRAND, 2009, p.33)

Ao conceber uma ‘representação da paisagem’ Bertrand orienta a um sistema de referência socioecológico, apreendendo que a paisagem não tem existência fora do sistema no qual ela funciona. Com efeito, o autor instrumentaliza uma regra das três unidades (2009, p. 223) para reencontrar a coerência interior do sistema socioecológico, constituindo-se em :

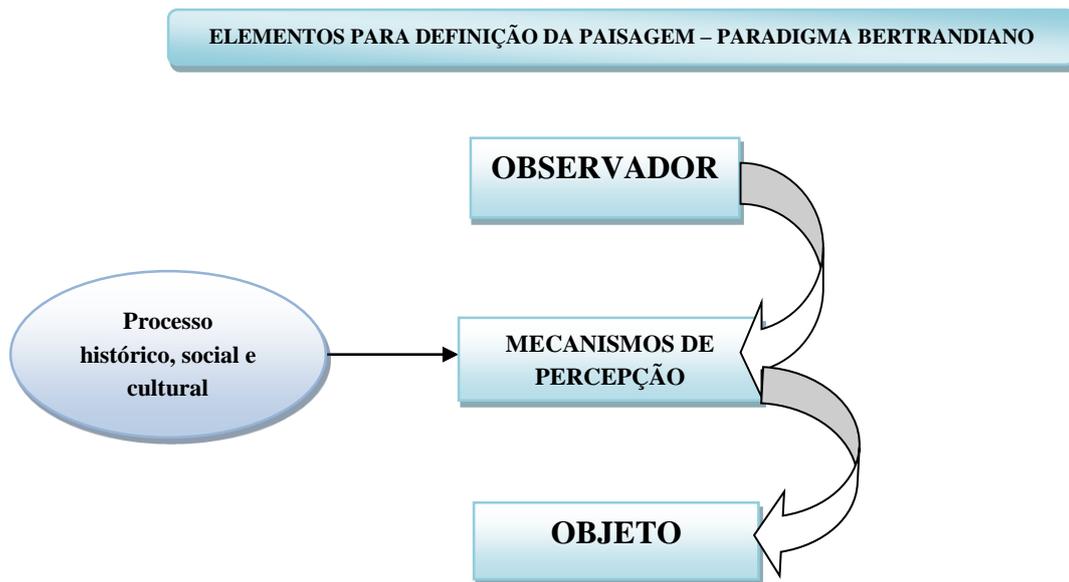
- Unidade de Ação: base no funcionamento dos sistemas de produção material e cultural;
- Unidade de Tempo: acerca dos períodos estáveis do sistema de produção;
- Unidade de Lugar: que consiste na delimitação do espaço material onde se desenvolve o sistema de produção.

Com esta regra de três unidades, o autor fortalece a acepção da paisagem como produto econômico e cultural, que não cessa de prenunciar o sistema socioecológico.

Incontestavelmente ligada ao processo de produção, a porção do espaço material com estrutura e sistema socioecológico, que assenta a paisagem, é considerada por um processo tripolar (BERTRAND, 2009, p. 226) “no qual intervêm um observador, um mecanismo de percepção e um objeto”.

Os sistemas históricos, culturais e econômicos são fundantes para que a paisagem não volte a ser definida a partir da “leitura direta de um espaço”. Neste sentido as representações, percepções e interpretações individuais e coletivas, que filtram/decodificam o olhar primeiro e imediato, reconfigurarão o sentido da produção da paisagem.

Figura 08: Modelo para definição da paisagem



Fonte: Elaborado por Ferreira (2016), com base em Bertrand, 2009, p. 226.

Algumas correntes paisagísticas discutem uma atual demanda de estudos da paisagem aos desafios de gestão territorial. São reflexões que não pretendem cercear, à concepção paisagística, noções da contemplação/descrição/categorização da natureza, ou, de representações e cultura, mas antecipam o cruzamento dialético¹⁴ destas visões. Pierre Donadieu, conforme a leitura de Silva (2014, p. 62) aponta a utilização dos “pares

¹⁴ Para Berque, “a paisagem é, necessariamente, dialética, pois não se reduz puramente à ‘morfologia do ambiente’, nem apenas a uma ‘psicologia do olhar’; não se trata somente da ‘constituição material das coisas’, ou da ‘instituição mental da realidade’; não se resume aos ‘dados visuais do mundo que nos envolve’, tampouco à ‘subjetividade do observador’”. (BERQUE apud SILVA, 2014, p. 58)”. Dito isto é dialética porque não se reduz, mas atribui para si uma porção de todas essas visões.

dicotômicos”¹⁵ para gestão da paisagem, a partir de leituras dos antagônicos olhares¹⁶ (externos/exógenos e internos/endógenos) sobre os territórios.

É prolífica, para gestão de espaços territorialmente protegidos, a adoção dessa perspectiva paisagística multidimensional, imbuída dos distintos olhares, o que vem se tornando prática recorrente à gestão do meio ambiente, essencialmente de áreas políticas de proteção ambiental.

Esse antagonismo de percepção e de demandas sobre a paisagem e as controvérsias socioeconômicas que delas emanam nos conduzem a outros dois pontos: as bases sobre as quais são tomadas as decisões referentes ao futuro dos territórios, e o fato de que a evolução das paisagens afeta ambos os olhares. (SILVA, 2014, p. 63)

Sob estas condições, o Sistema Paisagístico Territorializado (SPT), é apresentado por Bertrand como protótipo teórico a paisagem, que reconquistaria centralidade nas explicações sobre ocupação e exploração do meio ambiente (REIS JR, 2012). Ou ainda, como explica Passos (2013, p.37): “(...) A paisagem território se define como um fato geográfico territorializado/materializado, diferente das paisagens dos pintores e dos poetas.(...) Constitui um sistema territorial de complexidade-diversidade, seja material ou natural”.

Esta é das discussões recentes para Bertrand, com desdobramentos que pressupõe para certos autores como Reis Jr, a substituição ao modelo GTP (Geossistema, Território, Paisagem) ainda que não reconhecida. Este aporte interpretativo se reflete na paisagem sobre o plano metódico de representação cultural, em que o cerne se dá por uma paisagem menos espessa, centralizando sua atenção aos modos como os sujeitos se apropriam e utilizam seus espaços. A ‘reconfiguração epistemológica’ conotada agrega, ao quadro natural, uma visão mais ‘biocêntrica’, em que Bertrand considera a necessidade de se espriar o canal naturalista que “superestima”, enquanto primazia da geografia física, análises geomorfológicas. (REIS Jr, 2012)

Ao entender do autor Reis Jr (2012), Bertrand identifica que caberia ao geógrafo físico “alargar a perspectiva das considerações naturalistas” – *renaturaliser le paysage* – vislumbrando a este profissional da contemporaneidade, capacitação de discussões mais

¹⁵ “frear x induzir”; “conservação x desenvolvimento”; “estabilidade x mobilidade”; “imobilização x transformação”; congelamento x expansão”; “estruturas estáveis e duráveis x estruturas flexíveis e lábeis”. (SILVA, 2014, p. 62)

¹⁶ Silva (2014) explica que os olhares externos são representados, em uma conjuntura de Donadieu acerca de territórios rurais, por cidadãos que pouco ou nada se interessam por processos de (re)produção da paisagem, de caráter meramente contemplativo e exigente para usufruto de patrimônio natural ou histórico. Já os olhares internos deslocam sua atenção aos que habitam esses territórios e, conseqüentemente, o produzem, sem relevância ao consumo/consumação da paisagem lúdica, mas ao “reconhecimento identitário que o território lhes possibilita” (p. 63)

pragmáticas aos estudos paisagísticos, o qual cita por exemplo as perspectivas endereçadas ao planejamento (*aménagement*). Reis Jr destaca geógrafos latino-americanos, que influenciados pela geografia francesa, dedicam-se a atividades imputadas às abordagens econômicas e da organização e estruturação política, práticas estas identificadas frequentemente no trato de gestão e manejo.

Sobre este momento o autor afirma a possibilidade de não ser equívoco a operação da paisagem-território como ferramenta conceitual ao geógrafo físico, mesmo que cause possível ‘aflição’ recorrer a terrenos pisados por antropólogos e psicólogos, até mais que quando se realizava a leitura fisiográfica por meio da óptica de perspectivas biologistas (REIS, 2012).

Paralela a compreensão de Reis Jr, está a observação de Passos (2013, p. 95) acerca do desenvolvimento do trabalho extraordinário, cuja substância se faz em diálogo e inter-relação com outras ciências, citando os antropólogos como exemplo, a fim de que a geografia não desenvolva um trabalho solitário no tratamento geográfico do meio ambiente. Cultura e sensibilidade, sob o ponto de vista de Passos, interferem em demandas socioeconômicas e ecológicas, sobretudo quando em consonância a gestão do meio ambiente e das transformações dos territórios.

Este é um pensamento caro e inextricável a interdisciplinaridade e complexidade exigida às elucubrações do meio ambiente, sobretudo à geografia por vezes sem identidade científica, em um campo de produção do saber ambiental. Bertrand subentende que a geografia não implica, ao menos inicialmente, uma disciplina mal colocada, ao tangenciar ou se embeber nesta trama categórica, em que a ‘ciência de síntese’ ocupa posição estratégica entre natureza e sociedade.

Seguindo nesta linha bertrandiana, Passos ratifica o esmero do autor francês de expressar a paisagem como o território que a suporta, sobretudo com a assertiva seguinte, propugnando que

A consideração da paisagem permite superar a separação entre geografia naturalista e social. Ela reconcilia o material e o ideal, o quantitativo e o qualitativo, ela ultrapassa o rompimento entre natureza e cultura, ela combina o individual e o coletivo, o ecológico e o geográfico, a monografia e o sistema. Não é uma revolução, mas é um passo adiante. Ao compor uma paisagem, recompomos uma geografia. (PASSOS, 2013, p. 95)

Este viço que se pretende e se antecipa a relevância da paisagem nas questões pertinentes ao meio ambiente deve ser entendida mais que um atalho, como argumenta

Messias dos Passos, a paisagem precisa percorrer um trajeto tal qual aclare e humanize o território.

Com vistas a fornecer meios conceituais e metodológicos que permitam o avanço no conhecimento ambiental, Bertrand dispõe seis conceitos fundamentais em torno do conceito de território e meio ambiente, atento ao fato de que territorializar o meio ambiente é enraizá-lo na sociedade e na natureza (2009, p. 203). Os conceitos serão demonstrados no quadro a seguir:

Quadro 05: Conceitos fundamentais para territorializar o meio ambiente

<p>SOCIALIZAR MEIO AMBIENTE</p>	<p>O</p> <p>Segue a linha da evolução do conceito de meio ambiente que não é de origem geográfica. Contribuições de antropólogos, economistas e sociólogos. Neste conceito, socializar o meio ambiente é mudar a finalidade do sistema para entrar na análise das estratégias sociais e dos modos de representação. Grande aderência da geografia humana, que encontrará concepções da natureza mais pertinentes que muitas análises da geografia física.</p>
<p>ESPACIALIZAR MEIO AMBIENTE</p>	<p>O</p> <p>Contribuição essencial da geografia, mas longe de seu pleno desenvolvimento. Constatação de estudos que variam entre um espaço mal determinado, ou a divisão do espaço do tipo corológico herdado da biogeografia. A abordagem espacial, quali/quantitativa, tornou-se um conhecimento pleno, de implicações sociais e naturais, que muitos geógrafos alcançaram destaque.</p>
<p>ANTROPIZAR MEIO AMBIENTE</p>	<p>O</p> <p>Os meio ditos naturais estão na verdade ampla e remotamente artificializados. Estrutura e funcionamento, e consequentes evoluções, dependem largamente das condições de transformação e de sua gestão pelas sociedades sucessivas. Aspecto essencial do meio ambiente conhecido pelos ecologistas, mas não e por eles apropriado.</p>
<p>HIBRIDIZAR MEIO AMBIENTE</p>	<p>O</p> <p>Convencimento de que o meio ambiente não é natural nem naturalista, mas contém parte maior ou menor do natural. É produto de interface que é preciso tratar como tal. Conceitos utilizados originários das ciências do homem e da sociedade, ou das ciências da vida e da terra. Há muita confusão no manuseio dos conceitos e até na língua comum. A pesquisa ambiental deve se prestar a esclarecimento semântico que assegure o domínio de mecanismos conceituais.</p>

<p>HISTORIAM O MEIO AMBIENTE</p>	<p>Continuação lógica das outras propostas. Só se pode socializar e antropizar o meio ambiente se ele foi inscrito a perspectiva do tempo e da duração. Este tempo que é primeiro aquele da natureza, mas é sobretudo o tempo da história das sociedades. É a memória dos territórios e das regiões, gravada no espaço como no espírito dos homens.</p>
<p>PATRIMONIALIZAR O MEIO AMBIENTE</p>	<p>Estudos ambientais concebidos, direta ou indiretamente, para ajudar a ação. Patrimonializar não é apenas buscar razões no passado, mas é também projetar o meio ambiente em um futuro que só pode ser de evolução rápida e frequentemente de mutação.</p>

Fonte: Elaborado por Ferreira, 2016. Adaptado de Bertrand, 2009.

Se não existe “geografia sem território” e a geografia se constrói nessa dinâmica inter-relacional de sociedade e natureza, (re)ordenar o território com ênfase a “territorializar o meio ambiente”, como já mencionado em outro momento, é o trajeto híbrido que substancia a análise ambiental na geografia e infere ao complexo território-paisagem o olhar dos homens sobre o meio ambiente.

2.3 Paisagem sujeito e objeto no contexto de populações tradicionais

A construção humana da paisagem nasce a partir do olhar que cruza o território, conforme já dito por Bertrand, porém este ‘olhar’, que em um primeiro momento foi desprovido de relações (temporais, culturais, trabalho), deve ser imbuído de interação de elementos para sustentação da interface paisagem e território. Passos (2013) enuncia que as interações destes elementos constituem o modo de representação sociocultural de um espaço, e estes elementos são: **o objeto**, como um espaço geográfico qualquer, e **o sujeito** – observador – que é o homem com sensibilidades e projetos. (grifo nosso)

Augustin Berque, conforme a leitura de Silva (2014, p. 58) recomenda “duvidar da paisagem” e convida a não “projetar no outro nossos próprios modos de ver”, “tomar distância de nós mesmos, imaginar como o mundo é percebido em outras culturas, em outras épocas, em outros meios sociais”. Este autor, sob outro ponto de análise da paisagem, a entenderá a partir de sua dialética, onde não é tão somente a “morfologia do ambiente” ou a “psicologia

do olhar”, mas significa em sentido mais amplo da “constituição material das coisas” ou “instituição mental da realidade”.

As análises apregoadas denotam formas de leitura da paisagem, distintas das meras acepções artísticas de pintores e poetas, ou, da descrição de estruturas funcionais ecossistêmicas. Em outra rubrica de Berque, a paisagem é uma certa maneira de ver a natureza (paisagem matriz) de uma certa natureza (paisagem marca), que segue constituindo-se, em resumo, como “ paisagem plurimodal” tal qual é o sujeito de sua existência: “a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário, que se autoproduz e se auto-reproduz”. (BERQUE, 1998, p. 86).

A partir do *novo* paradigma, as abordagens intuem a construir a noção híbrida paisagística, nestes termos “(...) é na própria complexidade deste cruzamento que se fixa o estudo paisagístico” (BERQUE, apud SILVA, 2014, p.58) onde os sujeitos que depositam suas expectativas nos terrenos e produzem suas territorialidades, elaboram paisagens que não residem nem no objeto e tão pouco no sujeito de modo isolado, mas na interação complexa destes dois termos:

2.3.1 População Tradicional e a relação com as Unidades de Conservação

Atentos a estas elaborações, identificamos o quanto a análise paisagística, assentada na territorialidade, norteia à compreensão do constructo de populações tradicionais em relação à paisagem-território que os compõe e que os mesmos compõem. Frente ao desafio de alcançar o meio ambiente em perspectiva complexa e que pondere a diversidade que o forma, concorda-se com a assertiva a seguir acerca da preocupação de gestão da paisagem e suas relações dialéticas:

De fato, a demanda social da paisagem, muito mal conhecida, fica dividida entre o desejo de conservar os lugares memoráveis e o de ver perdurar a vida social e econômica do campo. Se se quer o espaço rural como espetáculo e, ao mesmo tempo, como meio de vida, em que condições é possível agir tanto sobre os olhares quanto sobre os processos de produção das paisagens? (DONADIEU apud SILVA, 2014, p. 63)

As unidades de conservação se configuram em territórios protegidos, resguardados por sua valoração no tocante a biodiversidade que o integra. A proteção dos recursos naturais, por essência, é a via de regulamentação das UC. Todavia, em decorrência da incorporação conceitual de valorização do saber tradicional, que envolve comunidades ou grupos cujas práticas já trazem por si só um modelo de sustentabilidade, propugnou-se por articulação de

regras de uso que viabilizem as práticas reprodutoras destes sujeitos, estejam eles estabelecidos dentro das áreas protegidas ou em seu entorno.

Diegues (2008) bem argumenta, acerca do exposto, quando se refere à importância das populações tradicionais no papel de conservação da natureza, e robustece a relação homem/natureza como papel preponderante nesta organização territorial. Ao passo que é revisto o tema biodiversidade e começa a ser desenvolvido encontrando espaço em outras ciências, o conhecimento tradicional passa a ser reconhecido e torna-se imprescindível a leitura dinâmica da paisagem.

Por conhecimento tradicional, Diegues (2008, p. 179) define como “o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural, sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não-urbano/industrial, transmitidos oralmente de geração em geração”.

Oliveira e Maneschy (2014) ao conceituar “população tradicional” se baseiam em Little (2002), Diegues (2005) e Cunha e Almeida (2001) e definem que este grupo,

Abarca uma diversidade de populações, que possuem grande conhecimento sobre os ambientes dos rios, igarapés e manguezais e dos seres aí encontrados; dependem diretamente dos recursos naturais do ambiente, tendo como premissas para seu uso os ciclos naturais (biológicos, climáticos, astronômicos), visando à produção e reprodução de seu modo de vida. O modo de vida é aqui tomado em sua acepção geral de práticas cotidianas – de trabalho, de consumo, de vida familiar, de organização temporal das atividades, de lazer –, conforme padrões, ou estilos, que caracterizam e distinguem grupos, comunidades ou, mais amplamente, sociedades. (Oliveira e Maneschy, 2014, p. 132)

Cabe frisar que acerca das aferições conceituais para populações tradicionais, Cunha e Almeida (2001) advertiram que no início de século XXI, esta era uma expressão em fase inicial, mas que já contava àquela época, com representação administrativa no âmbito governamental, o Centro Nacional de Populações Tradicionais, vinculado ao IBAMA. A expressão ganhou vulto e atende a categorias que se expandem desde seringueiros na Amazônia a coletores de berbigão¹⁷ em Santa Catarina, onde o fato comum poder-se-ia identificar em históricos de baixos impactos ambientais, ao menos em parte. (CUNHA e ALMEIDA, 2001)

¹⁷ Marisco; Nome popular de uma espécie de molusco.

Por seu turno Alfredo Wagner, em seu trabalho sobre “Terras Tradicionalmente Ocupadas”, reflete à luz de “diferentes processos de territorialização que devem ser objeto de reflexão detida” (ALMEIDA, 2004, p. 28).

Almeida discute acerca dos direitos derivados da mobilização por distintas categorias sociais por acesso e legitimação de território, que proporcionou formas de reconhecimento jurídico das diferentes modalidades de apropriação das denominadas “terras tradicionalmente ocupadas”, em que “o tradicional não se reduz ao histórico e incorpora identidades redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada” (2004, p. 29). Paralelo ao processo de territorialização em tela decorre “a construção de uma nova “fisionomia étnica” através da autodefinição do recenseado, e de um redesenho da sociedade civil, pelo advento de centenas de novos movimentos sociais, através da autodefinição coletiva (...)” (ALMEIDA, 2004, p.29)

A capacidade de mobilização atribuída a categorias sociais asseverou conforme direciona Almeida, a novas designações de movimentos que reproduziram um conjunto de práticas organizativas manifestadas em transformações políticas mais profundas em defesa do seu território.

A estas formas associativas expressas pelos novos movimentos sociais que objetivam os sujeitos em existência coletiva (Conselho Nacional dos Seringueiros, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Movimento dos Fundos de Pasto etc.) correspondem territorialidades específicas onde realizam sua maneira de ser e sua reprodução física e social. Tal realização implica uma relação diferenciada com os recursos naturais que, de certa maneira, reflete nos textos constitucionais, nas leis e nos decretos. (ALMEIDA, 2004, p. 21)

Isto se coaduna com os passos de Cunha e Almeida (2001, p.192) ao vincularem a identidade pública de populações tradicionais com as conquistas ou lutas por conquistas, em meios práticos e simbólicos, que inclui características (não necessariamente todas) de:

- Técnicas ambientais de baixo impacto;
- Formas equitativas de organização social;
- A presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis;
- Liderança local, e;
- Traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados.

As características acima, indicadas pela referência supracitada, são reafirmadas num processo auto-constituente que requer o estabelecimento de regras de conservação, que os

diferenciam de quilombolas e indígenas, por se tratar de sujeitos políticos “que estão dispostos a conferir-lhe substância” no trato do estabelecimento de direitos territoriais, disposto a constituir um compromisso reprodutivo de uma série de práticas consideradas sustentáveis.

O reconhecimento do saber tradicional, imbricado a delongados anos de mobilização social e de luta por direito a terra e ao uso de seus recursos ¹⁸, impele a legitimação da relevância ambiental em associar este saber à conservação da natureza, sobretudo ao observarmos as indicações de Silva Pimentel e Ribeiro (2016, p.225) acerca das heranças que essas populações trazem de seus antepassados comprovadas por reprodução cotidiana, por meio das quais: “Explicam fatos que relacionam sua vida à dinâmica natural como a sazonalidade climática e sua influência na agricultura e na pesca, as fases da lua na extração de recursos pesqueiros e o uso de plantas como efeito medicinal”.

Legiferando a respeito das populações tradicionais, o Estado brasileiro instituiu instrumentos que amparam legalmente o entendimento da temática em tela, em uma síntese conceitual que associa conhecimentos, ressaltando os de ordem ecológica e antropológica, sobretudo na inserção de significação dos saberes inerente a estas populações. Destacamos alguns instrumentos a fim de expressar como se define comunidades tradicionais na forma da Lei.

O art. 3º do Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, institui que estes são grupos que “possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição”.

O SNUC, em seu Art. 18 sobre Reserva Extrativista, trata indiretamente de uma definição e limita a utilização da RESEX a populações extrativistas tradicionais, limitando-as a um grupo que tenha por base de subsistência o extrativismo mesmo se complementado com agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte, objetivando “proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”.

¹⁸ Almeida (2004) disserta que o acesso aos recursos naturais não se dá, em destaque, aos elementos históricos relacionados a tradicionalidade, mas a coesão e solidariedade adquiridas em situações de conflitos, com desdobramentos que incorporam a noção de “tradicional” as identidades coletivas, “redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como *unidades de mobilização*.” (ALMEIDA, 2004, p. 02)

Esta Lei ainda indica que a existência de populações tradicionais, “baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica”, no caso das Reservas de Desenvolvimento Sustentável. (SNUC, 2000, Art. 20)

As sínteses das referências distintas apresentadas demonstram a similaridade conceitual acerca de população e saber tradicional no campo científico e jurídico. A reprodução de conhecimentos não científicos expressas por populações tradicionais, entendidos até como “míticos” ou “sobrenaturais”, são relatadas por experiências locais aprendidas e ensinadas por meio da ancestralidade e cotidianidade.

O ver, ouvir, fazer/refazer, acompanhar, praticar são meios de cognição de um campo plurivalorativo no sentido cultural, religioso, econômico, e, sobretudo, na intrínseca relação com o universo das coisas não humanas, identificadas na ciência como naturais.

Estes conhecimentos ou saberes que são repassados sejam por oralidade ou por observação, por transmissão de práticas ou ainda pelo refazer para “saber-fazer”, se destacam e diferenciam de outras formas de conhecimento por uma relação íntima entre homem e natureza de profundidade e cumplicidade que caracterizam o modo de vida dessas populações.

Os pescadores artesanais, na perspectiva de sujeitos que representam populações tradicionais, configuram exemplo de interação paisagística com características sustentáveis, sobretudo se regularizadas em forma de UC de gestão compartilhada, como trataremos no capítulo seguinte.

Os saberes da tradição, que envolve os saberes da pesca, são saberes não científicos sob a égide da estrutura formal da ciência, os quais Moraes entende que “ligados a populações tradicionais envolvem relações estreitas entre o homem e a natureza, permeados por relações de ordens pontuais e também míticas” (MORAES, 2007, p. 19). O autor segue a reflexão explicando que este saber é transmitido de geração a geração, sobretudo por oralidade e práticas cotidianas.

Neste contexto dos saberes tradicionais, Moraes (2005) ressalta a validade dos saberes não-científicos, não escolares, mas que são fundamentais à reprodução da atividade pesqueira com diferentes meios de uso.

O conhecimento do ambiente em que vive essas populações e a sua habilidade no manuseio dos recursos naturais, à medida que são transmitidos e absorvidos pelas gerações, transformam práticas, hábitos de vida, modos de apreensão e apropriação da natureza com traços característicos. São interações advindas do contato íntimo com a natureza, seja pelas águas, florestas, terras e com o próprio homem. (MORAES, 2005. 89)

Ainda sobre os saberes não científicos, Furtado apresenta como o conhecimento do pescador artesanal aponta “com propriedade e legitimidade problemas que vêm ocorrendo na região que comprometem a integridade social e ambiental, e que, na maioria das vezes não somos capazes de mensurá-los.” (FURTADO, 1993, p. 258)

Sob formas recorrentes no Brasil, a gestão de unidades de conservação são pouco democráticas e participativas, distantes das paisagens locais, das necessidades e saberes das populações, sobretudo das tradicionais (DIEGUES, 2008). As reflexões de saberes e práticas múltiplas que qualificam a diversidade cultural do Brasil perpassam pelo reconhecimento destes enquanto imprescindíveis a conservação dos recursos naturais. Os saberes tradicionais supracitados, por longo período nas discussões de preservação e conservação ambiental, em escala global seguiram secundarizados e invisibilizados.

Entender como o paradigma preservacionista tradicional, de gestão verticalizada e exógena, vem sendo substituído por visões conservacionistas, privilegiando a articulação de saberes, é uma análise sincrônica as questões referidas na RESEX pesquisada. Todavia, para entender a relação entre a paisagem objeto e a paisagem sujeito, que constitui um “território tradicionalmente ocupado” com significados que não cabe ao pesquisador descrever, realizaram-se atividades cujos resultados serão apresentados em momento posterior neste trabalho, que encaminhará a concepção do sujeito sobre a paisagem da materialidade, sensibilidade e representatividade.

CAPÍTULO III – GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA DE PAISAGENS COSTEIRAS

A RESEX Marinha de São João da Ponta, como já mencionado anteriormente, está localizada no município homônimo, na mesorregião do nordeste paraense e microrregião do salgado. Contudo, sem tergiversações, é necessário contextualizar historicamente os arranjos territorializados na paisagem costeira, com propósito de entender como se dá a atual dinâmica das atividades socioeconômicas e ecológicas em paisagens reordenadas por políticas de unidades de conservação.

O artigo 225 da constituição brasileira estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo às presentes e futuras gerações”.

Congruente ao que prediz a constituição, no capítulo IV do SNUC (que trata da criação, implantação e gestão das unidades de conservação) cita-se o artigo 22 cujo texto afirma que “as unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público”. A criação de unidades de conservação deve seguir diretrizes a fim de serem efetivados os objetivos propostos na Lei.

A legislação brasileira, assimilando as inquietações e lutas, de primazia dos povos da floresta, desdobrando-se até as áreas litorâneas, entende as peculiaridades da população e institui a RESEX como “unidades de conservação de uso sustentável que tem como objetivo proteger os meios de vida e a cultura de suas populações extrativistas tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”, conforme institui a Lei 9.985/2000, como já ponderado.

De acordo com a legislação, a titularidade deste direito é assegurada ao indivíduo e a coletividade, sendo de obrigação do Estado “defender e preservar”, sem eximir da coletividade e dos indivíduos suas responsabilidades para com o meio ambiente, deixando-os em um mesmo patamar de direitos e obrigações (BENATTI, 1999).

Little (2002) identifica que o conceito dos povos tradicionais serviu como forma de aproximação entre socioambientalistas e grupos heterogêneos de exploração natural historicamente sustentável, e resultou em modalidade de co-gestão do território.

Há que se levar em conta, antes mesmo de especificar uma análise à RESEX ora estudada, quais fatores estiveram e estão relacionados a implantação de UC de uso sustentável em paisagens do nordeste paraense, região com potencialidades ecossistêmicas de relativo

interesse ao planejamento territorial, sobretudo ao se tratar de áreas circunscritas na zona costeira equatorial amazônica do Brasil.

O uso controlado dos recursos naturais e ambientais¹⁹ tem motivado a execução de reflexões e propostas, que sob um raciocínio geográfico, considera a paisagem natural e cultural. Cavalcanti (2014) distingue baseado em conceituações clássicas, paisagem natural como as de incipientes atividades humanas e a cultural como paisagens altamente transformadas pelo homem.

Com efeito, o autor complementa seu pensamento, atestando que uma paisagem, por mais natural que se constitua, “apresenta elementos essencialmente culturais, na medida em que toda a superfície da Terra já se encontra apropriada pelo homem em termos físicos, políticos ou culturais” (CAVALCANTI, 2014, p. 15), citando como exemplo a criação de unidades de conservação como áreas politicamente protegidas que resguardam o patrimônio natural.

3.1 Gestão da zona costeira brasileira

O resguardo ao patrimônio natural, com articulação entre conservação da natureza e o equilíbrio no uso dos recursos, destaca a zona costeira brasileira, que vem sendo acompanhada atenciosamente por distintos estudos, análise e pesquisas as quais resultam na instituição de políticas que objetivam o planejamento e gestão desses espaços.

O Decreto Nº 5.300 de 2004, Artigo 3º, afirma a consideração da zona costeira como patrimônio nacional desde a Constituição de 1988, e a define como o “espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e uma faixa terrestre” e estipula seus limites marítimos e terrestres como citados abaixo:

I - faixa marítima: espaço que se estende por doze milhas náuticas, medido a partir das linhas de base, compreendendo, dessa forma, a totalidade do mar territorial;

II - faixa terrestre: espaço compreendido pelos limites dos Municípios que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes na zona costeira. (BRASIL, 2004)

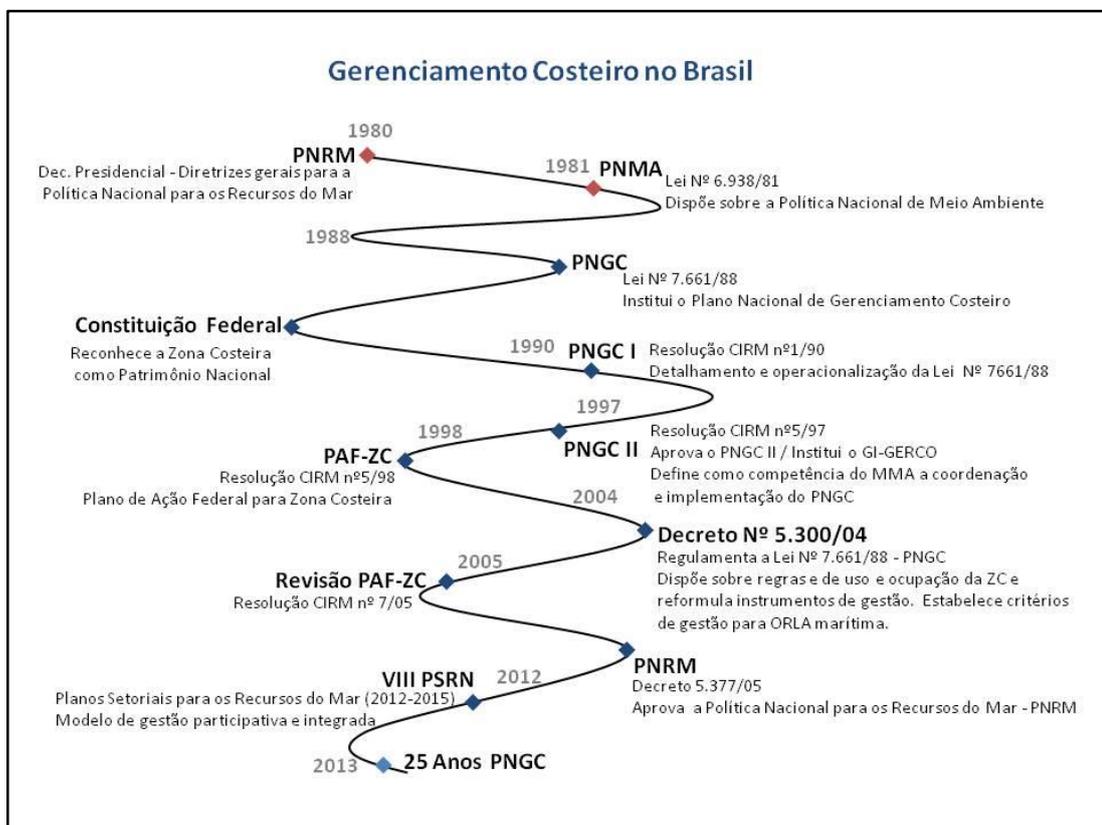
¹⁹ Em sua obra intitulada: “Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil”, o autor Antonio C. Robert Moraes comenta acerca da distinção entre essas duas modalidades de recursos, ressaltando um resultado teórico de reflexão o qual entende recursos naturais como “quantidades de materiais depositados na superfície terrestre que se apresentam nos fluxos econômicos como *mercadorias* (...)” distintos dos recursos ambientais por estes estarem relacionados a “*condições* de vida e produção, circunscrevendo fatores de difícil contabilização, como a beleza cênica ou a originalidade paisagística, por exemplo.” (MORAES, 2007, p. 18)

Nessa investida, em gerenciamento da zona costeira, medidas afins começaram a ser implantadas, com destaque ao Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro do Brasil (PNGC/GERCO) concebido na área governamental em 1974 pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e instituído em 1988, acompanhado por instituições governamentais e não governamentais atuantes na área do planejamento e uso dos recursos litorâneos.

O quadro estatal de reordenamento territorial brasileiro intentou, após o período militar de forma mais aplicada, viabilizar políticas que priorizassem o planejamento ambiental da zona costeira. Moraes (2007) argumenta que a própria criação e sistematização do aparelhamento estatal são indicadores dessas prioridades, cujo interesse estaria vinculado ao estabelecimento de uma gestão integrada dos ambientes costeiros.

Cabe mencionar a estrutura dos planos, programas e legislações desenvolvidos por parte do poder público federal para assegurar legalmente a gestão da orla marítima, conforme demonstrado no modelo esquemático a seguir:

Figura 09: Organização do gerenciamento costeiro no Brasil



Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2016. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro>

Entre as estruturas governamentais criadas e reorganizadas para subsidiar essa gestão, o autor supracitado destaca, no organograma da União, as seguintes (MORAES, 2007, p.91):

- Comissão Interministerial dos Recursos do Mar (CIRM), presidida pelo Ministério da Marinha;
- Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável (CIDES), presidida pelo Ministério do Planejamento e Orçamento;
- Para o planejamento ambiental, a União conta ainda com a existência do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), presidido pelo Ministério do Meio Ambiente, formado por representantes de órgãos governamentais e sociedade civil, e subsidiado por câmaras técnicas, com destaque a câmara específica de gerenciamento costeiro.

Os estudos, em torno da temática de zonas costeiras, encaminham um cabedal de análises de áreas científicas das mais distintas, que transitam em desafios quanto a conservação de seus recursos e o desenvolvimento econômico desses lugares. Robert de Moraes enuncia um foco geográfico acerca das “particularidades da *localização litorânea*”, em que a interface com o mar efetiva alguns usos quase exclusivos do litoral, afirmando que esta localização diferenciada delinea atributos próprios naturais e de ocupação.

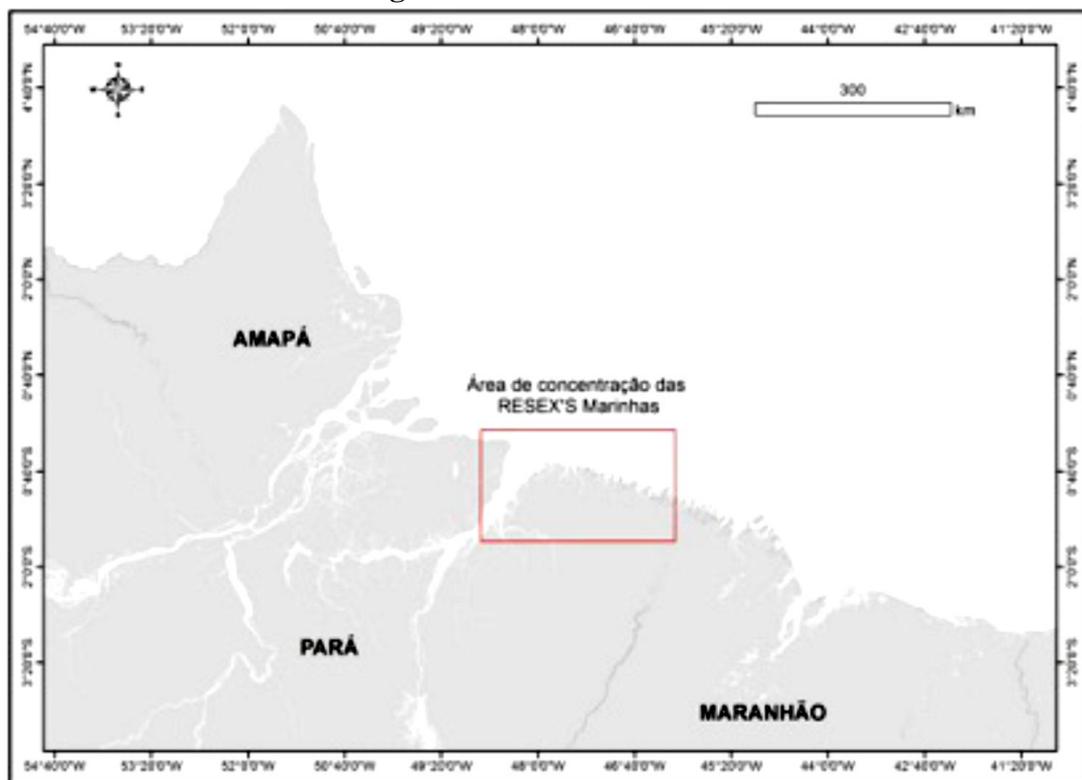
Para começar, tal proximidade torna os espaços litorâneos as bases terrestres imediatas de exploração de todos os recursos marinhos, dando-lhes uma ampla vantagem locacional das instalações dos equipamentos referentes a estas atividades. Cabe salientar que tal vantagem incide sobre a maior reserva de recursos do planeta, que tem seu aproveitamento cada vez mais regulado por normas internacionais, o que bem evidencia seu imenso valor estratégico. (MORAES, 2007, p. 20/21)

Por não se tratar de uma “unidade natural evidente, que circunscreva em todas as áreas litorâneas um espaço padrão naturalmente singularizado”, como admite Moraes (2007, p. 30), o uso se dá de forma heterogênea no decorrer da costa brasileira, com variações entre ocupações densamente urbanizadas (regiões sudeste e nordeste) a padrões de ocupação populacional mais disperso, com relevante agregado cultural e tradicional no uso dos recursos disponíveis, este último evidenciado na zona costeira amazônica.

Estendendo-se ao longo dos estados do Maranhão, Pará e Amapá, a zona costeira amazônica tem aproximadamente 2.250 km de extensão, com exceção das reentrâncias do litoral e as ilhas, ao longo das quais dezenas de estuários recortam a linha de costa (Souza Filho et al., 2005).

Acerca da caracterização da formação da zona costeira amazônica, o estudo produzido pela Proposta do Plano de Gestão Integrada dos Recursos Pesqueiros (FADESP, 2013) dispõe que a plataforma continental da região é muito extensa e variada nas suas características e por isso é dividida em duas partes mais ou menos homogêneas, constituindo a plataforma mais larga do Brasil. A região Norte I se estende do cabo Orange no extremo Norte do Brasil até a foz do rio Pará, no estado do mesmo nome e a região Norte II desde a foz do rio Pará, ao longo do litoral do Salgado Paraense e do litoral do Maranhão até a foz do rio Parnaíba. As RESEX da costa paraense concentram-se na região definida como região Norte II, principalmente no litoral do Salgado Paraense como apresentado na figura apresentada.

Figura 10: Zona Costeira Amazônica



Fonte: FADESP, 2013

Acerca das diferenças que marcam a natureza e ocupação da zona costeira brasileira, Moraes diferencia a costa dos estados do norte como um conjunto de rala ocupação que recobre uma extensão contínua de quase um terço do litoral brasileiro, “onde as condições imperantes se invertem e as áreas claramente submetidas a uma lógica mercantil podem aqui ser consideradas como episódicas”. (MORAES, 2007, p.45)

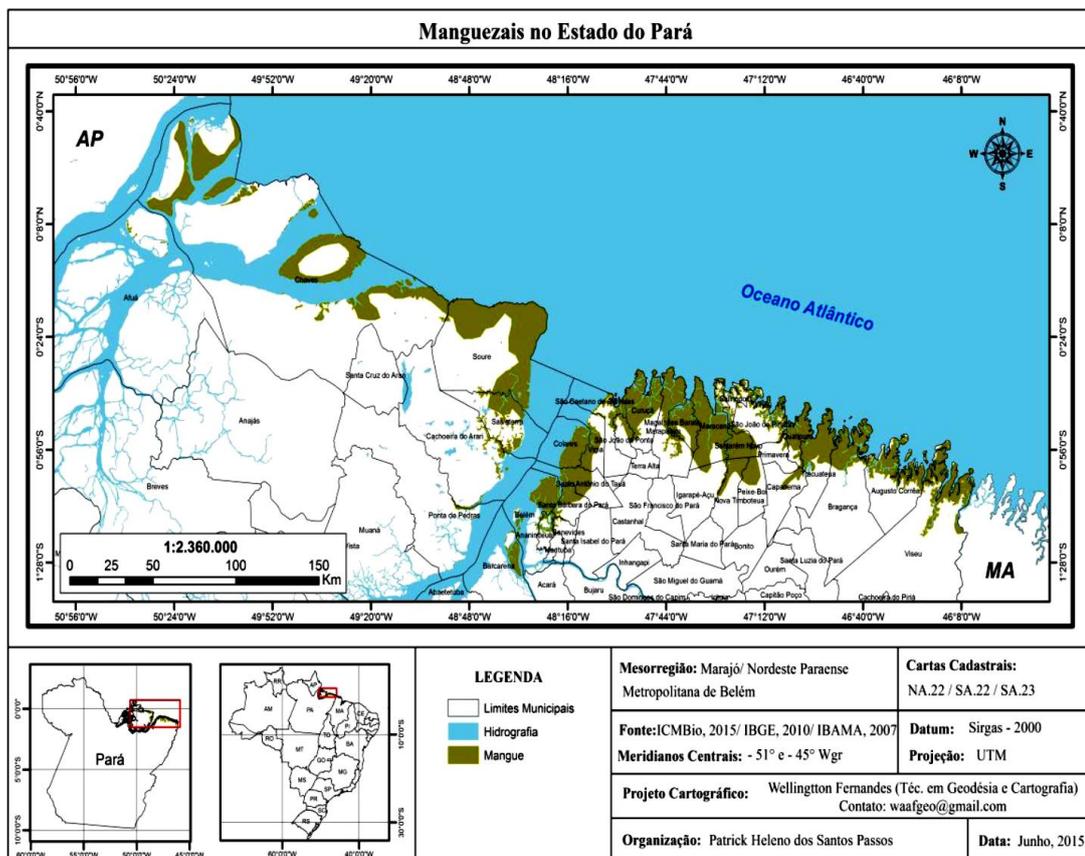
O autor distingue ainda os padrões de uso do solo no litoral setentrional com redução no peso da vida urbana e consequente aumento nas pessoas envolvidas em atividades rurais e

“padrões de uso do solo assentados em atividades extrativistas e de autoconsumo, executados por comunidades ‘tradicionais’ semi-isoladas.” (2007, p. 46)

As características observadas pelo autor são facilmente identificadas nas comunidades que configuram o conjunto de UC decretadas na zona costeira paraense. Os estudos e relatórios com caracterizações das RESEX Marinha no estado do Pará apresentam a pesca artesanal e o extrativismo vegetal como principais atividades econômicas exercidas por comunidades locais, estas atividades representam indicadores de práticas sustentáveis em ambientes costeiros, carentes de ações que incentivem um equilíbrio de uso para conservação destes espaços.

De certo as políticas de conservação, destinadas à zona costeira norte do Brasil, estão assentadas não em ordenamento do território por uso turístico ou densa ocupação urbana litorânea, mas por uma composição florística ‘privilegiada’, com a predominância da cobertura vegetal de manguezal, e faunística, com variedades de espécies que agregam um grande valor a atividade pesqueira estuarina e costeira.

Figura 11: Mapa dos Manguezais da Zona Costeira Paraense



Fonte: Passos, 2015

Obviamente, um dos requisitos para promover verdadeiramente o enfoque ecossistêmico em uma área é a representatividade dos ecossistemas envolvidos na mesma. Nesse sentido, o conjunto existente de Reservas Extrativistas Marinhas do litoral paraense surge como uma excelente oportunidade de experimentação de uma nova forma de gestão, onde o foco seja colocado nos recursos pesqueiros e na manutenção dos ecossistemas que fornecem esses recursos para a subsistência das populações tradicionais que neles habitam. Uma vez que estas unidades comportam uma extensa área do litoral, que contém uma faixa contínua de ecossistemas de manguezal, considerada a maior e mais conservada do planeta (KJERVE e LACERDA, 1993), parece que esta área demonstra ser especialmente apropriada para esta iniciativa de conservação. (FADESP, 2013, p. 134)

As RESEX marinhas desta região foram decretadas com o objetivo de promover a conservação desses ecossistemas, bem como dos recursos naturais e pesqueiros da região, os quais podem garantir a sobrevivência e permanência das populações na área, preservando sua cultura e tradições.

Furtado (1981), em um “delineamento” da pesca artesanal no Pará, demonstrou os tipos de pesca realizada pelo “pescador-caboclo”, caracterizada por pesca costeira, fluvial e lacustre. A autora pincela razões bio-físicas dos fartos recursos dos mananciais piscatórios da região costeira e sua decorrente relevância ao desenvolvimento da pesca artesanal:

A fertilidade das águas da zona costeira do Pará associa-se à ação do Amazonas. Este rio ao desembocar na costa atlântica com uma descarga que varia de 200.000 m³ por segundo (Azevedo, 1970:2), arrasta em suas águas uma quantidade considerável de resíduos orgânicos e micro-orgânicos que concorre para a fertilidade das águas (IDESP, 1968:1), propiciando a atividade pesqueira das populações que vivem ao longo do litoral paraense. (FURTADO, 1981, p. 02)

A área do litoral paraense que atualmente acomoda a implantação de 12 RESEX Marinha é considerada uma área piloto para gestão dos ecossistemas de manguezal e recursos pesqueiros. O Projeto Manguezais do Brasil (PNUD/ICMBio BRA/07/G32) direciona recursos humanos e materiais a fim de viabilizar a gestão integrada, com enfoque ecossistêmico, para as reservas marinhas no estado do Pará.

Medidas como o estabelecimento de UC de uso sustentável tornaram-se, então, o instrumento governamental de maior alcance para garantia de conservação de ecossistemas costeiros importantes, como os manguezais e os recursos naturais e pesqueiros do litoral do país. Souza Filho (FADESP, 2013) explica que apesar do bom estado de conservação dos manguezais amazônicos, a pressão por aumento da exploração dos recursos causa agressões indiretas a esta região da zona costeira, e é sob esta chancela que o autor admite que a criação de reservas extrativistas torna-se uma alternativa à redução da pressão nestas áreas.

Entretanto não há consenso quanto a eficácia da RESEX e sua relação ao uso sustentável de seus recursos, sobretudo em casos de RESEX marinha, em que a exploração é diferenciada das RESEX terrestre por haver retirada de indivíduos da população biológica de seus ambientes, sob estes termos Santos e Schiavetti (2013, p. 486) argumentam que: “A utilização sustentável dos recursos marinhos, e conseqüentemente sua persistência, depende das ações de gestão e do tempo no qual a área está sob proteção, além de fatores biológicos [...] e de fatores antrópicos como pressão e artes de pesca.”

Não obstante o enfoque de conservação se direcionar aos recursos do manguezal, a viabilidade da modalidade de RESEX prescinde de articulação entre sujeitos locais e institucionais do governo para elaboração de acordos de gestão. A constatação de que a zona costeira amazônica, de considerável relevância ecológica, é caracterizada por múltiplas territorialidades, dá suporte para não mais haver limitações à implantação de política de conservação sem atentarem-se as populações que historicamente desenvolvem atividades extrativistas locais.

Quando o Estado permite a criação de uma RESEX-Mar, a dimensão humana (social e econômica) – centrada na atenuação da pobreza e/ou segurança alimentar – deve estar conectada à dimensão ecológica, uma vez que esta junção é fundamental para o alcance dos objetivos desta categoria de manejo.” (SANTOS E SCHIAVETTI, 2013, p. 489)

A partir de 2001 sucessivas RESEX marinha constituíram a reorganização da zona costeira paraense, pareando o reconhecimento das demandas de populações tradicionais a necessidade de efetivar o gerenciamento costeiro. Em torno destas UC na costa paraense, Passos (2015) complementa:

Sabendo do uso histórico do ecossistema manguezal pelas populações tradicionais paraenses e que os manguezais da costa norte brasileira compreendem os estados do Amapá, Pará e Maranhão e perfazem 70% dos manguezais brasileiros, o governo brasileiro publicou decreto presidencial no final de 2014 que amplia o número para doze de reservas extrativistas marinhas de uso sustentável no estado do Pará, localizadas na região do salgado paraense, nos municípios de São Caetano de Odivelas, Marapanim, Magalhães Barata e ampliação da reserva extrativista existente em Augusto Corrêa, segundo Brasil (2014).” (PASSOS, 2015, p. 17)

Diante a criação das unidades federais da costa paraense, o reconhecimento das populações tradicionais, como grupos culturalmente diferenciados que ocupam os territórios costeiros para sua reprodução cultural, social, religiosa e econômica, imbricam-se a projetos de gestão costeira e de recursos pesqueiros, com escopo de integrar o litoral do Pará em um mosaico de RESEX-Mar.

“As RESEX marinhas desta região foram decretadas com o objetivo de promover a conservação desses ecossistemas, bem como dos recursos naturais e pesqueiros da região, os quais podem garantir a sobrevivência e permanência das populações na área, preservando sua cultura e tradições” (FADESP, 2013). Á luz da interação entre políticas de gestão costeira de agregado valor ecossistêmico a política de reconhecimento de direito territorial, garantido aos pescadores artesanais enquanto identificados como populações tradicionais, se versará acerca do socioambientalismo como corrente ambiental basilar a esta articulação sócio-ecossistêmica de ordenamento territorial.

3.2 Socioambientalismo e Gestão compartilhada

Atinentes às políticas ambientais instauradas no Brasil, em que as RESEX estiveram e estão inseridas, ressalta-se sua integração a uma mudança de postura no pensamento, condução e estabelecimento destas na conjuntura ambiental brasileira. Ainda que uma literatura vasta, sobre o histórico de reflexões e ações ambientalistas, indique o preservacionismo norte-americano como marco da sistematização e organização das áreas protegidas, Santilli (2005) avista estudos²⁰ que demonstraram a crítica ambiental nascida no Brasil ainda nos séculos XVII e XIX, por autores que reagiam contra o modelo de exploração colonial – caracterizada pelo latifúndio, escravismo, monocultura e maus-tratos a terra e a devastação provocada neste modelo.

O ambientalismo foi tecido no Brasil a passos lentos e em uma visão fragmentada de meio ambiente, com medular pressuposto preservacionista (herança dos modelos de parques americanos). As leis que tratavam dos bens ambientais eram formuladas desarticuladas e isoladas de uma acepção sistêmica de meio ambiente – água, floresta, fauna – tratavam-se de recursos regulados com instrumentos jurídicos separados: “Código de Águas, Código Florestal, Lei de Proteção à Fauna, etc., e não havia um instrumento jurídico que considerasse a política ambiental como um modelo articulado e sistêmico” (SANTILLI, 2005, p. 28).

Preocupações que priorizassem quaisquer propósitos ambientais eram práticas raras as medidas do governo brasileiro, sobretudo ao período do governo da ditadura militar e sua postura de desenvolvimento econômico a qualquer custo, incluindo exploração predatória dos recursos naturais. Os grandes projetos executados no período deste governo na década de

²⁰ A autora recomenda os estudos de PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.p. 10 e ss. Em sua produção Pádua enfatiza os textos de José Bonifácio de Andrada (primeiro ministro do Brasil independente) e Joaquim Nabuco (abolicionista) como críticos do sistema vigente de intensa devastação ambiental provocada pelo modelo “importado” da Europa e EUA. (SANTILLI, 2005)

1970, quais sejam na Amazônia (abertura de estradas) ou no sul do país (reservatório da hidrelétrica de Itaipu), foram executados sem qualquer consulta pública ou avaliação ambiental, resultando em série de conflitos com populações locais.

Todavia, neste mesmo período, 1972, o evento que caracterizou o marco ambiental internacional, a Conferência de Meio Ambiente das Nações Unidas em Estocolmo, teve repercussão em ações locais com a criação do primeiro órgão brasileiro de meio ambiente, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), criada em 1973 logo após a conferência (SANTILLI, 2005). Mas somente no início da década de 1980 que a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente foi editada, precisamente em 1981, Lei federal nº 6.938. A partir dessa década uma série de outras leis de caráter ambiental tornou-se efetivas no tocante a proteção jurídica da diversidade biológica no Brasil, a exemplo Santilli (2005) cita:

- Lei nº 6.803/80 – Dispõe sobre zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição;
- Lei nº 6.092/81 – Dispõe sobre a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental;
- Lei nº 7.347/85 – Ministério Público pode contar com instrumento legal eficiente para responsabilizar autores de danos ambientais;
- Lei nº 7.643/87 – Proíbe a pesca de cetáceos em águas jurisdicionais;
- Lei nº 7.679/88 – Proíbe a pesca em períodos de reprodução.

Nada obstante, o conteúdo dessas propostas ainda restringia-se a “proteção de ecossistemas e espécies, mas sem uma dimensão social claramente incorporada”, em que denotava a repressão de práticas ambientais lesivas (SANTILLI, 2005, p. 29). Este era um padrão de gestão ambiental recorrente na esfera global, que se dava de forma heterogênea nos distintos países, porém tinha por premissa “uma ótica essencialmente corretiva centrada de forma predominante na introdução de mecanismos de controle da poluição” (MAGRINI, 2001, p. 03)

Ações preservacionistas estabelecidas por governos no âmbito da gestão ambiental deflagraram fortes conflitos, nas décadas de 70 e 80, por interesses divergentes, entre público e privado, do Estado com empresas, do Estado com a sociedade civil, entre empresas e dentro do próprio Estado. Recorrendo novamente a Magrini (2001, p. 03) na tentativa de atenuar conflitos e estabelecer novos paradigmas no desenvolvimento de políticas ambientais o conceito de desenvolvimento sustentável foi introduzido em 1987, expresso no Relatório das

Nações Unidas denominado “Nosso Futuro Comum”, “veio com o intuito de promover uma espécie de ‘conciliação’ entre as partes em conflito”.

Menezes et al. (2011) sintetizam três momentos ambientais autoconsciente e organizado, descritos por Martínez Alier, cujo primeiro movimento ambientalista remete a natureza intocada do século XIX, representada pelo naturalista Jhon Muir e faz referência ao “culto ao silvestre” dos EUA, o segundo é fundamentado em métodos europeus de manejo florestal científico, com perspectivas utilitaristas, denominada como “evangelho da ecoeficiência” e a terceira expressão ambientalista é interpretada por Martínez Alier como “Ecologismo dos pobres” fortalecida a partir da década de 1980 pela luta de indígenas e camponeses do terceiro mundo e o movimento da justiça ambiental nos EUA. “No contexto deste trabalho, essas três correntes são referidas, respectivamente, como Preservacionismo, Sustentabilismo e Socioambientalismo.” (MENEZES et al., 2011, p. 454)

Como aludido, foi na década de 1980 que o socioambientalismo nasceu no Brasil, resultado da aliança entre ambientalistas e movimentos sociais. O socioambientalismo se desenvolveu a partir da segunda metade dos anos 80 e se concretizou nos anos 90, com enfoque integrador de planejamento e gestão cooperativos, destacando-se a relevância da ECO-92²¹ para consolidação de seus conceitos e paradigmas, incorporados à prática política e jurídica, bem argumentado por Juliana Santilli, sócia-fundadora do Instituto Socioambiental (ISA).

O surgimento do socioambientalismo brasileiro vem a ser profundamente engendrado na ideia que “[...] as políticas públicas ambientais só teriam eficácia social e sustentabilidade política se incluíssem as comunidades sociais e promovessem uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais.” (SANTILLI, 2005, p. 35)

A inserção de conceitos como sociodiversidade, que decorre da concepção ecológica a concepções baseadas em mecanismos de adaptação cultural (Berté, 2009), impingiu uma reorganização no entendimento do meio ambiente e a complexidade a que lhe é inerente.

Rodrigo Berté ao analisar reflexões em torno das questões ambientais e a indissociável relação homem-natureza, infere que são as práticas do meio social os fatores que interferem na qualidade do meio ambiente, seja de modo positivo ou negativo, asseverando ainda a necessidade de se ter noção sobre este meio social: “Para isso, é preciso olhá-lo “por

²¹ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Rio-92), momento no qual a comunidade política internacional discutiu propostas que admitissem a conciliação do desenvolvimento econômico com utilização sustentável dos recursos naturais.

dentro”, o que significa integrar-se no processo, observar e absorver o movimento da sociedade com todas as suas variáveis, contextualizar-se.” (BERTÉ, 2009, p. 58).

O socioambientalismo, numa acepção que o diferencie de outras propostas ambientais, é imbuído da interrelação dos conhecimentos de tal modo a englobar, nos aspectos que o constituem, conceitos que não se resumem a intocabilidade da biodiversidade como único recurso para conservá-la. O quadro abaixo resume características da corrente socioambientalista no Brasil, elaborado por Menezes et al. (2011).

Quadro 06: Síntese da vertente socioambiental

Características	Socioambientalismo
Década de expressão inicial no Brasil	Década de 1980 - Ambientalismo camponês na Amazônia, África e Índia.
Fortalecimento e consolidação	Difusão e ascensão no Brasil, nos anos 1990. Fortalecimento na década atual.
Linha de atuação	Defesa da mudança de paradigma na relação homem natureza, nas políticas ambientais e na distribuição de recursos.
Visão econômica	Reconhecimento e apoio à sustentabilidade no manejo tradicional.
Aspectos míticoreligiosos	Contribuição das culturas, mitos e religiões tradicionais – busca da justiça ambiental.
Instrumentos de ação	Estímulo à democracia e autonomia das populações tradicionais para decidir o destino de seus territórios e seus recursos naturais.
Disciplinas fundamentais	Etno-Conservação, Ecologia Política e Justiça Ambiental.
Profissionais envolvidos	Antropólogos, geógrafos, sociólogos e especialista em direitos civis.
Exemplos de instituições influentes	Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pescadores Artesanais (MPA), Movimento dos Povos Indígenas (MPI), União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN), Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)

Fonte: Adaptado de Menezes et al, 2011, p. 457

O estabelecimento desse paradigma socioambiental à região amazônica vem, de certo modo, garantindo e legitimando um encontro de composições da organização social (Instituições Públicas, populações tradicionais, empresas e sociedade civil) com intencionalidades por vezes até distintas, que, todavia se congregam na consonância das considerações dos conhecimentos, científico e empírico, do diálogo dos saberes, os quais “inscrevem-se na configuração teórica e nas estratégias de construção de uma *racionalidade ambiental*” (LEFF, 2010, p. 95).

Acerca do diálogo de saberes, Leff (2010) preconiza sua pertinência a reflexão de uma outra visão de economia, outro mundo possível, numa esfera fundamentada na

diversidade cultural e seus territórios biodiversos, baseada em uma ética da outridade (a não ‘mesmidade’), da convivência na diferença, assinalando que:

A valorização dos saberes locais desloca a supremacia do conhecimento científico, da relação objetiva do conhecimento e sua pretensão de universalidade, para os saberes arraigados nas condições ecológicas do desenvolvimento das culturas, nas formas culturais de habitar um território e no sentido existencial do ser cultural. (LEFF, 2010, p. 95)

A ponderação de Leff destaca ainda a compreensão que comunidades, sobretudo da América Latina (a exemplo os indígenas), tem de suas lutas não restritas a arena política, mas endereçadas à construção e legitimação de seus novos direitos. O autor tem por base de sua reflexão o pressuposto de que a crise ambiental é uma crise de conhecimento e prescreve que:

A crise ambiental é, portanto, um problema do conhecimento, das formas de conhecimento com as quais construímos a civilização moderna em transição para uma certa pós-modernidade e das formas como destruimos a natureza, degradamos os ecossistemas e contaminamos o ambiente, ao mesmo tempo que subjugamos os saberes que foram sendo construídos no processo de coevolução das culturas com suas naturezas, com seus territórios e seus mundos de vida. (LEFF, 2010, p. 97)

A crise ambiental, advinda do conhecimento construído pela civilização moderna e seus fundamentos de exploração insustentável da natureza, como afirmou Leff, tem vias a ser atenuada no contexto de valorização da contribuição dos saberes locais. As políticas públicas socioambientais, implantadas relevando as contribuições históricas de populações tradicionais sobre uso e manejo de recursos naturais, devem suplantar esse pressuposto e estabelecer vias de fortalecimento dos espaços de negociação.

Atendendo as demandas dos intensos debates de movimentos sociais, com destaque aos extrativistas da Amazônia liderado por Chico Mendes, o socioambientalismo em seu contorno e formato de gestão compartilhada foi legitimado pelo poder público e as práticas tradicionais de utilização dos recursos são asseveradas como conhecimentos substanciais ao êxito da gestão. Neste sentido “o novo paradigma de desenvolvimento preconizado pelo socioambientalismo deve promover e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social na gestão ambiental” (SANTILLI, 2005, p.34).

Joan Martínez Alier denomina esse momento como uma terceira corrente ecologista que conquista notoriedade como “ecologismo dos pobres” ou movimento por “justiça ambiental” o qual assinala que o crescimento econômico desgraçadamente “implica maiores impactos no meio ambiente, chamando a atenção para o deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte dos resíduos” (MARTÍNEZ ALIER, 2015, p.34).

O autor denota a razão da nomeação, aplicado a movimentos do Terceiro Mundo, por representar a luta contra os impactos ambientais que ameaçam aos pobres, que constituem ampla maioria da população nestes países.

O movimento pela justiça ambiental, o ecologismo popular, o ecologismo dos pobres, nascido de conflitos ambientais em nível local, regional, nacional e global causados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social. Os exemplos são os conflitos pelo uso da água, pelo acesso às florestas, a respeito das cargas de contaminação e o comércio ecológico desigual, questões estudadas pela ecologia política. Em muitos contextos, os atores de tais conflitos não utilizam um discurso ambientalista. Essa é uma das razões pelas quais a terceira corrente do ecologismo não foi, até os anos 1980, plenamente identificada. (MARTÍNEZ ALIER, 2015, p. 39)

Dentre esses movimentos Martínez Alier (2015) também ressalta as lutas encabeçadas por Chico Mendes nos anos 70 e 80 que compuseram conflitos por justiça ambiental. A mobilização dos seringueiros estendeu-se a grupos sociais para além dos povos da floresta e agregou categorias de extrativistas com conflitos territoriais tão ou mais complexos que a luta por direito ao uso coletivo sustentável da floresta, requerido pelos seringueiros. Este é o caso dos pescadores artesanais, que especialmente no Brasil, alcançou espaço a direitos territoriais por meio de reformulações e reconhecimento desse grupo enquanto populações tradicionais que compõem o cerne das questões socioambientais.

No âmbito do socioambientalismo existe a defesa da permanência das populações tradicionais em seus territórios e da utilização dos recursos naturais locais. Este ambientalismo passou a influenciar uma nova forma de ver a conservação e propôs a participação das comunidades tradicionais no planejamento e na gestão das atividades de conservação. (MENEZES Et al., 2011, p. 456)

Entre regulamentações jurídicas que preconizam a participação sustentável de populações tradicionais na gestão de espaços importantes a serem conservados, cabe mencionar o inciso II do Art 6º do Decreto 5.300, versando a respeito dos objetivos da gestão da zona costeira que institui:

II - o estabelecimento do processo de gestão, de forma integrada, descentralizada e participativa, das atividades socioeconômicas na zona costeira, de modo a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população e a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural; (BRASIL, 2005)

Essas ações desenvolvidas em zona costeira, se observadas num contexto amazônico, procedem de modo mais acentuado na pesca artesanal e reestruturam a organização social de comunidades tradicionais, dependentes dessas práticas de extrativismo. Estes fatores relativizam a gestão dessa paisagem, de maneira a se elaborar políticas que considerem a

gestão compartilhada entre Estado e comunidades ou grupos sociais que conformam e territorializam esses ambientes.

As RESEX Marinha da costa paraense se expandem sucessivamente por significativa questão de proteção ecossistêmica, mas efetivam-se devido ao entendimento de que é uma região com inúmeras populações dependentes da atividade pesqueira e do extrativismo vegetal para sua sobrevivência e reprodução social, desta feita assevera-se que a conservação dos recursos naturais desta região é estratégica do ponto de vista ambiental, social e econômico do país (FAPESP, 2013).

Neste sentido o encaminhamento socioambiental é um apanágio das RESEX Marinha, especialmente sob a análise de Santilli (2005) acerca do envolvimento das populações locais na gestão desses espaços com intenções de dissolver a lógica “vertical”, que instituiu nas unidades de conservação processos de criação de decisão política autoritária, imposta “de cima para baixo”, relegando os interesses das populações locais.

Oliveira e Maneschy (2014, p. 140), acerca das expectativas da RESEX, argumentam que é necessário haver sincronismo entre a noção de pertencimento das comunidades e o território destinado à unidade de conservação e de seus “interesses compartilhados sobre os recursos comuns, com os correspondentes mecanismos de regulação”.

Trata-se então de incorporar os interesses de distintos grupos às intenções de um projeto de gestão, em que espaços para formulação de acordos e consensos sobre direito de uso do recurso comum permita ser coletivamente construído entre agentes governamentais, responsáveis pelo ordenamento territorial, e as comunidades locais envolvidas. Não obstante é inviável pensar em co-participação circunscrita ao processo de diálogo inicial, limitando a participação de comunidades locais envolvidas a mera colaboração burocrática.

Moura e Castro (2012) compreendem que a ciência para o desenvolvimento sustentável (ainda que este ressoe com ambiguidades e contrassensos) deve ser multidisciplinar (em sua composição científica) e deve reconhecer politicamente a heterogeneidade dos saberes tradicionais. Deste modo entende-se que o reconhecimento político deve perpassar o campo do direito territorial e sobrepor à esfera administrativa de fato, por meio da qual as vozes locais para tomadas de decisão se façam imprescindíveis na definição de medidas restritivas ou proibitivas ao uso dos recursos naturais.

3.3 Conselho Deliberativo

Anterior à legislação do SNUC nos anos 2000 já havia estudos, de grupos de pesquisa científica, que investigavam os impactos negativos para reprodução cultural e natural de

comunidades tradicionais, ao se implantarem projetos de restrição e delimitação de acesso aos recursos. Em 1989, o NUPAUB – Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileira/USP, realizou entrevista com pescadores de comunidades tradicionais do litoral paranaense, onde detectaram a insatisfação de uma maioria quanto “a postura autoritária e intransigente dos órgãos de conservação em relação aos caiçaras” (DIEGUES, 2008, p.136).

Essa postura autoritária, sem um esforço interpretativo de paisagens e territorialidades, produziu/produz conflitos. Diegues (2008) relata como esses conflitos se instalam na sociedade: “seja interferindo na subsistência dos moradores, seja alterando o modo tradicional de relação da natureza, tanto no plano material quanto no imaginário e simbólico”. Dito isso, o “como fazer” políticas públicas para conservação da natureza, em especial nas UC de uso sustentável, influenciará no êxito ou fracasso do objetivo proposto na criação da unidade. A consequência de ações verticalizadas pode ser o não envolvimento da comunidade, engendrando conflitos e/ou interesses dissidentes.

As insatisfações são impressões e certificações que não cessam, mesmo com o decorrer temporal, agregado de conquistas e mudanças no trato das demandas de comunidades tradicionais. Sejam dos caiçaras do sul do Brasil aos ribeirinhos amazônicos, as representações paisagísticas territoriais, que configuram e determinam o espaço vivido dessas sociedades, podem e devem compor o cenário da gestão dos quais foram, são e farão parte enquanto ali permanecerem.

Todavia, há proposições distintas relacionadas a gestão de UC, reguladas pelo SNUC que segue a influência do paradigma socioambientalista da participação das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação. A gestão neste modo consiste em “métodos que destacam os processos de decisão participativa, incluindo novos regimes de governança, como o gerenciamento comunitário e a co-gestão” (ICMBio, 2010).

A co-gestão, ou gestão compartilhada, é uma tentativa de aproximar a comunidade da gestão institucional, especialmente nos casos das reservas, de modo que os usuários determinam o destino dos recursos “associados” aos diferentes níveis do governo (municipal, estadual e federal), “outros atores da cadeia produtiva” (donos de barco, atravessadores...) e agentes externos (ONG, instituições acadêmicas e de pesquisa, entre outros).

O SNUC dispõe que para RESEX e RDS caberá ao Conselho Deliberativo a representação legal de gestão desses grupos de UC, presididos pelos chefes da unidade de conservação e constituídos por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações residentes nas áreas ou em seu entrono, populações

tradicionais, entre outros (BRASIL, 2002). Desta feita concretiza-se, no arranjo do Conselho Deliberativo, a participação das populações tradicionais na gestão das RESEX e se dá a governança aos moldes da gestão compartilhada ou co-gestão.

Afinal, não é possível visualizarmos, numa sociedade democrática, a prática de gestão ambiental sem a presença do Estado e da sociedade civil. Daí, a convicção de que, no terreno da gestão ambiental, poder público e sociedade civil não se opõem, mas se complementam. Portanto, devem trabalhar, preferencialmente, em ações compartilhadas, a partir de objetivos comuns. (Berté, 2009, p. 53)

Cabe mencionar que a gestão compartilhada entre Estado e sociedade, aplicada por meio de conselhos (consultivos ou deliberativos), que representam a criação de espaços com participação mais ativa na gestão pública, é um processo decorrente incisivamente do período de redemocratização do Brasil, sobretudo após a constituição de 1988, em que o tema “participação” é corroborado e forças políticas distintas almejam base referencial democrática para relação Estado e sociedade (Chaves, 2010).

Chaves realiza sua reflexão baseada em duas acepções sobre Conselhos e seu papel no âmbito da gestão, uma é na ideia de Santos Jr que, conforme a leitura da autora, interpreta os Conselhos de Gestão de Políticas Públicas como “[...] canais institucionais com potencial de se tornarem arenas de interação entre o governo e a sociedade, por meio da expressão de interesses coletivos, da mediação de conflitos e da construção de consensos”, a segunda é baseada em Pontual no qual “os conselhos gestores compreendidos como espaços de representação instituídos pelo Estado se diferenciam bastante da proposta dos conselhos populares [...]”(Chaves, 2010, p. 36-37).

Deste modo a autora entende que esses conceitos se complementam e os resume na ideia de Conselhos como “espaços legais de participação” em que a interação pode proporcionar o alcance de decisões de seus representantes “em um sistema paritário, cujo direito à voz e voto é de todos os que fazem parte do espaço e de forma igualitária” (Chaves, 2010, p. 36-37).

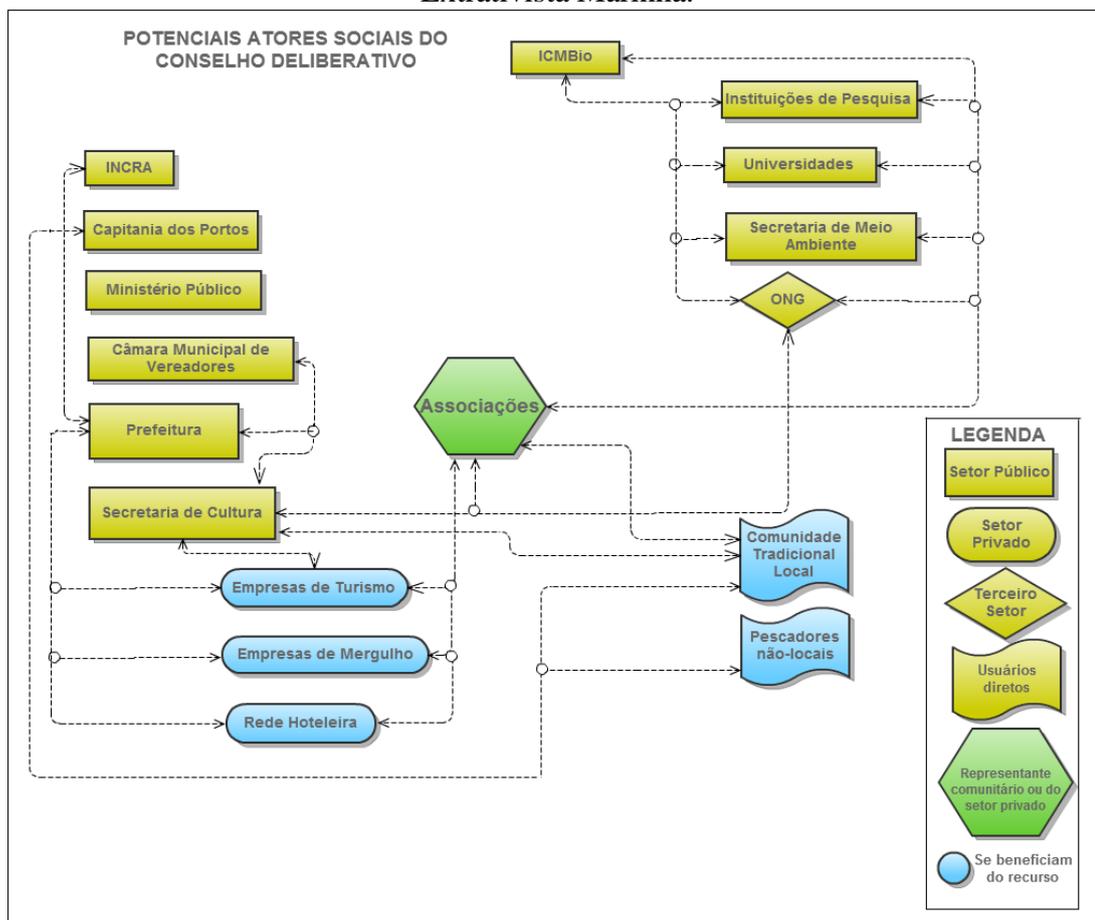
A diferença preponderante do Conselho Deliberativo ao Conselho Consultivo está no caráter de decisões inerente ao primeiro, este fundamento que o faz ser adequado ao modelo de gestão compartilhada para RESEX e RDS. O Conselho Deliberativo é o fórum de decisões que deve integrar interesses e intencionalidades das instituições governamentais com acordos e definição de medidas compensatórias à restrição e/ou proibição do uso dos recursos naturais por populações tradicionais.

A participação da sociedade civil é assegurada em ambos os conselhos, “e deve contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não-governamentais

ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade [...]” (BRASIL, 2002, Art. 17, § 2º). Esta característica participativa atribui denotação conveniente a democratização da gestão, ao passo que como argumenta Santilli (2005, p.161): “Procura-se assegurar participação e algum poder decisório a todos os atores e segmentos sociais com interesses relacionados com a unidade”. De certa forma a participação ampla nas decisões relacionadas a gestão da unidade, com poder igual de voto a todos os grupos que compõe o conselho, limita a possibilidade de articulações unilaterais, que possam viabilizar propostas divergentes dos objetivos, no caso, da RESEX.

A figura abaixo ilustra como se configura a organização de diversos atores que podem compor o Conselho Deliberativo de uma RESEX Marinha.

Figura 12: Potenciais atores sociais que constituem o Conselho Deliberativo de uma Reserva Extrativista Marinha.



Fonte: Santos e Schiavetti, 2013

É de competência dos conselhos deliberativos, conforme prevê o Art. 20 do Decreto 4.340: Elaborar o regimento interno e plano de ação da UC; Acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo, com garantia de caráter participativo; Buscar a

integração da UC com as demais áreas protegidas e com o seu entorno, Esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade; Avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação.

O Conselho Deliberativo compreende um dos elementos da gestão central, constituídos ainda pela Associação dos Usuários, Cadastro dos Usuários, Plano de Utilização e Plano de Manejo. A Associação dos Usuários é a representação da sociedade de direito civil sem fins lucrativos de cada unidade que agrupa os moradores e usuários do território da mesma. As RESEX marinhas do estado do Pará, contam cada uma com essa representação de Associação que formam “a entidade concebida para garantir a participação comunitária ativa, bem como representar e defender os interesses políticos e socioculturais dos usuários das RESEX, perante as autoridades, ou quem for de direito.” (FADESP, 2013, p. 119)

O Cadastro dos Usuários refere-se a lista de usuários e moradores do entorno e vem a ser um ponto de delicados ajustes à gestão, porque é por meio dele que os usuários cadastrados tem acesso permitido ao uso dos recursos, seguindo as regras de uso estabelecidas, e através do cadastro que os usuários adquirem direitos às políticas públicas destinadas às RESEX, como: políticas de reforma agrária implantadas pelo INCRA/MMA e outras instituições nas construções de moradia de usuários da RESEX, assim como ao acesso a benefícios sociais como bolsa verde, recebimento de EPI (equipamento de proteção individual), materiais de pesca e outros.

O Plano de Utilização, ou Acordo de Gestão²² a partir de 2012, no âmbito das RESEX, é a regulamentação do uso dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos extrativistas, além de outras determinações. Neste documento irá conter a regra de uso com as limitações, definições, proibições e restrições ao território destinado a UC. É um passo de construção coletiva, uma etapa conflituosa que requer muito diálogo e reconhecimento dos saberes tradicionais para não criar regras de uso que impossibilitem a continuidade das atividades extrativistas. De posse do plano de utilização, os extrativistas assumem o compromisso perante o IBAMA de respeitar o conjunto de regras “e ao mesmo tempo oferecer àquele Instituto um instrumento de verificação do cumprimento das normas aceitas por todos.” (IBAMA, 2005).

O Plano de Manejo, que constitui o documento consistente para gestão da unidade de conservação, deve ser elaborado, segundo o SNUC, num prazo máximo de cinco anos após a

²² Termo alterado pela Portaria do ICMBio nº 29 de 2012.

criação da UC. É um documento elaborado a partir de diversos estudos o qual necessita de certa viabilidade técnica e financeira, que encerram por comprometer sua execução. Por conta disso o prazo **máximo** de cinco anos é um prazo de papel à realidade de muitas UC, particularmente das RESEX do litoral paraense, com exceção de Soure e Bragança que já possuem plano de manejo. Dessa forma a documentação base para gestão limita-se ao plano de uso ou utilização, que como explicado, refere-se a um acordo estabelecido, porém não tem a validade jurídica de um plano de manejo.

Já a definição dos conselheiros do Conselho Deliberativo que representarão seus respectivos grupos, órgãos, instituições e comunidades, é estabelecida através de negociação entre usuários e outros autores e oficializado em portaria do órgão responsável. Entre as adversidades que prevalecem à compreensão do Conselho, está a redução de sua função pelos usuários, à participação nas assembleias para aprovação de projetos e atividades apresentadas na RESEX. O resultado é o excesso de responsabilidade e trabalho para pequena parcela de envolvidos na gestão, repetidamente limitada ao vice-presidente do conselho e ao presidente, representado pelo chefe institucional da UC, “[...]Por este motivo estas duas figuras suportam também a maior carga de conflitos pessoais dentro dos colegiados. O envolvimento dos membros do colegiado com partidos políticos é lembrado pelas lideranças como uma fonte importante de tensões pessoais.” (FADESP, 2013, p. 121)

Quadro 07- Entendimentos sobre as responsabilidades dos conselhos na visão dos dirigentes e lideranças das unidades

FUNÇÕES DO CONSELHO	Soure	São João da Ponta	Mãe Grande de Curuçá	Maracanã	Chocoré-Mato Grosso	Tracuateua	Caeté-Taneracn	Araí-Peroba	Gurupi-Piriá	Nr de Citações
Tomar decisões sobre projetos e atividades	X		X		X	X	X	X	X	7
Fiscalizar atividades de parceiros e usuários		X	X	X				X	X	5
Gestão da Unidade			X		X	X			X	4
Levar a informação para comunidade		X		X	X		X			4
Discutir problemas e encontrar soluções				X			X			2
Cogestão com o ICMBio			X	X						2
Cadastrar usuários	X	X								2
Buscar recursos e projetos	X	X								2
Buscar melhorias (qualidade de vida)		X								1

Fonte: Adaptado do Relatório FADESP (2013, p. 122) executado por oficinas participativas, aplicação do DOP (seis campos).

O quadro acima demonstra a percepção das lideranças frente a sua função e responsabilidades na gestão das RESEX, cujo destaque à São João da Ponta ocorreu por esta RESEX representar nossa área de estudo, mas também por ser a RESEX onde detectou-se maior entendimento das funções das responsabilidades dos conselhos na ótica da liderança. Uma particularidade de destaque a esta RESEX se confirma na atuação frequente do Conselho Deliberativo, mesmo diante dos desafios apresentados anteriormente. Há demasiado interesse dos usuários em conduzir os objetivos da RESEX, esta ação agrega constantemente novos agentes com propósitos colaborativos e projetos que integram conhecimentos científicos e não científicos.

O Conselho Deliberativo da RESEX foi criado pela Portaria Nº. 11, de 5 de Fevereiro de 2007 e é composto por mais 17 membros: ICMBio; Marinha do Brasil/Capitania dos Portos da Amazônia Oriental; SEMA-PA; EMATER-PA, Prefeitura e Câmara Municipal de São João da Ponta; Associação dos Usuários da RESEX de São João da Ponta – MOCAJUIM; Colônia de Pescadores Z-63; MOPEPA; CNS; STR/ São João da Ponta; Igreja Católica/Paróquia de São João Batista; Igreja Evangélica/Assembléia de Deus; Associação dos Pescadores Artesanais de São João da Ponta, Representante do Pólo Sede; Associação do Porto Grande, Representante do Pólo do Porto Grande; Associação Comunitária de Pescadores da Deolândia, Representante do Pólo Deolândia; Associação Comunitária de Pescadores do Bom Fim, Representante do Pólo Bom Fim, Associações de Pescadores da Guarajuba, Representante do Pólo Guarajuba.

A Associação dos Usuários, associação mãe, é a MOCAJUIM, responsável em cadastrar usuários. Esse cadastramento é realizado por interesse do próprio extrativista, todavia com “investigações” acerca da veracidade das informações prestadas tanto para o cadastramento enquanto usuário quanto para classificação que se enquadrará como extrativista, conforme rege o plano de utilização. As ações de liderança desenvolvidas na associação já foram tão relevantes a comunidade envolvida, que o primeiro presidente da MOCAJUIM elegeu-se prefeito de São João da Ponta. A cooptação de lideranças ao meio político é comum nos municípios das RESEX, devido a representatividade que muitos assumem em suas comunidades. Todavia a mudança de função social desses sujeitos raramente equaciona problemas ou atenua conflitos, o que gera desconforto entre usuários que permanecem associados pela primazia da pesca artesanal.

A respeito de um consenso sobre a RESEX em São João da Ponta, este não há por todos os pescadores, até porque os interesses são distintos. Entretanto, os conselheiros que

“adotaram” a gestão compartilhada, na natureza do conselho deliberativo, num paradigma socioambiental que se configura na paisagem costeira paraense, fortalecem o movimento complexo da gestão ambiental, com protagonismo consciente.

CAPÍTULO IV – “NA PALMA DA MÃO A MARÉ DO PESQUEIRO”: paisagens pesqueiras da RESEX Marinha São João da Ponta

Refletir acerca do universo da pesca artesanal é tarefa complexa e de aprendizado sempre contínuo, por isso, incompleto, pois compreende entendimento de um mundo para além da estrutura ocidentalizada, tecnicista e economicamente padronizada num paradigma monetário.

Para alcançar, mesmo parcialmente, algumas composições pesqueiras tradicionais, não basta decodificar uma linguagem peculiar, simbólica, dialetal, como se estivesse compondo um glossário pesqueiro, uma vez que se trata de um conjunto histórico de relações múltiplas. Ponderar que os saberes desses pescadores, relacionados à reprodução social, estão intimamente vinculados aos conhecimentos tradicionalmente aprendidos sobre a dinâmica da natureza, norteia a reflexão.

Linguagens representacionais de paisagens que indicam interpretações de territorialidades são apreendidas quando

Constata-se, pois, que existem vários olhares na construção das paisagens: o olhar das populações urbanas ou as elites, marcado pela noção do estético e do belo; o olhar dos cientistas, que veem nela um conjunto de habitats e o olhar das populações locais, sobretudo as rurais. Para essas últimas, a paisagem é sobretudo o *lugar onde vivem*, o espaço construído material e simbolicamente, herdado dos antepassados e sujeito a transformações provenientes tanto dos fatores naturais, como dos humanos e até dos sobrenaturais. (DIEGUES, 2000, p. 27)

As populações tradicionais dispersas pela Amazônia, entre florestas e margens das águas interiores, apresentam características de adaptação às condições mais contrárias, se observadas de um ponto de vista do padrão urbano. Essas populações desenvolvem e compartilham técnicas, para uso dos recursos naturais disponíveis, de modo a usufruir dos recursos, compatibilizando utilização com capacidade de reposição. É certo que a compatibilidade é variável conforme a demanda, a valoração, a disponibilidade e a forma como ocorre a exploração dos recursos, contudo ainda assim são práticas reconhecidamente viáveis a sustentabilidade de diversos sistemas ecológicos.

Os pescadores artesanais da costa amazônica representam um grupo de extrativistas com papel cada vez mais relevante à conservação de ecossistemas vulneráveis a ação predatória da sociedade industrial. Na perspectiva de compreender esse papel, perpassando por abordagens materiais e imateriais, seguiremos na proposta de interpretação dos saberes tradicionais de pescadores artesanais da RMSJP, vislumbrando o indicado por Bertrand

(2009) acerca do domínio de interação traduzido por conceitos e noções híbridas: paisagem, território, recurso.

4.1 Paisagem Territorializada pela pesca na RESEX Marinha de São João da Ponta

A piscosidade característica das águas amazônicas, de um universo hídrico composto por rios, lagos, igarapés, orla marítima, estuários de rios e manguezais, baliza atividades da prática pesqueira na região e marca, particularmente na Amazônia, a vida de sua população que vive às margens das piscatórias águas. São marcas imemoriais da vida material e social que usam tradicionalmente e sustentavelmente a biodiversidade disponível, sobretudo como fonte de alimentos. (FURTADO et al., 1993)

“As condições físico-geográficas da região amazônica oferecem oportunidades para diversos tipos de atividade pesqueira”. Deste modo Furtado justifica que a variedade de mananciais piscosos determinaram contextos aos diversos tipos de atividade pesqueira – o fluvial, o lacustre, o marítimo – que manipulados pela população, seja para subsistência ou comercialização, “constituem meios de produção de certos segmentos sociais amazônicos.” (FURTADO, 1981, p. 01)

O destaque atribuído à pesca na Amazônia, comparadas a outras regiões brasileiras, decorre da quantidade de espécies capturadas e da riqueza de espécies, num quantitativo estimado em mais de 6.000 espécies segundo o MPA. Mesmo com a abundância dos recursos, a pescaria se dá de maneira mais expressiva por pescadores artesanais, que representa cerca de 60 a 75% da pesca realizada na Amazônia, como nos foi informado pelo chefe da RMSJP, representante do ICMBio.

A pesca artesanal distingue-se de outras práticas de pesca por utilizar tecnologias de baixo poder predatório, “levada a cabo por produtores autônomos, empregando força de trabalho familiar ou do grupo da vizinhança” (CARDOSO, 2001, p. 81). Furtado (1981), ao delinear a “história da pesca artesanal no Pará”, indica que a utilização de tecnologias simples, constituídas de embarcações à vela e outros apetrechos de pesca, desenvolvidos por métodos antigos (em geral a rede e o espinhel), aliada a baixa produção, são características da pesca artesanal.

As técnicas indígenas, secularmente utilizadas, influenciaram as pescarias na Amazônia, a exemplo da tapagem de rios, arpão, anzol e maceração de plantas venenosas

(timbó²³) atiradas nas águas. Técnicas de pesca, introduzidas por europeus, como as tarrafas e rede de arrasto, também são muito utilizadas pelos pescadores artesanais (FURTADO, 1981), que ainda assim não desconfigura a sua condição de pequenos produtores pesqueiros.

“O litoral amazônico é uma das principais zonas pesqueiras da região.” Nestes termos Furtado e Nascimento (2002, p.24) apreciam as relações que orientam a vida econômica dos habitantes da Zona do Salgado e região inclusiva (Nordeste Paraense) as quais argumentam que a partilha de valores socioculturais comuns “[...] atribuem particularismos na exploração de recursos ambientais, formas de organização social do trabalho e distribuição populacional” (FURTADO e NASCIMENTO, 2002, p. 25).

Ao longo desta faixa distribuem-se várias comunidades de pescadores que utilizam variavelmente redes, linhas ou espinhéis, tiradeiras ou armadilhas fixas – currais de pesca. Além disso, utilizam os manguezais através de práticas tradicionais de pesca, coleta de moluscos e de extrativismo de madeira, tintas, folhas, raízes e crustáceos, que se intensificam a cada ano.

Os pressupostos referidos acima pavimentam a apreensão da dialética tipo-indivíduo que Bertrand (2004) adota para explicar a paisagem não cristalizada a seus aspectos naturais, argumentando que a paisagem deve ser entendida de modo total, integrada com as implicações da ação antrópica. Deste modo, em atenção para interpretar o que a “paisagem total” pressupõe, na possibilidade de inferir acerca de sua forma, sobretudo do que reconstitui sua forma, é que a paisagem territorializada pela pesca, em uma teia de relações socioambientais historicamente construídas, expressa marcas das sucessivas sociedades e indica ponto de partida para o desenvolvimento territorialmente sustentável.

Para apresentar a marca das sucessivas sociedades composta pelos pescadores da RMSJP foi analisado o contexto de inserção familiar nas atividades pesqueiras e observou-se como a rotina pesqueira se efetiva nessas comunidades desde a infância. Identificou-se que para passar o tempo as crianças vão ao mangue para realizar atividades que, a um primeiro momento não nos parece compatível com sua idade.

Entretanto, após um tempo de observação e conversa, percebeu-se que a representação que fazem daquela paisagem não se limita a aspereza da lida, da labuta realizada pelos adultos, mas significa a apropriação de um conhecimento adquirido que é praticado de modo desprezioso e comprometido, de sociabilidade e coletividade do saber, em que ensinamentos de origem distinta se cruzam numa séria brincadeira de reconhecimento e fortalecimento do universo que envolve as atividades extrativistas.

²³ Planta que possui uma seiva tóxica utilizada para envenenar peixes. Ao ser macerada e lançada no rio, os peixes começam a boiar e são facilmente capturados com a própria mão, sem necessidade de outros apetrechos.

As figuras a seguir são registros realizados em ida a campo nos períodos de recesso escolar nas comunidades e expressam a interrelação entre crianças e a paisagem pesqueira que os envolve. Verificou-se o quanto o conhecimento das atividades pesqueiras, transmitido por seus pais ou pessoas mais experientes das comunidades, reflete na íntima relação das crianças com a paisagem costeira e não se limita a um acúmulo teórico de saber ou a mera descrição de elementos paisagísticos, pois na ida ao “mangal” e no vai-e-vem da maré o conhecimento infantil sobre o universo da pesca é posto em prática e se desenvolve manifestando incipientes expressões de territorialidades.

Figuras 13: A infância no mangue. Sendo que: A – Crianças descendo o trapiche para armar o laço pelo mangue para pegar caranguejos; B – Avó pescadora e tiradora de caranguejo conduzindo o neto pelo trapiche da comunidade; C – Crianças pescando camarão na maré baixa; D – Crianças apresentando o resultado da pescaria.



Fonte: Suzanna Ferreira, 2016

Notou-se que enquanto um grupo maior de crianças adentrou ao mangue para armar seus laços para capturar caranguejos, outro grupo permaneceu a beira da maré para aproveitar a pescaria na maré baixa, onde pescavam camarões. Neste modo as crianças informaram que

entrar no mangue representa maior desafio e requer mais conhecimento e coragem, é como se avançar para o interior do manguezal representasse uma “graduação” no processo de territorialização desta paisagem total.

De modo bastante didático os pequenos pescadores ensinavam o que é e como armar o laço para capturar caranguejo, como pegar tamarú²⁴ a beira da maré, como identificar se os caranguejos são macho ou fêmea e ainda como marcar território no mangue no momento que o laço é armado. A técnica do laço consiste numa estratégia preparada pelo tirador de caranguejo em que um fio de náilon, com cerca 40 cm, é amarrado a uma vara de madeira de aproximadamente uns 30 cm com um tipo de nó que permite laçar o caranguejo por sua pata, quando este sai de sua toca. O laço é armado na entrada da toca onde a vara de madeira é enterrada e sustenta a parte do nó que *deslizará* no momento em que o caranguejo passar por ela, outras pequenas raízes em torno da toca também auxiliam na estrutura da armadilha.

Ao perguntarmos se havia problema de alguém se aproveitar do laço de outra pessoa, naturalmente as crianças responderam que não, pois cada laço era marcado com um sinal. Este sinal é caracterizado por uma “bolazinha de barro” pendurado em uma raiz próxima de onde o laço está armado e representa a territorialidade de quem está tirando o caranguejo sobre determinada toca. As figuras que seguem demonstram a técnica do laço armado na “boca” do toca do caranguejo e a forma que se marca essa toca, que respeitosamente expressa a posse da pesca naquele momento.

Figura 14 : Técnica do laço



Fonte: Suzanna Ferreira, 2016

²⁴ Espécie de crustáceo semelhante ao camarão, que vive enterrado na superfície lamosa do manguezal. É utilizado como isca nas pescarias.

Figura 15: Marca de localização do laço



Fonte: Suzanna Ferreira, 2016

As folhas presas na *bola de barro* são para diferenciar o laço de um ou outro tirador de caranguejo, em caso de laços armados em tocas próximas. Refletindo acerca de certa adaptação a um meio ecológico de alta complexidade, Castro enfatiza que a “adaptação realiza-se graças aos saberes acumulados sobre o território e às diferentes formas pelas quais o trabalho é realizado” (2000, p.167). Não obstante a parca experiência relacionada à idade, as crianças que convivem nesse espaço multidimensional, realizam também um trabalho imbuído de simbologias e representações, adquiridas no cotidiano, na rotina historicamente produzida por seus familiares e reproduzida por elas (as crianças) com distintos fins, seja por lazer, por necessidade ou pela prazerosa reprodução do aprendizado adquirido.

Seguindo a reflexão à classificação etária dos jovens, identificamos um anseio da juventude e de seus próprios pais para que sigam por outros caminhos profissionais. O desejo de seguir por profissões distintas das relacionadas à pescaria é comum entre os jovens e entre os próprios pescadores experientes, pois ambos entendem que a pesca ou a cata de caranguejo são atividades “sofridas e com pouco retorno econômico” (Seu Lázaro - Comunidade São Francisco).

Ao analisar as atividades relacionadas à pesca desenvolvidas por jovens, notou-se certa animosidade ao prosseguimento da profissão de pescador seja na água ou no mangue. Todavia, não cabe resumir que os jovens são alheios aos conhecimentos que englobam o universo da pesca, visto que os vínculos com a maré e o mangue atribuem sentido social e cultural em seu cotidiano, permeados de representatividade, significados e experimentações.

Registrou-se nas comunidades do entorno da RESEX jovens pescadores que praticam a pescaria como atividade de subsistência. Em geral são jovens chefes de família que encontram na atividade pesqueira o sustento para os filhos e compartilham com propriedade e orgulho o conhecimento adquirido ao longo de suas experiências. Como no caso do pescador Adnaldo Moura, que nos apresentou seus apetrechos de pesca demonstrando como faz uso de alguns destes na sua rotina pesqueira (Figura 16).

Figura 16: Apetrechos de pesca, sendo que: A e B – redes de emalhar, C – Puçá e D – Tarrafa.



Fonte: Suzanna Ferreira, 2016

Nas figuras acima o jovem pescador apresenta tipos de técnicas que são adequadas às espécies que se pretende pescar, aos locais onde se pesca e as épocas do ano que se desenvolve a pescaria. Cita como exemplo a tarrafa (figura D) e sua utilização para pescar camarão e sardinha, que ficam localizadas até o meio da profundidade do rio, ou as mais “espertas” pratiqueiras que se alimentam das espumas que se formam mais para a parte de cima das águas.

O saber do jovem pescador, relacionado ao uso da técnica apropriada à pesca que se pretende, além de demonstrar a experiência adquirida com a rotina da arte do pescar, expressa o quanto é imprescindível que para o desempenho de sua atividade exista uma concepção

sobre o mundo das coisas naturais, onde a leitura e/ou identificação dos elementos da natureza em conjunto representam o passo que antecede o próprio ato da pesca.

A prática extrativista abordada por pescadores mais experientes e, até já aposentados da lida pesqueira, nos permite entender a dinâmica da interação paisagística sujeito-objeto, cuja relação com a natureza condicionará sua territorialidade e conformará sua reprodução social e econômica. Vejamos no depoimento abaixo:

Minha relação com o mangue era da onde eu tirava o sustento pra minha família, era do mangue e da maré, da água, que é de onde tem o peixe, o mangue é o caranguejo, na maré o peixe. Foi da onde eu criei meus filhos, que mandei educar eles, que hoje eu só tenho dois filhos aqui em São João da Ponta. Porque eu tenho 5 filhos que moram em São Paulo, então eu mandei educar eles com esse trabalho. Aí na época eu tinha barco que pescava pra fora, assim eu tinha 5 barcos que pescava, depois que não foi dando mais certo aí eu acabei com o barco, mas eu tinha 5 barcos pescador mesmo, motorizado. Eu não pescava aqui, pescava pra fora, saía daqui e passava 8/10 dias pescando, aí depois a gente vai ficando de idade e vai acabando, indo a força, porque isso é pra quem é novo, isso aí a pescaria, é serviço de quem tá com saúde e novo, mas pra gente de idade não dá mais não. A gente passa noites aí com sono, as vezes só de short, não pode nem vestir roupa, por causa da chuva...então pra quem é novo, é bacana, é lucrativo, é prazeroso, pra quem é novo mas pra quem tá de idade não dá mais... (Seu Zaca, pescador aposentado – grifo nosso)

O depoimento caracteriza a relação econômica estabelecida de modo indissociável ao uso dos recursos naturais disponíveis e dos quais se tem conhecimento para explorar. Neste sentido é inadequado restringir a concepção da paisagem a sua morfologia, de modo verticalizado, restringindo-a ao sinônimo de expressão visível da natureza, sobretudo ao considerar a relação humana a ela intrínseca. Portanto, corrobora-se a esta discussão, o quanto refletir à luz do par categórico Paisagem-Território é imprescindível para compreender, geograficamente, as questões ambientais que organizam o território da pesca em paisagens costeiras de conservação.

Confluindo ao exposto, a observação em torno da paisagem que emerge do território, realizada por Sousa e Passos (2009, p. 11) intui a possibilidade de encarar a paisagem “como um conjunto de formas herdadas das diferenciações que se estabelecem conforme as particularidades da relação entre o homem e a natureza ao longo do tempo”.

Assentada nos pressupostos aferidos, a reflexão da paisagem territorialmente marcada pela pesca artesanal na RMSJP nos revela outra paisagem, não reduzida aos seus elementos estruturais biofísicos, cênicos, visíveis, descritiva, artializada, detalhada ou amparada em inventários das espécies que compõem determinado cenário. Para além, ilumina a paisagem representada por experiências do cotidiano, dos trabalhos coletivos, trabalhos

rotineiros da lida na maré e no mangue, com saberes transmitidos através de gerações, imersos num campo solidário e orgânico de reprodução do saber.

O contato com pescadores, usuários da RMSJP, nos revelou a natureza concebida sob um sistema socioecológico que representa a paisagem como um polissistema, o qual Passos (2013) indica: natural, econômica, social e cultural. O conhecimento, que traduz para utilização dos recursos naturais o suporte da subsistência, viabiliza a relação econômica entre o pescador e a natureza enquanto recurso, assim como, do modo como se utilizam determinados recursos (até certo ponto harmônicos) é garantido, ao pescador artesanal, a relevância do seu papel social à viabilidade da reprodução econômica sustentável, ao passo que as relações ecossistêmicas são culturalmente conduzidas por saberes históricos locais.

4.2 Múltiplas territorialidades nas paisagens pesqueiras: mapeamento dos pontos de pesca

A par da compreensão de que a paisagem, considerada pelo pescador, perpassa o plano do cênico/pictórico/artializada para orientações imbricadas aos fenômenos, que conformam à paisagem um conjunto de relações sociais, econômicas e culturais da “natureza socializada”, buscamos seguir a analisar a transversalidade da paisagem costeira, a princípio ordenada por territorialidades características da pesca artesanal com indispensável contribuição ao resguardo ambiental.

Isto posto, dialoga-se com a ideia de Little (2002, p. 253), a qual assevera que: “Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado.” (Paul Little, p. 253)

Questões de regularização, quanto aos meios permitidos para extração dos recursos naturais, tendem a constituir os pontos mais divergentes à formação do acordo de gestão entre os órgãos ambientais e as populações que tradicionalmente efetivam atividades extrativistas. Estabelecer um parâmetro equitativo as necessidades reais dos pescadores, tanto na delimitação da área da RESEX quanto das práticas de uso sustentável permitidas, demanda diálogos de saberes imprescindíveis para alcançar os objetivos propostos em âmbito socioambiental.

Em atividade realizada para mapeamento dos pesqueiros – locais de produção que expressam a territorialidade dos pescadores – o senhor Silvério, pescador e tirador de caranguejo, ao identificar alguns locais de produção, onde efetivamente realiza suas pescarias, espontaneamente indicou pontos de restrição de pesca, os ambientes de poço de criação, que

são lugares adequados desova e crescimento dos peixes. As figuras seguintes apresentam parte da atividade de mapeamento em que o pescador marcou tanto os pontos de pesca quanto áreas em que não é permitido pescar, a fim de garantir a potencialidade do estoque pesqueiro, que são os berçários naturais para reprodução, localizados nas cabeceiras dos rios e igarapés.

Figura 17 e 18: Pescador e respectivo mapeamento de pesqueiros e o poço de criação.



Fonte: Suzanna Ferreira, 2016.

A manifestação de compreensão da paisagem territorializada pela pesca, revelada pelo pescador Silvério, remete a apreender que há uma integração voluntária para conservação dos recursos naturais, de simbiose fundamental a ser entendida por olhares externos na promoção do compartilhamento dos saberes, posto que os olhares sobre a paisagem são subjetivos, simbólicos e identitário dos sujeitos e seus quadros de vida, confirmando ainda a apreensão a partir da fala do pescador:

No rio grande não há desova de peixes, só nas cabeceiras, por isso temos que preservar as cabeceiras, com isso teremos mais peixes. Devido a nascente, quando chega o tempo da desova eles procuram ir para cima, para nascente do rio, deixar seus filhos. (Pescador Silvério, comunidade São Francisco).

O Plano de Utilização (2005) da RMSJP, no item que trata das áreas protegidas na RESEX, regula a restrição a pesca nesses locais, do modo expresso abaixo:

20. Zonas Protegidas:

20.1. São consideradas zonas protegidas, áreas onde ficam vedadas a extração de qualquer recurso biológico e visitação. A estas áreas é permitido apenas, o desenvolvimento de pesquisas científicas, que serão devidamente avaliadas e autorizadas pelo IBAMA e Conselho Deliberativo da RESEX.

Estas áreas são consideradas estoques biológicos, que irão garantir a manutenção das espécies ao longo do tempo.

20.2. São zonas protegidas as cabeceiras dos rios e igarapés, os ninhais de pássaros.

Deste modo corrobora-se que os conhecimentos dos pescadores, como grupos sociais que representam populações tradicionais, são significantes e imprescindíveis ao âmbito da gestão de unidades de conservação, sobretudo atentando-se que “[...] não há como políticas governamentais ou projetos privados respeitarem as especificidades do meio cultural e natural a nível local, sem que as populações locais estejam organizadas e contraponham, a partir de sua ótica, os interesses autóctones a serem considerados [...]” (FURTADO et al., 1993, p.13).

O ato da pescaria seja na água ou no mangue, após a implantação da UC, não mais pode ser realizada integralmente como se fazia em outros tempos. Para limitar ou reorganizar o uso é preciso entender onde e de qual maneira as atividades se desenrolam. Por conta de entender como se territorializam as atividades pesqueiras, além de outras questões, é indispensável considerar onde estão os pontos de pesca e quais as técnicas para sua identificação e utilização, a fim de que a RESEX funcione na visão/noção de território dos pescadores, com base em suas necessidades reais. Estes são processos expressivos à gestão compartilhada da RESEX.

“Os conhecimentos sobre os sinais que indicam a presença de peixes são resultados de uma intensa e obstinada observação do comportamento da natureza.” (MORAES, 2011, p. 93). A síntese de Moraes embasa perfeitamente o que foi concebido em campo na elaboração do mapa dos locais de produção com os pescadores, em que os mesmos nos indicavam os pesqueiros com base em sua percepção da paisagem, num reconhecimento de pontos de pesca mais utilizados e suas respectivas características.

As figuras posteriores revelam parte do mapeamento realizado que teve por base imagem de sensoriamento remoto impressa em banner e sobreposta por um plástico, onde os pescadores marcavam os pontos conforme sua percepção e identificação de locais de pesca no mapa para em seguida compararmos com o mapeamento pontuado por GPS nos pesqueiros *in loco*.

Figuras 19, 20 e 21: Pescadores e pescadora marcando os pontos de pesca



Fonte: Suzanna Ferreira, 2016

Percebeu-se que os pesqueiros são reconhecidos por elementos que compõe a paisagem e por um (re)conhecimento sábio de todo um complexo natural inapreensível a olhares destreinados, externos e alheios a interrelação homem-maré-mangue-pesca. “O conhecimento tradicional ajuda os pescadores locais a construir seus próprios mapas mentais que os orientam onde e como pescar” (DIEGUES, 2004, p. 201), deste modo materializa-se a percepção da paisagem cotidiana guardada na memória destes sujeitos.

Figuras 22 e 23: Carta-Imagem impressa em Banner e Plástico com resultado da sobreposição após o mapeamento.



Fonte: Suzanna Ferreira, 2016

As figuras 22 e 23 referem-se ao resultado da atividade que possibilitou comparar informações tanto de diferentes pescadores quanto de variantes pontos marcados por reconhecimento de sinais da paisagem nos próprios pesqueiros. Os pescadores tendem a reconhecer com mais facilidade no mapa os lugares que são mais próximos da sua realidade, habitualmente vinculados a territorialidade pesqueira e as relações experimentadas além-trabalho, que se aproximam mais dos seus locais de vida.

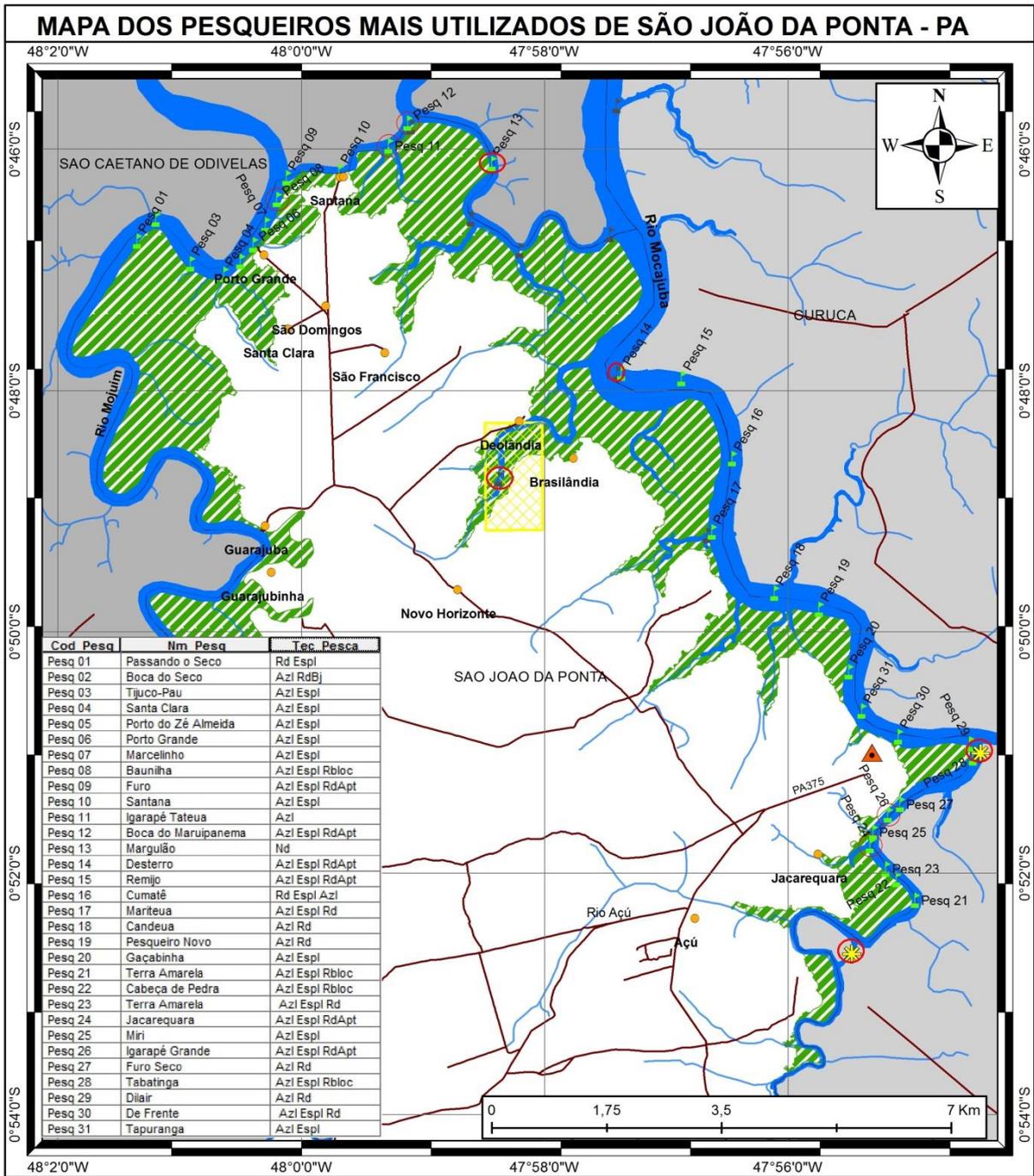
Em complemento ao mapeamento participativo com imagem de sensoriamento remoto realizou-se a coleta de pontos com aparelho de GPS nos pesqueiros identificados pelos pescadores com a finalidade de compilar informações e elaborar um novo mapa com a localização dos pontos de pesca, os quais indicassem não somente os pontos em si, mas as técnicas de pesca, espécies mais pescadas, possíveis impactos e/ou conflitos. Encontra-se grande apoio nas ideias de Acelrad e Coli ao mencionarem que:

[...]A informação sobre o território circula entre leigos e peritos, especialistas técnicos e comunicadores, numa continuidade lógica e tecnológica. Tenderemos assim a ver as ferramentas geomáticas como o SIG serem mobilizadas cada vez com maior frequência em procedimentos participativos, devendo, porém, adaptar-se a condições de uso distintas das convencionais.[...] ACSELRAD E COLI, 2008, p. 39

O mapa dos pesqueiros apresentado a seguir permitiu espacializar informações da territorialidade da pesca na RMSJP identificadas pelos pescadores visto que: “É a

sensibilidade aguçada e direcionada para a pesca que permite ao pescador identificar o cardume, um dos saberes importante na arte de pescar.” (MORAES, 2011, p. 96). Desta feita agregaram-se informações do plano perceptivo, do saber tradicional transmitido de geração a geração, da verificação das técnicas mais utilizadas e da persistência de técnicas proibidas, do reordenamento deste território protegido a partir de novas normas de uso e de verificação de pontos vulneráveis que necessitam de dedicada atenção e massiva fiscalização para manutenção do estoque pesqueiro e conservação do manguezal.

Figura 24: Mapa de localização dos pesqueiros mais utilizados



DADOS E CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

LEGENDA

- Coleta de Ostras
- Sede Municipal
- Comunidades
- Pesqueiros
- Mapmt Partc
- Rodovias
- Corpos Hidricos
- Área de Exclusão da Pesca
- Área com Conflitos
- Limites Administrativos
- Área da RESEX

Datum: WGS - 84
 Fonte: IBGE - 2010
 Carta de Referência: PARA - SA 22
 Escala: 1:80.000

Supervisão/Orientação: Suzanna Ferreira
 Elaborador/Executor: Hemerson da Silva

SIGLAS UTILIZADAS:
 Anzol: Azl
 Espinhel: Esp
 Mapeamento: Mapmt
 Nome: Nm
 Nenhuma: Nd
 Participativo: Partc
 Rede: Rd
 Rede de Apoitada: RdApt
 Rede de Bloqueio: Rbloc
 Rede de Bojo: RdBj
 Técnica: Tec

NOTA:
 As técnicas de pescaria que são utilizadas, variam de acordo com os tipos de Peixes e com o período da estação do ano.

Entre os problemas identificados que não estão em conformidade com os acordos de uso estabelecidos para a RESEX o mais recorrente refere-se à utilização de rede apoiada. Nos pontos que se utilizam com muita frequência as redes apoiadas, a “teimosia” no uso se dá por pescadores de outros municípios, como no caso do Pesqueiro do Desterro (Pesq. 14), localizado próximo ao Ig. Desterro, onde se utiliza rede apoiada com frequência por pescadores de Curuçá e de São Caetano, como afirmou o pescador que nos acompanhou. Este é considerado um bom pesqueiro, pois o fundo do rio é composto por pedras, característica que indica um ponto ideal para concentração de quantidade de peixes e de variedade de espécies que se concentram nestas partes do rio “por conta da proteção e da comidinha proporcionada pelas pedras” (Pescador Manoel “Seu Curió” – Sede Municipal).

A rede apoiada consiste em estender uma rede de emalhar verticalmente no curso do rio, em que a parte inferior fica submersa, devido a amarração feita com pedras ou chumbo, e a parte superior permanece na superfície boiando por conta do isopor ou outro tipo de boia que a sustente. As palavras de Rosa (2007) clarificam a expressão:

A denominação “apoiada” refere-se quando a rede cujo tamanho da malha é de quatro a três cm é fixada atravessando de margem a margem o furo, igarapé ou rio, fundeada por poitas ou pesos, em geral de chumbo. A rede é fixada aproximadamente de dez em dez braças por “bodes” – poitas que fundeiam a parte inferior da rede - e a parte superior fica elevada por bóias submersas que têm por finalidade manter a rede distendida sob a água, não sendo portanto [*sic*] visível nem na vazante. Apenas são visíveis as duas bóias das extremidades da rede, que ficam sobre a água o que facilita a localização e a sua retirada. (ROSA, p. 122, 2007)

A finalidade desta técnica é formar uma barreira para que, no movimento da maré, os peixes fiquem presos na malha da rede. Entre os maiores impactos desta técnica está a não seletividade de tamanhos e tipos de peixes, e ainda, a sucessiva redução do estoque pesqueiro nos locais onde se *apoitam* as redes, visto que no dizer da pescadora: “os peixes são espertos, da feita que veem a rede, estes mesmos não voltam mais” (Raimunda Moura, Comunidade Porto Grande).

Outra questão a ser citada se dá entre pescadores usuários, que necessitam se cadastrar para continuar pescando na área da RESEX e outros pescadores que não se cadastram e por conta disso não poderiam pescar. A falha na fiscalização abre espaço para que pescadores não cadastrados, os quais além de praticar a pescaria que já não é permitida, ainda a fazem de modo ilegal ao que foi regulamentado no acordo de gestão, gerando prejuízos ambientais e econômicos aos demais pescadores, com uso intenso de rede apoiada e de arrasto, além da captura de caranguejos em período de defeso e com técnicas impróprias.

Notou-se que entre as questões mais problemáticas à resolução de conflitos, está o uso das técnicas ou apetrechos de pesca, impróprios a conservar a potencialidade do estoque pesqueiro, fonte das maiores reclamações durante o mapeamento. Pescadores que são usuários e atuam regulamentados competem com um grupo ainda grande de pescadores não usuários, cuja pescaria se dá de modo considerado predatório.

Em quase todos os pesqueiros informados a pescaria realiza-se por meio da técnica do espinhel (Espl) ou anzol (Azl), cuja escolha varia conforme a sazonalidade, a maré, as iscas disponíveis ou o tipo de fundo do rio. Os pontos em vermelho no mapa representam locais que requerem fiscalização ostensiva e medidas mais severas de punição a pescadores que atuam de forma inadequada. A seleção e proteção destas áreas devem ter por objetivo atenuar os impactos negativos resultantes, conforme informam os pescadores, do uso de técnicas proibidas, visto que lugares que já foram bons pesqueiros estão na atualidade exauridos ou “fracos” para pesca.

É comum ouvir relatos dos pescadores sobre a redução da quantidade de peixes em relação ao que se pescava no passado. Entretanto há consenso entre os usuários ao afirmarem que, com a regulação possibilitada pela RESEX, a potencialidade do estoque pesqueiro melhorou. Este reconhecimento, de importância ambiental e consequentemente econômica atribuído à RESEX, assim como a possibilidade de acesso a programas e políticas públicas na condição de usuários da UC, fortalece a participação dos pescadores na gestão da RESEX, ainda que limitações estruturais e conflitos de interesses dificultem o encaminhamento de decisões coletivas.

Para entender mais a frente da mera pontuação dos locais de produção e pontos vulneráveis a escassez de recursos pesqueiros, perguntou-se aos pescadores como é definido o lugar que se vai pescar.

Não isso aí é com o tempo a gente vai aprendendo, porque assim, tipo vocês, não vão estudando, vão se formando... assim é a gente, vai para pescar a gente sabe. Olha uma maré e sabe que agora é para tal peixe aqui nesse rio, no outro mês para outro peixe, porque aqui não é só um tipo de maré, tem a água salgada e a temperada, entendeu? Então não tem uma lógica de dizer: olha, eu venho essa semana e vou pescar só gurijuba aqui, pegar só dourada ou só tainha...então é de acordo com a maré que ele tem a classe do peixe, é por isso que a gente tem vários tipos de material, que tem a rede fina que a gente chama, tem a grossa, tem a pescaria de tirar linha que tem vez que a gente não consegue nem de rede, é só de anzol. (Pescador Domingos – Sede)

Quanto à representação da paisagem, a reflexão do senhor Domingos contempla a coerência interior do sistema socioecológico, que para Bertrand (2009) necessita da regra de três unidades: Ação – base de funcionamento material e cultural “é de acordo com a maré...é por isso que a gente tem vários tipos de material, rede fina, grossa...”; Tempo – acerca dos

períodos estáveis do sistema de produção “o tempo a gente vai aprendendo...olha uma maré e sabe que agora é para tal peixe aqui nesse rio, no outro mês pra outro peixe”; e do Lugar – delimitação do espaço material onde se desenvolve o sistema de produção “porque aqui não é só um tipo de maré, tem a água salgada e a temperada”.

As identificações dos pesqueiros emanam do reconhecimento dos elementos da paisagem do entorno, representadas por: desembocadura de igarapés (rios menores) no “rio grande”, Mojuim e Mocajuba (Ex.: Pesqueiro do Igarapé Tateua – Pesq. 11); de construções as margens dos rios como residências, portos, “ranchos” e etc. (Ex.: Pesqueiro da Dilair – Pesq. 29); pela hidrografia do rio em que meandros são identificados como “pontas” (Ex.: Boca do seco – Pesq. 02)

As figuras 25 e 26 ilustram a localização de dois pesqueiros indicados pelos pescadores Domingos e Raimunda, os quais além de nos indicar a localização, nos informavam quais espécies de peixes eram mais capturadas nos pesqueiros, os apetrechos de pesca e qual o tipo de fundo do rio.

Figuras 25 e 26: Pesqueiro do Desterro, furo do Maruipanema, **ponta** passando São João de Ramos e pesqueiro do Porto Grande, próximo ao **trapiçe** do Porto Grande.



Fonte: Suzanna Ferreira, 2016

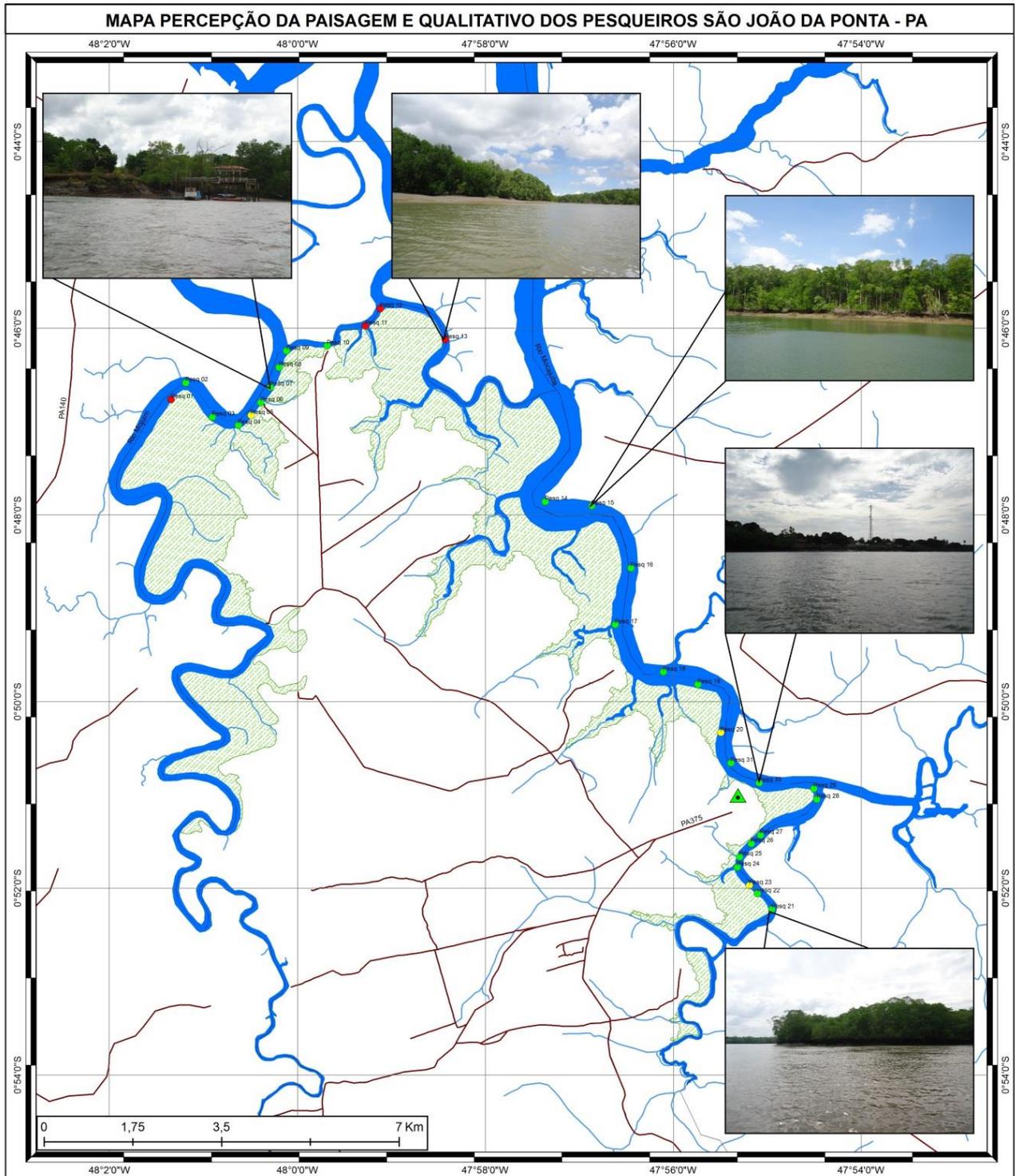
Neste contexto a identificação da paisagem territorializada pela rotina da pescaria e seus ‘meios-limites’ para localização dos pontos piscosos são oriundos, segundo Moraes, “de sua meticulosa observação do contexto em que vivem e trabalham; não se valem de bússola ou de outros equipamentos que pudessem orientá-los nas suas pescarias.” (MORAES, 2011, p. 98).

A figura a seguir, na perspectiva de pontuar os pesqueiros e revelar como o pescador identifica os pontos de pesca, agrupa informações do mapa dos pesqueiros com as percepções

da paisagem que os orientam a chegar até o local ideal para pescar. Em complemento a esta perspectiva cita-se do mesmo modo Moraes, dispondo que

Um conhecimento apurado sobre os elementos da natureza, num complexo que envolve águas, animais, astros e ventos, permite aos saberes da tradição ter a mesma eficiência que o conhecimento científico, ainda que este possa não reconhecê-lo como confiável, ou mesmo depreciá-lo com menor importância.” (2011, p. 96)

Figura 27: Mapa dos pesqueiros e respectivas paisagens



DADOS E CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

<p>LEGENDA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▲ Sede Municipal ● Não Impactado ● Regular ● Impactados Rodovias Corpos Hídricos Área da RESEX Limites Administrativos 		<p>Datum: WGS - 84 Fonte: IBGE - 2010 Carta de Referência: PARA - SA 22 Escala: 1:70.000</p> <p>Supervisão/Orientação: PESQUEIROS (Pesq.) Suzanna Ferreira Elaborador/Executor: Hemerson da Silva</p> <p>Pesq. 07 - Trapiche do Marcelino Pesq. 13 - Margulhão Pesq. 15 - Remijo Pesq. 21 - Terra Amarela Pesq. 30 - Em Frente a SJP¹</p> <p>¹São João da Ponta</p>
--	--	---

Aos pescadores da RMSJP, além da informação de locais ideais para pesca, repassados por seus antecessores e transmitidos de geração a geração, outros pontos são identificados pelo conhecimento da composição do fundo do rio, com utilização de técnica simples, sem utilização de instrumentos tecnológicos, sendo necessária apenas uma linha com um poita²⁵ e uma cosmologia muito peculiar dos povos da maré. Moraes (2011, p. 97), baseado em Furtado, explica que o pescador “ao detectar um pesqueiro, escolhe ou marca logo algum sinal ou acidente físico ao qual possa associar a presença do pesqueiro”, tal qual se mencionou anteriormente sobre as pontas, trapiches, casas, margens barrentas ou com pedra, entre outras marcas.

O mapa demonstra alguns sinais da paisagem que fazem estes pescadores identificarem os pesqueiros por elementos da natureza, representações e percepções que configuram a base de uma indissociabilidade entre paisagem e território. E como bem explicou o Seu Zacarias, experiente pescador da comunidade do Açú: “Quem foi que ensinou? Onde estudou para aprender? Na natureza mesmo! É na prática que vai fazendo e aprende. A pescaria é um mistério assim, não tem como você botar um caderno. Você pode colocar um livro, aprende sim! Mas se você não tiver a prática, você não tem como explicar”.

A configuração do mapa permite interpretar o olhar do pescador e de sua relação íntima de aprendizado com a natureza a partir da ilustração de suas caracterizações, e proporciona ainda a identificação mais aproximada e compreensível dos locais de produção e respectivas qualificações/atribuições que fomentem a reflexão de estratégias para manejo e proteção de pesqueiros impactados.

4.3 Paisagens funcionais: o olhar interno que “aclara e humaniza o território”

A consciência de conservação para continuidade de estoque pesqueiro são ações que antecedem, na maioria dos pescadores que são associados à RESEX, as limitações implantadas com a criação da UC e instituem, naturalmente, um ordenamento territorial prospectivo. Ou seja, os pescadores, em suas estratégias de pescarias obtidas por anos de aprendizado e experiência, destinam-se a práticas de equilíbrio no uso de recursos de tal

²⁵ Espécie de material preso a uma linha de nylon, geralmente pedra ou chumbo, que se utiliza para afundar até atingir o nível do rio que se pretende alguma informação.

forma integrado ao seu modo de vida, que precede as regulamentações dispostas ao espaço oficializado enquanto unidade de conservação.

Esta acepção remete refletir a indissociabilidade entre homem e natureza que Vianna (2008) dimensiona como “relação socializada”, por considerar que o uso da natureza pelo homem, a partir da escolha de elementos importantes para sua sobrevivência, estabelece a ideia de natureza socializada que fundamenta uma relação homem e natureza inteiramente social: “O homem pensa a natureza e constrói seu conceito de natureza a partir da representação simbólica que elabora sobre ela.” (VIANNA, 2008, p. 34)

E são nestes termos que a autora supracitada elenca a cultura como característica humana, que sujeita o homem as leis e mecanismos da natureza que relativiza seu próprio conceito de natureza. À cultura, deste modo, atribui-se características da “simbolização e a abstração, expressas no conjunto de comportamentos de instituições sociais, e todas as sociedades humanas fazem uso da natureza para sua sobrevivência.” (VIANNA, 2008, p. 34)

Assevera-se, sob estas e outras condições, a mistura da construção cultural e econômica, que outrora foi indicada por Bertrand, para apreensão do meio ambiente por olhar humano onde a paisagem reflete a organização espacial e funcional do território, significando cada vez mais como “[...] fenômeno inscrito na história, interpretação social da natureza” (BERTRAND, 2009, p. 221)

Os elementos paisagísticos biofísicos como o rio, a floresta, o mangue, os igarapés, são paisagens consideradas por estes sujeitos, mas em nenhum momento segregados de elementos que expressam sua territorialidade. “Daí a importância de se aliar aos estudos ambientais, o componente sócio-econômico como importante balizador de práticas, quase sempre danosas e algumas vezes irreversíveis ao Homem [...]” (SENNA et al., 2002, p. 215)

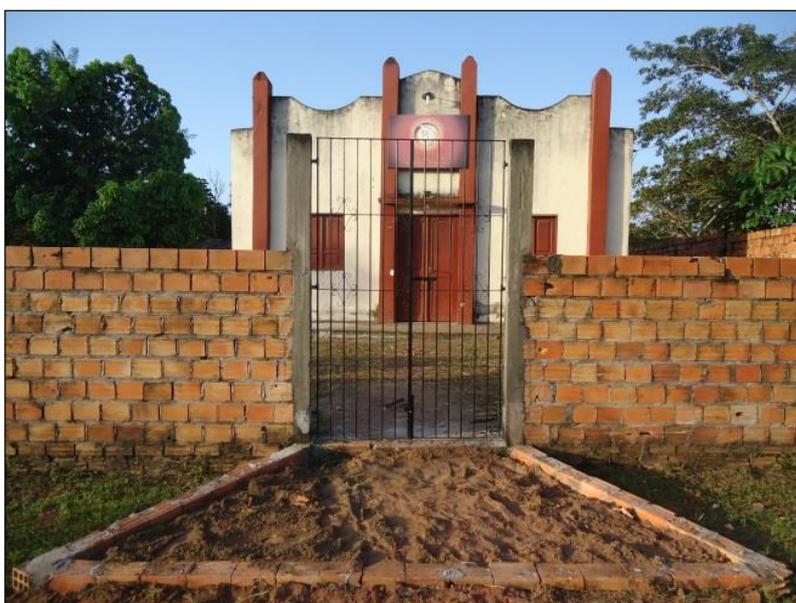
Em compasso aos sentidos que as populações tradicionais atribuem ao seu território, com produções e construções contínuas de paisagens materiais e imateriais, concorda-se e encontra-se grande apoio nas observações referidas anteriormente. Contudo, para materializar esse pensamento sincrônico a procura de visibilizar a paisagem territorializada por meio dos olhares internos, dos próprios sujeitos que cotidianamente a edificam, efetivou-se um exercício o qual foi solicitado que os mesmos registrassem elementos paisagísticos que remeteriam a alguma representatividade.

As geo-foto-grafias, expressas nas figuras que seguirão, materializam a expressão da paisagem no contexto do tripé paisagístico que Passos indica: materialidade, subjetividade e representatividade. São paisagens que refletem realizações humanas locais, ou ainda “uma

pequena geografia que revela como o espaço é a acumulação desigual dos tempos” (PASSOS, 2013, p. 201).

Este procedimento proporcionou também contemplar a relevância atribuída pelas populações tradicionais a paisagens que representam necessidades que antecedem a pesca ou que são resultados da pescaria, pois o mangue e maré são paisagens que representam o trabalho, contudo a sociabilidade e razão da vida estão no conjunto existencial da terra ao rio, que expressa o território sob a representação paisagística.

Figuras 28, 29, 30 e 31: Geo-foto-grafia de paisagens das comunidades pesqueiras. Respectivamente: Igreja evangélica na comunidade Porto Grande; Escola municipal na comunidade Coqueiro; Residência do pescador na Sede municipal e Campo de futebol na comunidade Coqueiro.





Fonte: Suzanna Ferreira, 2016.

O registro fotográfico por meio do olhar interno, dos sujeitos que constroem a história territorial que configura a fisionomia da região, forma a paisagem atual, seguindo o que Passos (2013) orientou. As imagens acima foram registradas pelos próprios entrevistados, após solicitação para registros que fotografassem paisagens locais, que gostariam de torná-las conhecidas por outras pessoas. A igreja, a escola, o campo de futebol ou mesmo a própria residência são representações consideradas por estas populações e que também necessitam ser estimadas à compreensão global da paisagem território, principalmente no trato da gestão da

paisagem, que Passos afirma está contida num campo de força entre habitante residente na paisagem e gestores que atuam sobre ela.

Para Senna a adaptação é foco de uma abordagem ecológica, contudo é necessário reconhecer que à análise ambiental deve-se considerar que “a criação e re-criação fazem parte do processo adaptativo dos contingentes humanos”, fatores estes que imprimem sua marcas em distintas áreas conforme distribuída a população, “contribuindo para diferentes paisagens sociais, diferentes padrões de ocupação e de manejo ambiental” (SENNA et al., 2002, p. 215)

O exercício da geo-foto-grafia fundamentou a acepção do território que conforma a paisagem pesqueira, visto que a elaboração do trabalho se efetiva no mangue e/ou na maré, mas se prepara em terra. Em terra as relações familiares decorrem mais intensamente, dividem-se as tarefas e configuram o sentido da necessidade real da pescaria, seja como fonte única de recursos ou por atividade complementar a lavoura.

Se por visão/análise exógena (tal qual do pesquisador) a representação da paisagem territorializada pela pesca se abreviaria ao rio e respectivos instrumentos de pescaria, para o pescador os espaços de moradia, lazer, religiosidade e educação não se desvinculam, ao passo que todo esse conjunto representa a paisagem significativa a estes sujeitos.

Em terra acontece a pré-pescaria, onde se tecem e preparam as redes, onde conservam ou consertam as canoas, onde se preparam as linhas para armar o laço de capturar caranguejo, entre tantas distintas tarefas essenciais. Desta feita ratifica-se, repetidamente, o quanto é insuficiente sintetizar a apreensão da paisagem, numa ótica socioambiental, sem inferir as práticas territoriais imbricadas ao constructo paisagístico de populações tradicionais. Recorrendo a Little, entende-se ainda que:

No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizo o conceito de cosmografia (Little, 2001), definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades - coletivamente criados e historicamente situados - que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantem com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele. (Little, 2002, p.254)

A certeza do conforto do lar após penosa lida, a escola para aquisição do conhecimento formal, o espaço de coletividade da fé por meio das igrejas e o lazer no campo de futebol, são paisagens lembradas e relevantes a estes sujeitos, pois materializam necessidades transpostas seja por organização individual ou coletiva, de significações plurivaloriativas: “O fato de que um território surge diretamente das condutas de

territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos.” (LITTLE, 2002, p. 253)

De imediato, o sujeito que fala por si e é escutado, expressa seu saber híbrido da interface paisagem território, mesmo que cientificamente não o suponha. Esta ponderação tangencia o que Bertrand (2009) definiu como “territorializar o meio ambiente” na perspectiva de hibridizá-lo como produto de uma interface que não é natural nem naturalista, mas contém maior ou menor parte do natural.

Neste sentido interpretar o saber tradicional não pode se abreviar a catalogação ou inventário de seus conhecimentos em torno da natureza, sem enraizá-lo na territorialidade a que lhe é associada. À luz de considerar e compartilhar os saberes, sobretudo os saberes de tradição, Moraes tece observações que envolvem o universo da pesca

Essa união do conhecido e do desconhecido refere-se ao caráter do inacabamento e incompletude do conhecimento acerca do mundo, pois a cada investimento cognitivo na busca de respostas sobre as conjeturas levantadas, surgem novas interrogações pautadas na curiosidade e no desejo de conhecer. (MORAES, 2005, p. 119)

Destaca-se de forma recursiva que a compreensão da paisagem, identificada pelo sujeito que a territorializou, fomenta um raciocínio ambiental em completude e complexo, pois não considerará o uso superficial de uma relação ecológica estática, mas como a dinâmica da interação homem/natureza pode ser pensada, contada e construída por comunidades que tradicionalmente se reproduzem em territórios de relevante valor ecológico, sem a preponderante acepção predatória, inerentes à sociedade industrial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões ambientais de orientação desta pesquisa antecederam-se por considerar a paisagem como expressão do meio ambiente, e resultante da expressividade de relações sociais que organizam e ordenam o território. Esta reflexão permitiu entender um espaço perspicaz, à análise geográfica, no campo multidisciplinar de debates acerca do meio ambiente, por meio da associação de conceitos-chave da ciência que se complementam, e de tal maneira, possibilitam leituras e materializações das leituras nas relações intrínsecas entre natureza e sociedade.

Paisagem e Território representam categorias de análise geográfica indissociáveis para compreender a interação natural, social e perceptiva, de sujeito e objeto, material e imaterial. A abordagem paisagística territorializada se propõe a costurar análises de grandes regras, que estruturam/organizam o espaço, aos processos de construção territorial, pela análise de comportamento social. Nestes termos, fundar teoricamente a pesquisa nos moldes geográficos à luz deste par categórico, foi essencial para analisar e interpretar o meio ambiente territorializado por práticas extrativistas em espaços protegidos.

Práticas que pressupõe uso sustentável de recursos naturais conduzem modelos de gestão territorial. O reconhecimento social e jurídico, da demasiada importância dos saberes locais à conservação de distintos ecossistemas, instrumentaliza a implantação de políticas de base socioambientais, que legitimam a participação e envolvimento de comunidades locais na gestão de unidades de conservação.

Dentro dessas práticas estão inseridos os pescadores e pescadoras, usuários da RESEX Marinha de São João da Ponta, que representam um grupo social de população tradicional caracterizado por seus costumes e aprofundado conhecimento da natureza, que se organizam econômica e socialmente com pouca acumulação de capital e elaboram estratégias e técnicas para uso e manejo dos recursos naturais, tem seus conhecimentos repassados de geração a geração, entre outras características.

Ao atribuir a estas populações o relevante papel de sujeitos ambientais, o Estado articula políticas de ordenamento territorial por meio da criação de UC de uso sustentável onde a gestão é compartilhada, estabelecendo-se “parcerias” na gestão de espaços de relevante interesse ecológico, como é o caso da zona costeira onde há ocorrência do ecossistema de manguezal.

As políticas destinadas à zona costeira paraense ainda prescindem de forte apelo de conservação das paisagens naturais, como foi percebido no histórico de criação das RESEX

Marinha. Todavia o papel dos usuários das RESEX na manutenção e equilíbrio ambiental é legitimado e resguarda a estas populações o direito ao uso dos recursos naturais das áreas demarcadas para conservação.

Entende-se que para contemplar de modo mais abrangente e total às necessidades da população tradicional do entorno das RESEX, além de considerar o conhecimento tradicional para execução de propostas de uso e regulamentação desses espaços, cabe prosseguir na interpretação de suas representações, na finalidade de identificar a paisagem total, composta dos elementos da natureza mas também da cultura, percepções, tradições, representações, simbologias, mitos, crenças e leituras singulares de uma natureza socializada localmente.

Neste sentido o papel da pesquisa é relevante no intuito de promover análise e interpretação da paisagem pesqueira, constituída por pescadores e pescadoras, e traduzida através de seus olhares, dos olhares internos que territorializam e concebem certa paisagem em avaliação distinta do valor estético, ecológico ou da aparência. É a paisagem da vida, da construção cultural e econômica misturadas, como apresentou Bertrand.

Os elementos para definição da paisagem, do paradigma Bertrandiano, indicam a imprescindibilidade de seguir o trajeto: observador – mecanismos de percepção (processo histórico, social e cultural) – objeto. Os mecanismos de percepção, para análise da paisagem territorializada por atividades pesqueiras, conferem sentido a entender a paisagem a partir da apreensão dos sujeitos que a constituem. Neste processo do como o pescador compreende e identifica essa paisagem é que cabe a elaboração de instrumentos que permitam materializar as abordagens paisagísticas, no intuito de atender a demandas de contribuições de pesquisas no plano da gestão compartilhada.

A territorialidade da pesca, apresentada por meio dos locais de produção, representa mais que a indicação de pontos bons para captura de peixes. Imbricada a indicação dos pesqueiros está: A sociabilidade da troca de saberes – com informação de pontos bons para pesca que são transmitidos de pais a filhos, de comunidade a comunidade, de homens a mulheres; A simbiose entre pescador e peixe – em que a maré tem uma função de partitura à interpretação dos sinais, entendidos por meios de relações por vezes míticas, cosmológicas; A percepção da paisagem – que serve como orientação para identificar os pontos na maré, assim como para entender o porquê de ser um local ideal para pesca; O conhecimento do meio ambiente – tanto sobre os tipos de espécies de peixe, quanto da alimentação de cada espécie e interferências que técnicas impróprias acarretam ao estoque pesqueiro.

Contrário ao que se pensava antes da pesquisa de campo, não há conflito por fluxo de pescadores de outros locais para pescar no território da RESEX. Os maiores problemas de

conflitos entre os pescadores e à gestão decorrem da utilização de técnicas indevidas, sobretudo de rede apoitada, que fornecem resultado rápido na pescaria, mas são danosas à preservação de espécies. A restrição ao uso de técnicas e punição por irregularidades resumem algumas das queixas de pescadores que são usuários cadastrados, mas não estão conformados com todos os encaminhamentos deliberados pela gestão.

Há um grande desafio posto à gestão para combater o uso das técnicas de pesca que são proibidas e ao respeito do período de defeso, principalmente do defeso do caranguejo, pois limitar a atividade destes pescadores à conservação ambiental, sem considerar suas reais necessidades econômicas, resulta em confronto de interesses e afastamento de pescadores das ações referentes aos planos da gestão compartilhada.

Interpostas as paisagens das dimensões básicas de águas e vegetação, de maré a mangue, estão as paisagens da dimensão do cotidiano. A compreensão da paisagem cultural como expressão da territorialidade e coletividade da comunidade, foi muito bem delineada nas geo-foto-grafias. A paisagem sujeito e objeto são simbolizadas por estruturas importantes para o fortalecimento e crescimento social da comunidade: escolas, espaço de lazer, igrejas, portos... paisagens que remetem a ação, a dinâmica social.

Os pescadores, ainda que utilizem meios rudimentares nas atividades pesqueiras, isto não vem a configurar uma limitação no desenvolver-se enquanto cidadão, pois o conhecimento é tradicional, localmente produzido, sustentavelmente indicado, mas busca por condições e qualidade de vida que alcance perspectivas favoráveis ao desenvolvimento econômico, social e ambientalmente equilibrado. De fato, daí decorre os maiores desafios a gestão de espaços protegidos: a promoção de desenvolvimento econômico e sustentável de populações que naturalmente e historicamente contribuíram ao uso equilibrado dos recursos naturais.

Entender até que ponto a instituição de RESEX marinha consegue manter ou melhorar a qualidade de vida dos pescadores, conservando os recursos naturais dos quais dependem, pode ser caminho para futuras reflexões, pois é na complexidade da paisagem-território que entendemos o meio ambiente de alguma forma no olhar dos homens, imbricado de relações culturais complexas, o meio ambiente na expressão territorial que o antecede, com toda sua profundidade humana.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. **Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira**. Estudos Avançados 16 (45), 2002.
- ACSELRAD, H., COLI, L. R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. *In*: ACSELRAD, H. (org.) **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.
- ALMEIDA, A. W. B. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 6(1), 9-32. 2004.
- AUGUSTO, C. A. Et. Al. **Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011)**, Vol. 51, Nº 4, p. 745-764, Out/Dez 2013. Piracicaba-SP – Impressa em Fevereiro de 2014.
- BECKER, B.K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. *In* **Geografia: conceitos e temas**. 13ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010.
- BENATTI, J. H. **Unidades de conservação e as populações tradicionais: uma análise jurídica da realidade brasileira**. Novos Cadernos NAEA 2(2), 107-125, 1999.
- BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. *In*: CORRÊA, R. L. ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, pág. 84-91. 1998.
- BERTÉ, R. **Gestão socioambiental no Brasil**. Edição especial. Curitiba: Ibpx, 2009.
- BERTRAND, C. et BERTRAND, G. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Organizado por Passos, M.M. Maringá: Ed. Massoni, 2009.
- BERTRAND, G. **Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico**. R. RA E GA, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004. Traduzido por Olga Cruz. Editora UFPR, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 19 de jul. 2000.
- _____. **Decreto nº 5.300 de 7 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei Nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5300.htm acesso em 30/07/2016.
- _____. **Decreto s/n de 13 de dezembro de 2002**. Criação da Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta. Presidência da República. **D.O.U** Casa Civil. Brasília, 16, dez. 2002a.

_____. **Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002.** Regulamenta artigos da Lei 9.985 no que concerne aos conselhos das unidades de conservação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm acesso em 15/08/2016.

_____. **Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Revoga a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12651.htm acesso em 22/12/2016.

CAVALCANTI, L. C. de S. **Cartografias de paisagens: fundamentos.** São Paulo: Oficina de textos, 2014.

CASTRO, E. Territórios, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. *In:* DIEGUES, A.C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** Hucitec. São Paulo, 2000.

CARDOSO, E. S. **Geografia e pesca: aportes para um modelo de gestão.** Revista do Departamento de Geografia, 14. Págs. 79-88. 2001. Disponível em http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_14/RDG14_EduardoCardoso.pdf Acesso 30 de junho de 2016.

CHAVES, A.T.P de V. **Gestão Pública e Participação: uma análise do conselho deliberativo da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local, Núcleo de Meio Ambiente. Universidade Federal do Pará, 2010.

CORREIA, A. C. S. , SÁ, L. A. C. M. de. **Mapas mentais na construção do conhecimento para geração de bases de dados espaciais.** Bol. Ciênc. Geod., sec. Artigos, Curitiba, v. 16, nº 1, p.39-50, jan-mar, 2010.

CRUZ, C.B.M. MENEZES, P. M.L de. A cartografia do ordenamento territorial do espaço geográfico brasileiro. *In* **Ordenamento Territorial: Coletânea de Textos com Diferentes Abordagens no Contexto Brasileiro.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CUNHA, M. C., ALMEIDA, M. de. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. *In:* CAPOBIANCO, J. P. R. et al. (orgs). **Biodiversidades na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios.** São Paulo: Estação Liberdade. Instituto Socioambiental, p. 184-193, 2001.

DIEGUES, A.C.S. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira.** São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004.

DIEGUES, A.C. (org.). Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. *In:* **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** Hucitec. São Paulo, 2000.

_____. **O mito moderno da natureza intocada.** 6ª ed. Ampliada. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008

ESTÊVES, L. F. **Políticas públicas e uso do solo no município de Porto Pico/PR.** (Dissertação de Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá-PR, 2009.

FADESP. **Produto 1: Diagnóstico dos aspectos físico/espacial, biológicos, sociais, ambientais e econômicos relacionados à pesca no Salgado Paraense.** Plano de Gestão Integrada dos Recursos Pesqueiros com Enfoque Ecossistêmico para as Nove Reservas Extrativistas Marinhas do Litoral Paraense. UFPA. Belém, 2012. No prelo.

FADESP. **Produto 4: Relatório Final - Plano de Gestão Integrada dos Recursos Pesqueiros com Enfoque Ecossistêmico para as Nove Reservas Extrativistas Marinhas do Litoral Paraense.** Belém.UFPA. Julho, 2013.

FURTADO, L.G. **Pesca Artesanal: um delineamento de sua história no Pará.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia, nº 79. Belém, 1981.

_____. “Reservas Pesqueiras”, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas. *In: Povos das águas: Realidade e perspectivas na Amazônia.* Museu Paraense Emílio Goeldi. Coleção Eduardo Galvão. p. 243-276, 1993.

FURTADO, L. G. LEITÃO, W. MELLO, A.F. (orgs.) **Povos das águas: Realidade e perspectivas na Amazônia.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Coleção Eduardo Galvão, 1993.

FURTADO, L.G. NASCIMENTO, I. H. Traços de uma comunidade pesqueira no litoral amazônico: relato sobre organização em comunidade haliêutica. *In: Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal.* FURTADO, L.G. et al. (orgs). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

GONÇALVES, A.C.O. **Desenvolvimento territorial em unidades de conservação : o caso da RESEX marinha de São João da Ponta – PA.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Pará, 2012.

IBAMA. **Plano de Utilização da Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta,** 2005.

IBAMA. **Portaria nº 22-N, de 10 de fevereiro de 1992.** Criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais-CNPT e seu Regimento Interno. 1992.

IBGE. **Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil.** Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

ICMBIO/IBAMA. **Caracterização dos aspectos socioambientais e econômicos da reserva extrativista de São João da ponta e proposta de estudos complementares.** Documento Técnico elaborado pelo ICMBio aprovado em Conselho Deliberativo e em análise na Procuradoria Federal Especealizada do ICMBio. São João da Ponta: 2010.

LIMA, R.R., TOURINHO, M.M., COSTA, J.P..C da. **Várzea Flúvio-Marinha da Amazônia Brasileira: características e possibilidades agropecuárias.** Belém: FCAP. Serviço de Documentação e informação. 2ª ed. p.34-64, 2001.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Brasília: UnB. (Série Antropologia, 322), 2002.

LEFF, H. **Discursos Sustentáveis.** [Tradução Silvana Cobucci Leite]. São Paulo: Cortez, 2010.

MAGRINI, A. **Política e gestão ambiental: conceitos e instrumentos.** Revista Brasileira de Energia Vol. 8. nº 2, 2001.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração.** [tradutor Maurício Waldman]. 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MENEZES, D. S., SIENA, O. , RODRÍGUEZ T. D. M. **Ambientalismo e concepções de RESEX: extrativismo e conhecimento no ICMBIO na Amazônia Legal.** REAd – Edição 69 – Vol. 17 – Nº 2 – maio/agosto – p. 451-479, 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Gerenciamento Costeiro no Brasil.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro> acesso em 30/09/2016.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia no litoral brasileiro.** São Paulo: Annablume, 2007.

MORAES, S. C. de. **Saberes da pesca: uma arqueologia da ciência da tradição.** (tese de doutorado em educação). Centro de ciências sociais e aplicadas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2005.

_____. **Uma arqueologia dos saberes da pesca: Amazônia e Nordeste.** Belém: EDUFPA, 2007.

_____. **Conhecimentos tradicionais na pesca artesanal.** Revista Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 5, nº 2, p. 88-105, agosto. 2011.

MORIN, E. A inteligência cega. *In* **Introdução ao pensamento complexo.** [Tradução do francês: Eliane Lisboa.] Porto Alegre: Sulina, 2006.

_____. O desafio da complexidade. *In* **Ciência com consciência.** [Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória]. Ed. revista e modificada pelo autor. 8ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

OLIVEIRA, M. do V., MANESCHY, M. C. A. **Territórios e territorialidades no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança, Pará.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 9, n. 1, p. 129-143, jan.-abr. 2014.

PASSOS, M. M. dos. **Paisagem e meio ambiente (Noroeste do Paraná)**. Maringá: Eduem, 2013.

PASSOS, P. H. dos S. **Ciência ao sabor do mangue: o saber do caranguejeiro melhorado a condição de trabalho e renda**. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará - Campus Castanhal, 2015.

PROST, M.T. MENDES, A.C. (Orgs.) **Ecosistemas Costeiros: impactos e gestão ambiental**. 2ª ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013.

RAFFESTIN, C. **E se a representação fosse apenas a invenção da moeda fiduciária do real?** Revista Formação, nº14 volume 2 – p. 08-13, 2007. RECIIS –Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.93-100, jan.-jun., 2007.

REIS Jr. D.F.da C. **A nova geografia física bertrandiana (é possível tornar humanístico um fisiógrafo?)**. Revista Geonorte, edição especial, v.4, n.4, p.34 – 46, 2012.

RIBEIRO, M.A.G., ESTEVES, L.F. **A artialização da paisagem como uma ferramenta de análise**. II Simpósio Paranaense De Pós-Graduação Em Geografia - SIMPGEO Londrina, 24 a 25 de agosto de 2007.

RIGON, O. **As transformações históricas e a dinâmica atual da paisagem da bacia hidrográfica do rio Pirapó-PR (1970-2010)**. Maringá, 2012. (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá-PR, 2009.

RODRIGUES, W.L.J. **Memórias de São João da Ponta- PA a partir de narrativas orais**. Belém: GEPPAM/UFPA, 2013.

ROSA, B. de N. M. **Somos parceiros?: Representações e relações sociais na pesca em unidades de conservação – Em foco a APA da Costa de Urumajó**. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Universidade Federal do Pará. Belém, 2007.

SANTOS, C. Z., SCHIAVETTI, A. **Reservas extrativistas marinhas do Brasil: contradições de ordem legal, sustentabilidade e aspecto ecológico**. Boletim Instituto da Pesca, São Paulo, 39(4): 479 – 494, 2013.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**. IEB/ISA. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SAQUET, M.A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, A. F. de. **Por uma epistemologia contemporânea da paisagem: ensaio sobre cinco proposições teóricas**. Revista do Programa de Pós-graduação da FAU/USP. Vol. 21, nº 36. pág. 54-68. São Paulo, Dez. 2014.

SILVA, C.A. da (org.). **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, C. N. da; VERBICARO, C. C. **O mapeamento participativo como metodologia de análise do território**. Scientia Plena. v.12, n.6. Disponível em: <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/3140> Acesso em: 19-Set-2016.

SILVA, J. L. de. **Os Desdobramentos e Conflitos da Criação do Parque Estadual Ilha do Cardoso sob a Ótica do Modelo GTP (Geossistema – Território- Paisagem)** (Dissertação de Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá-PR, 2014.

SILVA PIMENTEL, M. A. ; RIBEIRO, W. C. **Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas**. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 2, p. 224-237, mês. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/issue/view/6465>>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.84539>.

SOUSA, R.J. PASSOS, M.M. **Algumas reflexões sobre o Território enquanto condição para a existência da paisagem**. Geoinga: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia. V. 1, n. 1 , p. 1-12. Maringá, 2009. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/7059/4464> acesso 23 de março de 2016.

SOUZA FILHO, P. W. M. **Costa de manguezais de macromaré da Amazônia: cenários morfológicos, mapeamento e quantificação de áreas usando dados de sensores remotos**. Rev. Bras. De Geofísica. V. 23. Nº4. São Paulo out./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbg/v23n4/a06v23n4.pdf> , acesso 11 de junho de 2016.

THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-ação. 7ª edição. Editora São Paulo: Cortez, 1996.

THIOLLENT, M. SILVA, G.O. **Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais**. Revista Eletrônica de comunicação, inovação & formação em saúde. 2007. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/888/1533>

VIANNA, L.P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. Annablume; FAPESP. São Paulo, 2008.

ANEXOS

Anexo A: Ata de reunião do Conselho deliberativo com autorização para realização da pesquisa

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX MARINHA DE SÃO JOÃO DA PONTA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2015.

Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e quinze, na Sede Social da Associação Mãe das Reservas Extrativistas Marinha de São João da Ponta, às dez horas e, após a fazer a chamada das entidades conselheiras, com seus conselheiros presentes, a saber, 1- Sr. Waldemar Londres Vergara Filho-ICMBio, Presidente do Conselho, 2- Sr. Zacarias Monteiro Bandeira e Sr. Lázaro Palheta, (Conselheiros representante da Associação dos usuários da RESEX de São João da Ponta, 3- Sr. João de Lima Coelho e Manoel Ferreira das Neves(titular e suplente), conselheiros representante dos Pescadores do Polo Cidade, 4- Sra. . Raimunda Santa Rosa Moura e Sr. Lázaro Favacho da Costa (Conselheiros representante do Polo do Porto Grande, 5- Sr. Francisco de Assis das Neves (Conselheiro representante pela EMATER/ESCOL São João da Ponta, 6- Sr. Ney Almeida Santa Brígida (Conselheiro suplente representante pela Prefeitura Municipal de São João da Ponta), 7- Sr. Valnir Rodrigues Monteiro (câmara dos vereadores de São João da Ponta, 8- Sr. Paulo Almeida Pereira ,9- S.r^a Márcia Pimentel (Conselheira titular pela UFPA), 10- Sr. Adenilson de Souza Lagóia Deolândia, 11, Sr Patrick Heleno Santos Passos, e a após verificação do quórum pelo Sr. Vergara Filho(Presidente do Conselho), deu início a 20ª Reunião Ordinária do Conselho deliberativo da Reserva Extrativista Marinha MOCAJUIM de São João da Ponta, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: seguindo a Pauta, A-Leitura da ata da 19ª Reunião Ordinária de 05 de Dezembro 2014, e Informes sobre a gestão da RESEX de São João da Ponta/PA. 20 minutos . B- Informe sobre o andamento da chamada de ater/EMATER, na RESEX de São João da Ponta, 20 mim, Apresentação de listas de nomes de usuários efetivos da pesca, para deliberação de seus cadastros na RESEX, 20 mim, Apresentação Proposta do Programa de capacitação e pesquisa de apoio ao fortalecimento da Participativa na RESEX de São

1
ACMS

João da Ponta- Geografia/UFGA, 20 minutos, Informes da Comissão Nacional de Fortalecimento das RESEXs Costeiras e Marinhas COMFREM- 20 mim, Apresentação Proposta de Atividades na RESEX de São João da Ponta, pela Faculdade Maurício de Nassau, 20 minutos, Apresentação Proposta de Atividades na RESEX de São João da Ponta, pela Universidade da Amazônia - UNAMA, 20 minutos, Outros que ocorram, iniciou a leitura da ata da 19ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, de 05 Dezembro abril de 2014, item por item, o conteúdo contido nesta ata, foi a provada unanimidade pelos conselheiros presentes, sem ressalvas, Em seguida o S.r. Vergara, Presidente, convidou a equipe do escritório local da EMATER em São João da Ponta foi chamada a frente para apresentar os resultados e metodologia da Chamada Pública RESEX: atividades desenvolvidas de janeiro a abril de 2015 na ATER nesse município. Foi frisado que os dados referentes a o banco de dados das famílias da RESEX, cerca de 390 famílias, encontram-se sistematizados e disponíveis para consultas mediante autorização de uso, Em seguida o Presidente teceu comentários sobre a relação do ICMBio e a Chamada Pública, seguido da fala do senhor João Lima como conselheiro e integrante da equipe da EMATER, como agente de ATER nas atividades desenvolvidas pela instituição no município e a necessidade das famílias participarem da ATER como parceiras e fiscais,

Depois foi dada a palavra a Srª Márcia Pimentel, Conselheira, professora da Geografia da UFGA e coordenadora do Grupo de Estudo Paisagem e Planejamento Ambiental – GEPPAM, que falou sobre as atividades já desenvolvidas pela UFGA em parceria com a MOCAJUIM desde o ano de 2010. Logo em seguida, a professora Márcia, apresentou aos presentes os projetos a serem desenvolvidos pela UFGA na RESEX através de seus alunos da pós-graduação em Geografia e Ciências Ambientais. Em seguida cada estudante falou sobre seus projetos. 1-Indiara da Silva Oliveira, O Uso da Metodologia P.E.I.R na análise da Paisagem da Bacia Hidrográfica do Rio Mocajuba, 2-Daniel Vilhena Farias Filho, As Comunidades

2
Buns

Tradicionais e a Conservação do Estoques de Carbono no Manguezal do Município de São João da Ponta- PA ,3- Diego das Mercês de Barros, Percepção Ambiental , Lugar e Paisagem: Estudo da Percepção dos Representantes /Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Mocapajuba(PA),4-Suzanna da Silva Ferreira, Entre Marés e Mangues: Paisagens Territorizadas Por Pescadores da RESEX Marinha de São João da Ponta/PA.

Dado prosseguimento, o S.r. Vergara Filho, Presidente do Conselho, deu início ao processo de homologação das propostas de trabalhos apresentadas, as quais foram aprovadas por unanimidade pelos conselheiros ali presentes, sendo destacado que a importância e mérito social da pesquisa estão associados ao Protocolo SISBIO.

Em seguida o Sr. Vergara Filho, convidou o Sr. Coordenador do Curso de Gestão Ambiental da Faculdade Maurício de Nassau – Belém Sr. Álvaro José de Almeida Pinto. Foram apresentados pelo coordenador os trabalhos já desenvolvidos pela Faculdade em São João da Ponta e apresentadas as novas propostas de trabalhos a ser aplicadas no município como cursos de gestão de mulheres e recursos naturais, construções sustentáveis e a implantação de atividades de extensão universitária para modalidade de ensino a distância (EAD) dos cursos da Faculdade Maurício de Nassau.

Dado prosseguimento, o Sr. Vergara Filho deu início ao processo de homologação das propostas de trabalhos apresentadas, as quais foram aprovadas por unanimidade pelos conselheiros ali presentes. Em seguida, O sr. Vergara Filho, convidou o Sr. Igor Charles coordenador do curso de Geologia da Universidade da Amazônia – UNAMA, o professor Igor Chaves. A proposta apresentada pelo professor Igor Charles Castor Alves, representante da UNAMA, consiste na aplicação de projetos ao município de São João da Ponta nas áreas de Geologia Ambiental e Geologia do Petróleo e estudos de mapeamento de áreas de riscos e disponibilizar a TV UNAMA para divulgação das

3
[Handwritten signature]

Anexo B: Autorização para desenvolvimento de atividade científica - SISBIO



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 49418-1	Data da Emissão: 02/06/2015 11:27	Data para Revalidação*: 01/07/2016
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: SUZANNA DA SILVA FERREIRA	CPF: 763.534.512-53
Título do Projeto: A CARTOGRAFIA DA PESCA NA ZONA COSTEIRA PARAENSE: PAISAGEM E TERRITÓRIO ENTRE SÃO CAETANO E SÃO JOÃO DA PONTA	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 49555776



Página 1/3